

ATLANTIDA

MENSARIO ARTISTICO,
LITERARIO E SOCIAL
PARA
PORTUGAL E BRAZIL



ANO II

Nº 18

Ver n'este numero: **BRASIL e ALEMANHA**
ENTREVISTA COM O SR. EMBAIXADOR DO BRASIL

ATLANTIDA

DIRECTORES :

NO BRASIL — João do Rio

EM PORTUGAL — João de Barros

SECRETÁRIO : Elísio de Campos — EDITOR : Pedro Bordalo Pinheiro

N.º 18

15 de Abril de 1917

SUMÁRIO

<i>História de uma arca de pedra e de uma madeixa de cabelos loiros</i>	Teixeira de Carvalho
<i>A insubsistência dos valores germânicos</i>	Leonardo Coimbra
<i>Amor creolo</i>	Abel Botelho
<i>Poemas</i>	Antonio Patricio
<i>Alimentação pública. A intensificação das culturas cerealíferas em Portugal</i>	Fernando de Vasconcellos
<i>O meu entêrro (conclusão)</i>	A. M. Rita Martins
<i>Contos a uma rapariga loira — As pérolas côr de rosa</i>	Júlio Dantas
<i>As relações luso-brasileiras</i>	Lúcio dos Santos
<i>Brasil e Alemanha — A mensagem de Wilson. — Os alemães no Brasil. — Brasil e Portugal. (Entrevista com o Sr. Embaixador do Brasil).</i>	J. de B.

REVISTA DO MÊS

<i>Portugal no grande guerra.</i>	
<i>Da frente francesa</i>	Augusto Casimiro
<i>Mes literário</i>	Júlio Brandão
<i>Revista das Revistas.</i>	
<i>Crónica musical</i>	Humberto de Avelar
<i>Uma instituição académica digna de elogio</i>	Myron A. Clark
<i>A Indústria e a Arte (Cartazes artísticos)</i>	L. C.
<i>Reproduções de:</i> José Pacheco.	
<i>Desenhos de:</i> Alberto de Sousa, Raul Lino, Santos Silva e João da Silva.	

CONDIÇÕES DE ASSINATURA

PORTUGAL, ILHAS E COLÓNIAS

Um ano (12 números)	3\$50
Seis meses	1\$80

PAÍSES DA UNIÃO POSTAL

Um ano (12 números)	Frs. 15
-------------------------------	---------

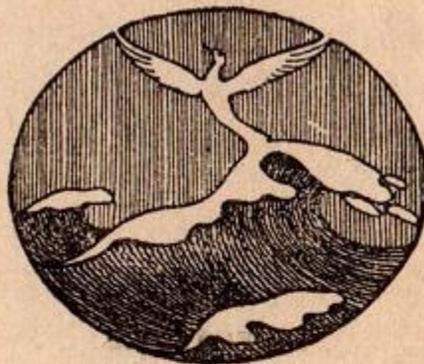
Número avulso em Portugal \$30

REDACÇÃO: Rua Antonio Maria Cardoso, 26 }
 ADMINISTRAÇÃO: Largo do Conde Barão, 49 } LISBOA

ATLANTIDA

MENSARIO ARTISTICO,
LITERARIO E SOCIAL
PARA
PORTUGAL E BRAZIL

SOB O ALTO PATROCINIO DE S. EX.^{AS}
OS MINISTROS DAS RELAÇÕES EXTERIORES
DO BRAZIL
E DOS EXTRANGEIROS E FOMENTO
DE PORTUGAL



Lêr neste numero as novas secções da REVISTA
DO MEZ :

PORTUGAL NA GRANDE GUERRA

E

REVISTA DAS REVISTAS

VOLUME V

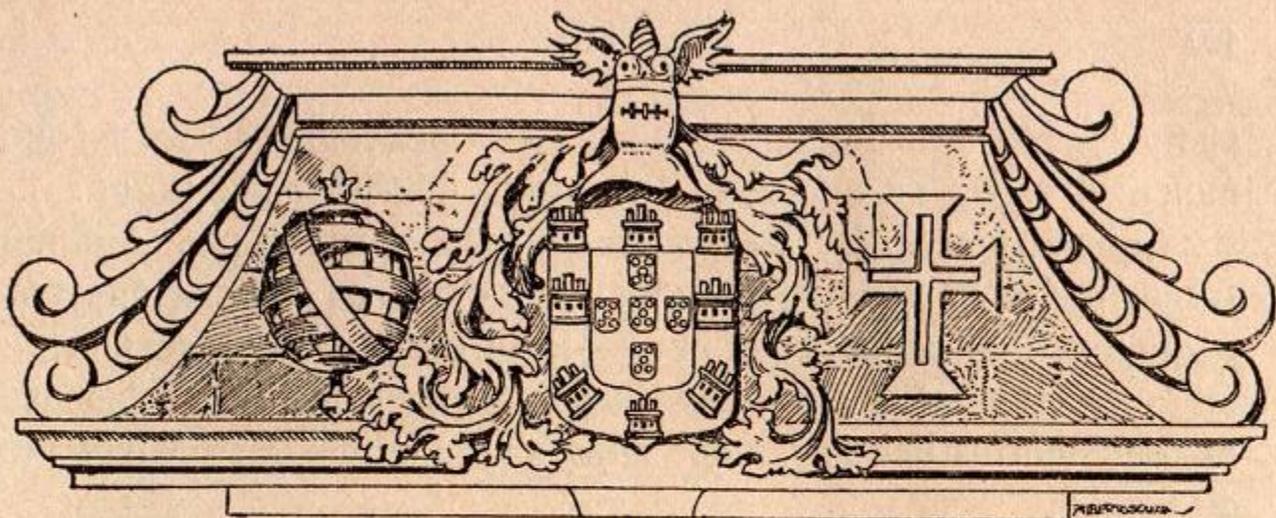
DIRECTORES:

João do Rio e João de Barros

—
EDITOR: Pedro Bordalo Pinheiro

REDACÇÃO: Rua António Maria Cardoso, 27

IMPRESA LIBANIO DA SILVA, Travessa do Fala-Só, 24 — LISBOA



História de uma arca de pedra e de uma madeixa de cabelos loiros

Há no Museu Machado de Castro de Coimbra uma sala em que ando sempre receoso, de vagar, o ouvido à escuta, como nos palácios maravilhosos dos meus contos de menino, comovido sem saber porquê, sempre à espera de ver começar a história de uma empresa grande.

Tudo ali tem para mim o ar de qualquer coisa que talvez tenha sonhado, confuso, misterioso, como o reflexo de um espelho mágico.

Nunca vi, senão uma vez, na primeira rosa de Alexandria que me mostraram, vermelho como o do tapete persa que ali se encostam as velhas esculturas de madeira que o tempo roeu, dando-lhe a leveza das rendas e da espuma, e do nevoeiro frio e dourado em que se embrulha às vezes o sol para morrer com êle.

Aquele tapete enche o ar do perfume das rosas, que se não vêem, e cuja respiração cansada parece ter parado ali num espasmo de amor, como os reflexos de ouro e púrpura do sol poente que a água fria dos lagos prende no brilho triunfante de um esmalte.

De fundo a um Calvário de madeira, há ali um tapete de Arraiolos, precioso como um complicado esmalte verde sobre ouro, pálido como um sorriso que se desfaz.

Porque será que aquele velho e gasto tapete me comove, como as jóias pequeninas e preciosas de outros tempos que irre-

sistivelmente evocam em mim as côres delicadas de carne que nunca vi senão na adoração dos corpos delicados das flôres?...

Aquele tapete foi dependurado com carinho por Antonio Augusto Gonçalves para se não perderem as marcas dos pés pequeninos de mulher, que por ali passaram nus, mais levemente do que as pétalas das rosas que o perfume quente do incenso faz cair mortas das jarras dos altares num último gesto triunfante de beleza.

Sala de encantamento...

Um dia, encontrei ali, numa redoma simples de vidro, uma madeixa de cabelos loiros, com a indicação de que fôra de D. Isabel, mulher do infante D. Pedro, o duque de Coimbra que morreu em Alfarrobeira.

Dizia mais o letreiro haver sido encontrada num túmulo de pedra que para o mosteiro novo viera do mosteiro velho de Santa Clara.

Preciosa madeixa, dum oiro tam de encantar como o da prata desdourada...

Devia ser húmido e azul, como a flor do linho, o olhar da dona antiga que tinha aquela estriga de oiro.

Foi assim que, num dia de sol, me veio fôrça para me arrastar até ao mosteiro de Santa Clara.

Os antigos para dizerem a grandeza da ponte de Coimbra, deixaram escrito que ninguém podia atravessá-la sem ouvir dar horas.

Foi cousa que nunca ouvi...

Mal começo a atravessar a ponte, lá se vai tudo com a água do rio, que me leva o olhar e o pensamento, nem eu sei para onde...

Agora vai cheio o rio, a água sem transparência, nem mesmo num dia de sol como o de hoje.

Estão os choupos sem fôlhas, os delgados choupos de Coimbra.

Ah! Não!... Há um com fôlhas ainda. É milagre. Tão verde! É o meu choupo! Como tudo esquece... Nem dêle me lembrava já.

Agora me recordo como aquilo começou.

Um dia, uma era que por ali andava perdida chegara-se para

êle, e o choupo, o choupo mais bonito que por ali havia, deixou de brincar com o vento e ficou-se parado a ouvir.

Era uma era novita, abandonada, mas tão linda!

Aparacera ali, sem ninguém saber donde viera trazida por o vento que é quem tudo traz e tudo leva...

O choupo estendeu um ramito dos de baixo, impressionado com o que chorava a era pequenita.

Depois outro... depois outro...

Mal foi o começar!

E a era ia subindo, subindo, tão alegre que até o sol ria, e a água mesmo do rio, tam fria, parava sem uma ruga para ela se mirar melhor, quando descansava de subir.

De dia, não havia então choupo como aquêle, de sombra mais fresca e mais igual.

E quem por ali andava de noite vinha contar que era ali que cantavam os melhores rouxinóis.

O vento passava a misturar os beijos da era com os do choupo.

Não havia choupo mais feliz.

Um dia deixou de cantar a voz do choupo e ninguém ouviu mais que a voz da era.

A princípio parecia chorar...

Depois começou a cantar, outra vez. Como as outras eras.

E o pobre choupo, coitado, o meu choupo, lá está, como morreu, mirrado, levantando num gesto de orgulho a beleza da era que o matou.

Sempre verde, quer de inverno, quer de verão... E mais bonito do que os outros.

Pobre choupo, já nem me lembrava de ti... Perdoa!...

Custa a subir esta ladeira de Santa Clara!

Mas, quando se chega ao cimo, é de encantar olhar para Coimbra, branca, como se nela tivessem pousado todas as pombas de Venus.

A igreja é fresca e alegre.

Ao fundo, lá está o túmulo de pedra a que serve de decoração, um brasão em que se lêem as armas de Portugal com a cruz de Avis, o banco de pinchar e as barras de Aragão.

Está gasto do tempo.

Êste túmulo é uma das duas sepulturas descritas por fr. Manuel

da Esperança na sua *História Seraphica* (seg. parte, pag. 47) no capítulo XXI que intitulou — *De duas Infantas sepultadas nesta Casa*. Das sepulturas diz êle pitorescamente e com verdade contestável, *d'antes pizavão leões de pedra, & agora se sentem mui ofendidas das injurias do tempo.*

É claramente a que êle descreve em segundo lugar :

Na outra, que tambem he hũa arca de pedra, jáz deitada a figura de hũa molher, Religiosa na habito, cingida com hum cordão, véo na cabeça, & toalha sobqueixada em sinal de sua honestidade. Tinha as mãos levantadas ao Céu : agora as tem quebradas, como os Anjos, que lhe assistem, nos lados. Os escudos gravados na mesma pedra, que cercão este sepulchro, nos declaraõ que he pessoa Real, pertencente pelas Barras à Casa de Aragaõ, & pelas Quinas á nossa de Portugal. O banco, que aparece na orla, mostra tambem ser Infanta ; & pela Cruz de Aviz, na qual assentaõ as Quinas na fórma, que as dispoz ElRei D. Joaõ I, se vé manifestamente como teve algũa rezão com elle.

Fr. Manuel da Esperança, que a principio supôs, como era natural, pudesse ser esta a sepultura de D. Isabel, filha dos condes de Urgel e mulher de D. Pedro, o de Alfarrobeira, deixou esta ideia por não poder conceber que a pobre senhora quisesse pousar em majestoso sepulcro, estando ao abandõno os ossos do marido e sabendo-se de mais a mais que morrera para as partes de Lisboa, onde fôra enterrar-se viva, depois de tão atribulada vida.

Para fr. Manuel da Esperança êste túmulo seria o de D. Maria, filha de D. Pedro, o cru, e de D. Constança, que casou com D. Fernando, marquês de Tortosa e infante de Aragão e esteve mais tarde para casar com Frederico III que a morte lhe levou.

Assim o depreende da análise do túmulo :

Todas as insignias desta sua sepultura estão clamando por ella : o Banco de Infanta, as Quinas de Portugal, as Barras de Aragão. Nem contra isso reclama o habito de S. Clara, com que a vemos vestida, porq̃ o trouxe depois de estar viuva, & por cõpanheira sempre, como direi a seu tempo, hũa freira da mesma Religião. Quanto mais, que com estas vestiduras se mandavão enterrar, & retratar os Terceiros mais illustres. Só pelo véo da cabeça, que he preto, poderãõ desconhecella : mas foi culpa do pintor, q̃ tambem deu essas cores ao da S. Rainha, sendo ambos lavrados em pedra branca.

Fr. Manuel da Esperança termina o capítulo com estas palavras ingénuas de cansado desabafo : *E não tenho feito pouco em achar esta Infanta para esta sepultura !*

O Sr. Dr. Ribeiro de Vasconcelos, na sua *Evolução do culto*

de *Dona Isabel de Aragão*, discorda da opinião de fr. Manuel da Esperança, e atribui a sepultura à mulher de D. Pedro, o de Alfarrobeira :

Assim se lê em nota, a página 237, do volume I da citada obra:

Confesso porém que a solução dada pelo auctor da *Hist. Seraf.* não me satisfaz. As armas portuguesas e aragonesas, e o banco dos infantes, que se vêem no escudo do tumulo, bem quadram áquella bisneta da rainha santa Isabel; mas no mesmo escudo divisa-se a cruz de Aviz, de que apenas usáram os descendentes de D. João I, e que não pertenceu á infanta apontada.

Uma unica infanta encontro em toda a familia real portugueza, a quem possa pertencer aquelle brazão: é D. Isabel, esposa do duque de Coimbra D. Pedro, filha de D. Jayme, conde de Urgel, e da infanta D. Isabel de Aragão. Nem se estranhe que fossem os seus restos mortaes sepultados em tumulo honorifico, quando os de seu marido foram ignominiosamente abandonados e desprezados, e quando ella mesma, perseguida pelo rei seu genro, teve de arrastar homiziada numa vida miseravel. Ao tempo em que morreu, já havia muito que el-rei reconhecêra a innocencia do duque de Coimbra, e mandára sepultar com pompa real os seus ossos, assistindo em pessoa ás exequias solemnissimas que por elle mandou celebrar na Batalha. Deu-se este facto em 1455, e a morte da infanta só occorreu nos fins do anno de 1459 segundo diz o assento que existia no mosteiro de Santa Cruz de Coimbra: «Na era (*não póde ser era de Cesar, mas anno de Cristo*) 1459, aos 17 dias de Setembro se finou a Infanta D. Izabel de Aragão, molher que foi do Infante D. Pedro, Regente de Portugal.» (Apud Esperança, loc. cit., pag. 49).

A morte da infanta D. Isabel não pode ter occorrido, como quer o Sr. Dr. Ribeiro de Vasconcelos, seguindo Esperança, em 1459, a 17 de Setembro, porque em 16 de Dezembro de 1466 fazia ella testamento, deixando a têrça à filha D. Felipa.

O Sr. Dr. Ribeiro de Vasconcelos admite (Op. cit., vol. I., pág. 236) que este *bello tumulo fora fabricado certamente em dias de maior ventura, quando seu marido (o infante D. Pedro) se achava no apogeu da fortuna e do poder..*

Ora a arca de pedra é de pequenas dimensões, própria para sepultura de uma criança; como admitir que fôsse mandada fazer para o seu enterramento, pela infanta D. Isabel, senhora de varonil figura, em tempo de ventura e quando *seu marido se achava no apogeu da fortuna e do poder?*

É pequenina a arca. . .

É todavia a mesma a opinião do Sr. Dr. José de Figueiredo que, a pág. 49 do seu *Nuno Gonçalves*, deixou escrito, referin-

do-se à duquesa de Coimbra e à segunda mulher do primeiro duque de Bragança :

Ambas vestiram o habito de terceiras seculares : a Duquesa de Coimbra, não sabemos em que data, embora, pelo que conta o autor da *História Seraphica*, o tenha feito depois de viuva, isto é, depois de 1449. D. Constança de Noronha, em 1461, no convento dos frades de S. Francisco de Guimarães, segundo o refere o auctor da *História Genealógica da Casa Real*. E isto é incontroverso para quem tiver examinado a figura jacente desta última, ainda existente na igreja de S. Francisco do mencionado convento, e o túmulo de franciscana, existente na igreja do novo convento de Santa Clara de Coimbra. A inscripção do primeiro e o escudo que orna o segundo põem de parte qualquer dúvida, como a levantada pelo auctor da *História Seraphica*, relativamente ao de Santa Clara. Neste ponto estamos de accordo com o sr. dr. Ribeiro de Vasconcellos que, no 1.º volume da sua valiosa monographia, *Dona Isabel de Aragão, reivindica este túmulo para a viuva do Infante D. Pedro*.

É por conseguinte fóra de dúvida para o sr. dr. José de Figueiredo que a arca de pedra de Santa Clara foi feita para enterramento da duqueza de Coimbra, D. Isabel.

Mas êle mesmo acrescenta em nota, na mesma página :

Ao sr. dr. Ribeiro de Vasconcellos, parece ter escapado a referênciã que, à jazida mortuária desta Infanta faz o cardeal Saraiva, na sua Memória sobre a Batalha (vol. I., pag. 319). Descrevendo o túmulo do Infante D. Pedro, diz: «Parece não se haver notado até agora, que a par da caixa de seu túmulo, para a parte interior do arco, que fica à mão direita do Infante, está outra caixa com as cinzas da sua mulher a Senhora D. Isabel, filha do conde de Urgel, D. Jayme. Ambas as caixas são de pedra e em tudo iguaes... A de sua mulher mostra o brazão desta senhora, que he composto do do seu marido e do seu proprio, constante de barras e escaques».

Isto, porém, a nosso ver, nada prova. O túmulo de D. Pedro com as duas caixas, uma para o seu corpo, outra para o de sua mulher, foi, pelo menos, feito em 1453, quando para ali foram removidos os restos do Regente, não demonstrando, por isso, a existênciã dessa caixa que a Duqueza de Coimbra ahi fosse inhumada.

O próprio texto invocado pelo Sr. Dr. José de Figueiredo se opõe à opinião que pretende sustentar o ilustre crítico de arte.

O Sr. Dr. José de Figueiredo parece afirmar que o túmulo do infante D. Pedro na Batalha não pode ser posterior a 1455 e que, morrendo D. Isabel depois dessa data, se pode ter sepultado de Coimbra.

É certo que o túmulo do infante D. Pedro não pode ter sido

anterior à sua trasladação para a Batalha porque, se o fosse, D. Isabel, mulher de D. Alfonso V, não deixaria de mencionar o facto para decidir o marido que se mostrou sempre tão cioso de cumprir a vontade de D. João I. Sendo dessa data ou posterior, o facto indica a vontade de D. Isabel, duquesa de Coimbra, de se enterrar ao lado do marido.

É por isso insustentável a opinião que pretende atribuir o túmulo do mosteiro de Santa Clara a D. Isabel, e que o Sr. Dr. José Figueiredo julga ter fortalecido com argumentos novos.

A afirmação do Sr. Dr. Ribeiro de Vasconcelos é anterior à abertura do túmulo, a que eu não assisti e que infelizmente não foi feita com o cuidado que naturalmente pedia uma pesquisa histórica.

Dentro do túmulo encontrou-se o esqueleto de uma criança, de lindos cabelos loiros que o tempo conservara.

Quem seria?

As barras de Aragão, o banco de pinchar, a cruz de Avis, os caracteres da escultura circunscrevem as investigações à família de D. Isabel, duquesa de Coimbra, e mulher do infante D. Pedro.

A princesinha conservada na arca de pedra do mosteiro de Santa Clara de Coimbra não pode ser senão D. Catarina, filha de D. Pedro, o de Alfarrobeira e da duquesa, sua mulher.

Do seu casamento com D. Isabel houve o infante D. Pedro, uma filha muito deixada ao desamparo por os historiadores. Chamou-se a pobre menina, que ficou sem história, D. Catarina. Era a mais nova da geração do infante, e quando a má ventura dispersou a família só ela ficou de companhia à mãe, no mosteiro de Santa Clara, onde esta se recolhera, vindo de Montemor-o-Velho a viver em Coimbra.

O Sr. Dr. José de Figueiredo, ao dar com o seu nome num documento encontrado por o Sr. Pedro de Azevedo no *Arquivo da Torre do Tombo*¹ ficou surpreendido, escrevendo com erudita estranheza: *Os historiadores não mencionam nenhuma filha do Infante D. Pedro com o nome de D. Catharina. As mencionadas são, além da Rainha D. Isabel, mulher de D. Affonso V, D. Filippa, que ficou no reino e morreu recolhida*

¹ Cfr. José de Figueiredo. — *O pintor Nuno Gonçalves*, pág. 50 e 51.

em Odivellas, e D. Brites, que, com seus irmãos D. Jayme e D. João, se refugiou em Borgonha, no paço de seus tios, casando ali mais tarde com Adolpho de Cleves, senhor de Revestein.

Embaraçado com o nome de D. Catarina, que nunca vira mencionado nos historiadores, o Sr. Dr. José de Figueiredo que procura sempre não deixar nada por explicar e tem o amor da hipótese subtil, fechou as suas considerações com esta pergunta de dupla sugestão: Teriam tido os Duques de Coimbra outra filha, além das conhecidas, ou será êste nome de Catarina crisma da Infanta D. Filipa?

Esta hipótese do crisma não é banal; mas é desnecessária. O nome de Catarina, e a sua qualidade de filha do infante D. Pedro e da duquesa D. Isabel encontram-se em documentos publicados já nos séculos XVIII e XIX. É conhecido de todos aqueles para quem o século XV português não é uma curiosidade histórica de ocasião.

O que aconteceu ao Sr. Dr. José de Figueiredo se deu com Oliveira Martins, ao descrever o estado da *descendência do condeado*, no dia seguinte ao da batalha, em que morreu o infante D. Pedro:

No dia immediato ao de Alfarrobeira, escreve o illustre historiador, quando a noticia da catastrophe se tornou conhecida, a viuva fugiu de Coimbra. Dos filhos, D. Pedro, o primogenito, que apenas contava vinte anos, andava como vimos foragido em Castella; D. João e D. Jayme, duas creanças de quinze e dezaseis anos, ficaram prisioneiros no campo «aparelhados para o cutello»; D. Brites e D. Filippa acompanhavam a mãe; e D. Izabel no alto do throno, chorava a morte horrorosa de seu pae, a dispersão de todos os seus.

É um quadro triste, a que falta apenas o chôro da pequenina D. Catarina, que Oliveira Martins não ouviu.

Quem, na verdade, procurar na *Historia Genealogica da Casa Real* a geração do infante D. Pedro e da duquesa de Coimbra, encontrará textualmente a pág. 00:

«E desta uniaõ nasceraõ tres filhos, e tres filhas, a saber:

O Senhor D. Pedro, Condestavel de Portugal, Rei de Aragaõ, de quem diremos no §. I.

O Senhor D. João, Duque de Coimbra, Regente de Chipre, §. II.

A Senhora D. Isabel, Rainha de Portugal, nasceo no anno de 1432. muher delRey D. Affonso V. como se verá no cap. XI. deste livro.

O Senhor D. Jayme, Cardeal da Santa Igreja de Roma, §. III.

A Senhora D. Brites, mulher de Adolfo, Senhor de Revestein, §. IV.

A Senhora D. Filippa de Lencastre. Foylhe posto este nome em memoria de sua avô a Rainha D. Filippa, quando nasceo em Coimbra no anno de 1437. Princeza, a quem a natureza ajudada da Divina graça encheo de perfeições, de sciencia, e virtude; porque em huma, e outra exercitou a sua vida. Teve grande uso da lingua Latina, e noticia de outras, muy versada na lição da Sagrada Escritura, e dos Santos Padres, a que se dava todo o tempo, que não empregava na oração, e obras de humildade, em que resplandeceo com grande edificação. Não tomou estado e recolhendo-se no Mosteiro de Odivellas com licença do Papa Xisto IV. conservou moderado estado de casa, Capella, e criados, que pudessem servir à decencia, e não à devida grandeza de huma Princeza. Alguns entenderão, que fora Religiosa professa, porém não foy ligada aos votos da Religião, como se tira de diversos Authores. Ella instruiu nas primeiras virtudes a sua sobrinha a Princeza D. Joanna, hoje venerada no Altar com o titulo de Beata, a quem amou muy cordealmente, de sorte, que adoecendo a Santa Princeza em Aveiro, sem dilação partio sua tia D. Filippa a assistir-lhe, acompanhada de D. Mecia de Alvarenga, Abbadessa de Odivellas, e de tres Religiosas de iguaes procedimentos; e tendo satisfeito com os actos de verdadeiro amor, e caridade, até que a Beata Princeza D. Joanna faleceo, entrou em huma nova empreza, estando nos cincoenta e tres annos da sua idade. Era neste tempo o anno do Jubileo na Igreja de Santiago, e animada de fervoroso espirito, partio a pé com as suas companheiras a visitar o corpo do Santo Apostolo, despendendo pelo caminho pela sua propria mão copiosas esmolas, dando-lhe esforços a Divina graça, para que esta Princeza de natureza debil e delicada, e entrada em annos vencesse o trabalho, e discommo do desta peregrinação. Na volta visitou o Santo Lenho no Mosteiro de Moreira de Conegos Regrantes, e em Lessa o Santo Cavalheiro D. Garcia Martins; e tendo feito no caminho obras do agrado de Deus, se recolheo ao Mosteiro de Odivellas, em que perseverou santamente até que o seu coração, que na vida tolerara tão vehementes e sensiveis golpes do amor, e da natureza, vendo morrer o Infante seu pay tão desgraçadamente na batalha de Alfarrobeira, e sem successão a sua Casa pelas anticipadas mortes de seus irmãos, perdidas tambem por falta de successão as Coroas de Aragaõ, e Chipre, e ultimamente a de Portugal, na desestrada fatalidade da morte do Principe D. Affonso seu sobrinho; rendida mais de trabalhos, e austera vida, que dos annos, quando contava cincoenta e seis de sua idade, corroborada com os Sacramentos acabou com morte preciosa a 11. de Fevereiro do anno 1493, como refere o Licenciado Jorge Cardoso, fundado em hum assento, que achou em Odivellas, escrito no fim de hum livro, o qual diz: *Em a Era de 493. a 11. de Fevereiro dormio graciosamente em o Senhor, e jaz em Odivellas;* e em outra memoria, que anda no das Calendas, no remate de huma abreviatura da Regra de S. Bento, diz: *III. Idus Februarii obiit illustrissima, & virtuosissima D. Philippa, reformatrix istius domûs.* Porém ainda supostas estas memorias me persuado foraõ postas depois, e se equivocaraõ no anno, porque a vida desta Princeza durou mais annos, e faleceo no mez de Julho de 1497. Na Torre do Tombo na casa da Coroa, na gaveta 16. dos Testamentos dos Reys, achey o seu testamento feito a 9. de Janeiro do anno de 1493. e depois se acha hum additamento ao mesmo Testamento, que he

parte delle, que acaba: *Este escripto, e sinado de minha mão hoje dezanove de Julho da Era do Senhor 1497.* a qual contém huma satisfação aos seus criados, e devia ser esta declaração feita, ao que parece, na ultima doença, de que me persuado faleceo a 25. de Julho, em cujo dia poem a sua morte Fr. Chrysostomo Henriques no Menelagio Cisterciense, ao que me parece, mais bem informado, por se conformar com a dita verba do seu Testamento, que ainda que não he o original merece credito. Jaz no Mosteiro de Odivellas na Sacristia, onde está o seu corpo, e alli se vê o seguinte Epitafio:

Aqui jaz a Serenissima Senhora D. Filippa, filha do Infante D. Pedro, e de sua mulher D. Isabel, neta delRey D. João I. viveo, e morreo recolhida neste Convento.

Entre as tribulações da sua vida compoz diversas obras, a saber: Estações, e Meditações da Paixaõ, muito devotas para os que visitaõ as Igrejas em Quinta Feira Mayor, as quaes se deraõ à estampa. Hum conselho, e voto, que deu sobre as Terçarias, e guerras com Castella, no tempo da Excellente Senhora, que no anno de 1643, imprimio o Chronista môr Fr. Francisco Brandaõ. Manuscritos: traduzio de Latim em Portuguez as obras de S. Lourenço Justiniano, que serviraõ muito a sua sobrinha a Princeza Santa para o desprezo do Mundo, e entrar na Religiaõ, e para a dita Princeza escreveo varios Tratados espirituaes de doutrina, com muita erudição. Traduzio de Francez em Portuguez hum livro de Euangelhos e Homilias para todo o anno, que deixou às Religiosas, com huma Dedicatoria, escrito e debuxado com estampas das historias delles, por sua mão, e este foy o ultimo penhor da sua piedade para com aquele Real Mosteiro, onde se conserva. Huma pratica excellente, que fez ao Senado de Lisboa no tempo, em que se temia alguma alteraçãõ. Desta Princeza trataõ como insigne em virtude, o Agiologio Lusitano, e os Annaes da Ordem de Cister.»

A transcrição é longa, mas não quisemos cortar pelos louvores da Snr.^a D. Filipa de Lencastre, nada na bela terra de Coimbra e que Ferdinand Denis faz com ingenuidade, muito para admirar, discípula do grande Jan Van-Eyck.¹

Dêste texto não poderiam na verdade os historiadores que se seguiram a D. António Caetano de Sousa tirar mais que três filhas para o infante, D. Isabel, D. Brites e D. Filipa.

Mas quem procurar a justificação das páginas da *História Genealógica*, nos volumes de provas que para isso se publicaram, lá encontrará a *prova* de que do casamento do Infante D. Pedro com D. Isabel ficou mais uma filha chamada Catarina.

O problema histórico para resolver é outro, não é êste.

A infanta dos lindos cabelos loiros, porque tinha os cabelos

¹ Cfr. *Da illuminura dos codices manuscriptos em Portugal*, pág. 32, 33 e 34.

doirados e pálidos como os raios do sol na primavera, a pequenina D. Catarina, acha-se nomeada na cédula testamentária de sua irmã a rainha D. Isabel e esta publicada desde 1742, no segundo tomo das *Provas da Historia Genealogica da Casa Real*.

Aí anda, a página 51, a «*Convalidação e aprovação do Testamento da Rainha D. Isabel, porque deixou à Senhora D. Filipa, sua irmãa, vinte e oito mil escudos de suas arrhas, e que se fizesse o Mosteiro de S. João da par de Xabregas.*

D. António Caetano de Sousa diz ter encontrado o documento no *Arquivo Rial da Torre do Tombo*, a pág. 37 do *liv. I dos Reis*, donde o copiou com bastantes inexactidões, seja dito em abôno da verdade.

O documento é interessante.

Por êle se vem a saber que D. Isabel, a filha do infante D. Pedro, casada com D. Afonso V, considerando que a geral experiência, confirmada por muitas autoridades de santos doutores, ensina que cada dia se deve esperar como o derradeiro da vida, para limpeza da consciência e disposição das cousas cumpridoras depois da morte, fizera, ante por alguns anos do seu passamento, uma cédula testamentária em que deixara escrita sua postumeira vontade.

Foi esta cédula feita em Lisboa a 5 de Fevereiro de 1452 por Álvaro Gonçalves seu capelão-mór e assinada pela rainha.

Mais tarde, fez a rainha outra cédula que teve por assinar até a morte a levar.

D. Afonso V, encontrando as duas cédulas depois da morte da rainha, quis honrar sua memória validando a primeira que ela assinara, modificando-a porêm, pois tanto quisera deixar a rainha a D. Filipa que os filhos ficariam todos privados da sua herança.

Ora na primeira cédula testamentária mandara escrever a rainha D. Isabel.

«Item aa parte que tenho no cambo de Florença faço herdeira minha Irmãa D. Felipa desto, e doutra qualquer couza, que se achar que herdo per morte de meu Padre, ou per outra qualquer maneira que seja. Item pesso por merce a ElRey meu Senhor que se lembre de minha madre em tanto dezemparo, e mingua, que a queira amparar e ajudar a soportar seu estado, e asi de minha irmãa D. Catarina».

Na segunda cédula, que parece ter ficado por acabar, D Isabel não faz referência nem à mãe nem a D. Catarina.

Na primeira cédula testamentária da rainha D. Isabel, se encontra portanto o nome da irmã D. Catarina por fôrma a não poder pôr-se em dúvida a sua existência.

O mesmo documento dá a explicação que o Sr. Dr. José de Figueiredo procurava para o documento com a data de 5 de Março de 1455, encontrado pelo Sr. Pedro de Azevedo, na Torre do Tombo e pelo qual D. Afonso V, *consirando a muyta rrazom que teemos aa aa Ifante dona Isabel minha muito prezada tya e madre* outorgou à duquesa de Coimbra 120\$000 reaes para ajuda da sua mantiença e de dona C.^a (Catarina) sua filha que com ella esta. ⁽¹⁾

D. Isabel, como o próprio D. Afonso V confessa na *Convalidação*, conquanto tivesse ocultado, toda a sua vida, ao marido o haver feito as cédulas testamentárias, muitas vezes lhe dissera os seus desejos, por fôrma a que a sua vontade era conhecida do monarca.

Não há historiador que não conheça as instâncias repetidas, feitas por D. Isabel ao marido a favor da sua mãe e dos seus.

D. Afonso V outorgando os 120\$000 reais, em vida da mulher, á duquêsã de Coimbra e a D. Catarina, fizera-lhe a vontade e tornara, por isso, inútil nesta parte a primeira cédula.

Daí o ter feito segunda em que não recomenda a D. Afonso V nem a mãe, nem a irmã, o que até hoje não tinha a explicação lógica que veio dar-lhe o documento publicado pelo Sr. Dr. José de Figueiredo.

D. Afonso V aceitou a primeira cédula, como se fôsse testamento válido, apesar das irregularidades legais que era o primeiro a reconhecer-lhe, *avendo*, dizia êle, *em lembrança o muito grande e leal amor que nos em sua vida sempre teve, e, quanto sempre trabalhou de seguir e cumprir em todo nossa vontade, pelo qual nos a amamos sempre mui muito em sua vida, e agora amamos muito mais sua alma, e mui affectuozamente lhe dezejamos salvação, e esso mesmo cumprir quanto com justa rezom pudeseamos sua ultima vontade em a morte, como ela sempre a nossa em a vida.* ⁽²⁾

Se procurarmos esclarecer as palavras da cédula *aa parte que tenho no cambo de Florença*, outra vez encontraremos men-

⁽¹⁾ O sr. Dr. José de Figueiredo—*O pintor Nuno Gonçalves*—pág. 51.

⁽²⁾ *Provas da hist. gen.*, tomo II, pág. 55.

cionada D. Catarina, e colheremos particularidades interessantes para a sua descurada biografia.

Por 1862 e quando do casamento de D. Luís com a rainha D. Maria Pia, *per le auspicatissime nozze*, publicou-se em Florença um livro interessante com o título *Serto di documenti attenenti alle Reali Case di Savoja e di Braganze*.

Nêle anda a páginas 149 e 150 uma carta de D. Afonso V dirigida à Senhora de Florença, a fim de serem averbados os dinheiros que o infante D. Pedro tinha depositados no Monte dos créditos daquela cidade, em que o monarca português enumera os herdeiros do infante que eram, àlêm dos filhos de D. Afonso V; o príncipe D. João e a infanta D. Joana, os filhos do infante D. Pedro, *D. Petrus administrator ordinis Avisiensis, D. Jacobus olim Cardinalis . . . , D. Johannes Princeps Antiochiæ, D. Philippa, D. Beatrix, D. Catherina . . .*

Mas deixemos os documentos estrangeiros para voltar aos que se teem publicado no nosso país, sôbre os descendentes do infante D. Pedro e o depósito no Monte de Florença.

Sousa Viterbo publicou no *Archivo histórico* (1903-Dezembro) um estudo com o título de *A avó materna de Albuquerque*. Por aí se vem a saber que a avó do *terrível* Albuquerque, a senhora D. Guiomar de Castro, primeira condessa da Atouguia, dona de grossos cabedais, emprestara ao infante D. Pedro novecentos e oitenta e um mil, oitocentos e vinte e cinco reais brancos e sete pretos e meio, que, repartidos, diz um dos documentos, *per sete herdeiros que do dito Ifante ficarõ*, davam cento e nove mil e seiscentos e noventa e três reais brancos e três pretos a pagar por cada herdeiro.

Ora quem eram estes 7 herdeiros? Eram os do infante, os já mencionados no documento anterior; D. João, D. Pedro, D. Isabel, D. Jaime, D. Brites, D. Felipa e . . . D. Catarina.

Não falta o nome da princesinha no documento. É até muita vez citado :

...e que a jfante (D. Isabel, duqueza de Coimbra e mulher do infante D. Pedro) fezera doaçom ao dito dom Pedro rreeo seu filho da parte que herdara do dito monte de Frolença dona *Catharina* sua filha jrmaã do dito Reeo moça meyor de Ydade que esta sob seu poder per bem daquali doaçom elle dito rreeo era obrigado de lhe pagar o que aa parte da dita dona *Catharina* montaua da dita diuida que porem pedia contra elle que per nossa sentença defenjtiua pernuciando declarassemos o dito dom Pedro seer sucessor da dita

dona *Catharina* sua jrmaã per bem da dita doaçom que lhe a dita sua madre fezera e a dita dona *Catharina* seer herdeira ao dito jfante seu padre na sua parte em que montaua pagar da diuida della autor os dito c ix e bj.º l riiij reaes e tres pretos e per a dita sentença per bens do que dito he lhe condenassemos o dito rreeo que lhe desse e pagasse os ditos c ix e bj.º l riiij reaes brancos e tres pretos pella parte da dita dona *Catharina* sua jrmaã e lho condenassemos mais em as custas segundo que em sua pitiçam compridamente era contheudo. A quall vista per nos por quanto nos o dito dom Pedro meu primo expresseo que era verdade que elle acceptara a parte da dita sua jrmaã e mandou seu procurador que por ella rrespondesse julgamos a dita petiçom que procedia e madamos ao procurador do dito dom Pedro que mostrasse quallquer cousa que teuesse a escusar de nõ pagar o contra elle pedido e sobrello foy rezoado tanto da sua parte que o fecto foy concluso e visto per nos em rrelaçõ com os do nosso desembargo. Acordamos que vista a pitiçam da dita condessa e examinadas as scripturas por sua parte as ofericidas e como por parte do dito dom Pedro se nõ alegou cousa algũa se escusar nõ pagar o contra elle pedido por a parte e quinham que socedeo a dita *dona Cathariua* sua jrmãa ao jfante D. Pedro seu padre no caybo de Frolença na quall parte e quinham ora o dito dom Pedro sobcedeo e acceptou segundo se mostraua per hũa verba que vijnha em hũa carta que nos elle enviara e anyda comprida emformaçõ da contija que monta na dita parte que he o setimo do dito caybo no quall monta quatrocentos e xx biiij mil e b.º lxx j reaes e siiij pretos e meyo na diuida da dita condessa quanto he aa parte da dita dona *Catharina* monta c ix bj.º l r üj reaes e tres pretos, porem nom catando doutra proluxidade de proceso nem mayor de longa condenamos o dito dom Pedro aa dita condessa polla parte pertuncente a dita *dona Catharina*...

E aqui acabam as referências a D. Catarina. Só neste documento se encontra seis vezes o nome que tanta estranheza causou ao Sr. Dr. José de Figueiredo.

Dêste último documento se deduz que à data dêle, *anno do nosso Senhor Ihesu Cristo de mil iiij lx ij* (1462) D. Catarina vivia ainda, era de menor idade e habitava com a mãe, a duquesa D. Isabel sob cujo poder estava.

Em 1462 vivia D. Catarina, porque em todo o documento, nas passagens, em que se lhe refere, não vem a frase obrigatória *que Deus haja*.

Era *meyor de ydade portanto menor*, sem a idade da *revora*, os 15 anos.

A 16 de Dezembro de 1466 devia ter morrido já, porque, como dissemos, tem essa data o testamento da mãe, a duquesa de Coimbra que não se refere a ela, o que não deixaria de fazer, se ela vivesse ainda, pelo menos para a recomendar à irmã, D. Felipa a quem deixa a têrça.

É a morte de D. Catarina que explica ainda a saída da duquesa, sua mãe, de Coimbra e a sua ida para as partes de Lisboa, aonde foi enterrar-se viva, na frase já citada de fr. Manuel da Esperança.

A misteriosa arca de pedra do mosteiro novo de Santa Clara é, como deixamos provado, a sepultura de D. Catarina, filha do infante D. Pedro e da duquesa de Coimbra D. Isabel, que morreu de menor idade, antes de 16 de Dezembro de 1466.

Da mesma princesa são os lindos cabelos loiros, piedosamente guardados no museu Machado Castro.

Porque terão passado em silêncio a história da pequenina princesa, os historiadores que tam chorosamente teem contado o desgraçado fim do infante D. Pedro, a mísera sorte da família perseguida?

Pois não era para aproveitar o episódio, descrevendo-a agarrada chorosamente aos vestidos da duquesa, que levava ao colo, na fuga, pelo campo de Coimbra, a cabeça colada ao peito, o choro baixo, perdendo-se no coração da mãe e ateando a cada momento o lume daquela dor tam grande, o olhar medroso espreitando azul, como um miosótis, pequenino e molhado, por entre os fios do seu cabelo de ouro que pareciam soar doloridamente a cada um dos seus gritos soluçados?

Porque deixariam os historiadores de contar lanço tanto para comover?

O meu amigo Sr. Anselmo Brañcamp Freire, que tem a paixão do século xv português e o ama com a admiração generosa, com que nas grandes almas acham sempre eco os feitos grandes, supõe que em qualquer defeito moral ou físico da pequenina princesa estaria o segrêdo desta omissão, que crê voluntária, da parte dos cronistas.

É com pesar que aceito esta curiosa explicação, porque vejo esta princesinha com o interêsse que todos temos pelo que encontramos perdido pelos outros...

Coimbra—Dezembro, 1916.

TEIXEIRA DE CARVALHO

A insubsistência dos valores germânicos

Quando Descartes iniciou a dúvida metódica para fazer a revisão dos conhecimentos humanos, a moral foi posta à parte, aceitando provisoriamente a moral comum.

É que o espírito moral, a consciência, eram a substância do homem, o seu modo peculiar de ser dentro da natureza.

Duvidar dos preceitos duma certa moral era legítimo, mas discutir a polarização ética nenhum povo ou pensador, para quem a vida espiritual exista, o pode fazer.

A polarização—bem, mal—é modificada apenas por certos criminosos; sendo uma das funções sociais do crime a irreverência iconoclasta contra um dado bem e um dado mal.

Esta função criminal foi desempenhada na Alemanha pelo menos artificial, mais recto e fundo dos seus pensadores.

Nos outros filósofos alemães perde-se o geito próprio sob a *erudição* (e não educação) clássica; em Nietzsche, filósofo da aristocracia, é o temperamento mais gregário e directamente germânico. Homem de reacções, êle é aristocrata e refaz aquela insípida e revelha teoria do retôrno, êle é germânico, e, porque delira, insulta a lenta e vagorosa fôrça da raça não vendo a tremenda condensação, que se forma.

O seu pensamento faz o salto mortal continuamente, e o geito da cabriola é bem marcante no bailarino Zarathrusta.

O germânismo abafa sob o disfarce da cultura clássica, e, em Nietzsche, dá-se a maior revolta naturalista de que fala a história do pensamento humano. É, por isso, que, em Nietzsche, se faz o estudo do germanismo em estado de natureza, sem artifícios. Nos

outros filósofos são teorias mais ou menos complicadas a mascarar a mesma vontade depredadora dos valores espirituais.

Depois veremos que, em todos, a pessoa moral se dilui num panteísmo moral, que é a sua negação e aniquilamento.

Nietzsche é o fenómeno singular dum pensamento especulativo, desempenhando a mesma função social que o crime.

Fenómeno duplamente curioso, pois mostra como a sociedade é uma arquitectura de pensamento ainda errado, onde a própria imperfeição se revela no ilogismo do crime, e mostra como, dentro da humanidade, o germanismo, que Nietzsche representa, tem uma função social de crime.

Ora, se o crime é um ilogismo social, o germanismo não é mais que um êrro da organização social humana.

É, com efeito, êste êrro, que, de armas na mão, a Europa corrige, e é também, por isso, que, acabada a guerra, terá a Europa de emendar a sua organização social, sob pena de tudo permanecer na mesma.

Que quer então Nietzsche? Como o crime, quebrar a polarização ética e tomar à sua conta a definição do bem e do mal. É, com efeito, para essa obra que corre todo o ímpeto da sua vontade.

É como o espectáculo da lava destruindo todas as maravilhas acumuladas sob a bôca dum vulcão.

Fenómeno mais complicado que um ilogismo social, pois é, no bom e velho sentido da palavra, um autêntico peccadô contra Deus, guarda dos mais altos valores morais.

O bem e o mal são meros fenómenos de adaptação social, sem qualificação ética.

São as categorias sociais, não criadas por uma recíproca e íntegra adaptação social, porque seriam de novo lógicas; mas categorias, tábuas da lei, dadas aos fracos pelos fortes vitoriosos.

Eis, pois, o bem e o mal como simples funções da Fôrça. Mas qual fôrça? É claro que o germanismo, sendo o crime, seria uma descida, uma queda da diferenciação; mas da moral à psicologia, à simples biologia ou até à física?

A redução de Nietzsche é essencialmente fisiológica, como era de prever. É a antiga alegria, a embriaguez do hidromel a reclamar lugar filosófico. Os fortes são essencialmente os ágeis, os gigantes de punho rijo e vontade feroz. Como a redução atravessa todos os graus, há também os valores psicológicos mais sim-

ples: a manha, a crueldade, a vontade elementar, ou tendência, obstinada e progressiva.

Aqui é ainda Nietzsche, no seu aspecto histórico, um homem de reacção.

Discípulo de Schopenhauer, dêle recebera Nietzsche o conceito de vontade elementar, cega, anterior à inteligência; mas, como Schopenhauer concluía a dôr e a negação de viver, o nirvana, Nietzsche irá concluir a grande Alegria, tamanha que, sem cessar, se repita.

De aí ainda, a transmutação dos valores. Schopenhauer concluía a piedosa simpatia, pela mesma analogia que lhe dera a vontade essencial. Nietzsche inverte, e, como Schopenhauer é pouco, incha, hiperboliza até Cristo. E agora Nietzsche é já o Anti-Cristo.

O notável filósofo Hoffding coloca Nietzsche, com Guyau, na filosofia dos valores. Êles, com efeito, ambos buscaram à vida um significado de valor; mas Guyau com o seu critério de vida generosa e fecunda nunca safu da vida estética e moral.

Por isso mesmo o sociólogo Roberty encontra, em Nietzsche, um maior interêsse sociológico, pois o crime, como a doença na biologia, desagrega os elementos analíticos da lógica social.

Se Nietzsche foi o alto e sincero representante do naturalismo germânico, não seria preciso ir buscar a outros filósofos a demonstração da queda dos valores intrínsecos do espírito em fôrças de ordem inferior.

Curioso é, no entanto, observar como o próprio Leibnitz acabava por esgotar a liberdade pessoal no necessitarismo panlogista duma característica universal.

A eficácia da acção social escapava-lhe desde o mundo físico, vendo na fôrça um apetite, uma mónada inferior, ao mesmo tempo que Newton, pela alta concepção das fôrças centrais, claramente estabelecia o carácter de interpendência social das fôrças.

É assim que Leibnitz, applicando a sua genial concepção de continuidade à vida e à morte, dava aos corpos a simples preformação e redução de simetria geométrica, fugindo à função criadora da epigénese.

E a acção moral não mais era que o desenvolvimento lógico duma preformação social: a harmonia preestabelecida.

Kant toma, para fundamento de moral, o facto empírico do dever na sua forma de lei universal; bela attitude para uma fecunda

autonomia do dever, se a vontade não tivera de morrer de inanição num mundo anteriormente fechado à sua acção pelos elos duma causalidade absoluta.

Fichte atinge a altíssima noção dum universo, simples teatro da acção moral; mas dilui logo essa moral de cada eu no corpo informe dum Eu transcendente, que, a existir, será o único.

Hegel desenvolve por antinomias o pensamento experimental, fazendo-o esquecer a experiência, portanto a acção social. É claro que tudo será nos necessários momentos dessa evolução e o espírito evoluindo em história dará a esta a plena justificação de todos os seus sucessos. «Que a história tem sempre razão» é o pensamento que ao próprio Wundt não é estranho; veremos se concordam com a actual derrota alemã. Wundt, estudando a acção da sociedade na psicologia individual, sobrepõe à vontade individual a do grupo.

Mais profundamente o francês Durckheim se deu ao estudo das criações sociais, chegando a estudar as próprias categorias do pensamento dentro deste critério.

Mas, precisamente aqui, o indivíduo toma conhecimento da consciência social para a penetrar, possuir e clarificar.

É que o valor intrínseco do espírito é, nos alemães, apenas um conhecimento de superfície, não uma assimilação profunda até ao núcleo do próprio sêr. Não sendo filósofos de profissão, sem o dever profissional da cultura, gritam claramente os imperativos inferiores da Fôrça.

Fôrça, que, neste caso, não tem o significado mecânico; mas é antes a energia, ou capacidade de acção.

Ora a energia, neste sentido de utilização, é, mesmo no mundo físico, essencialmente regressiva, em permanente decréscimo.

Em técnica social essa capacidade de acção sossobra e aniquila-se, quando a não dirige um superior destino. É a tirania das cousas criadas sobre a acção que as gerou, que vem desde as *impasses* do pensamento, quando os conceitos objectivados perdem o seu potencial psíquico, até ao absoluto encadeamento da atenção social ao colosso da indústria e conseqüentes *impasses* económicas duma produção sem freio, nem lei.

É este o erro de todos os obscurantismos sociais. O que o homem tem de lúcido e director é a sua consciência; pôr, de fóra e acima dela, qualquer realidade é regressar a fórmulas inferiores de

vida, caminhar direito para dúvidas e contradições, que amesquinham e degradam.

O que dá uma aparência de razão aos diferentes obscurantismos é que o vago dos seus conceitos nos permite a visão global dum conteúdo opulento em oposição com o pobre actualismo lógico de cada época.

Também a êste contraste vem dar fôrça um finitismo (não no significado que tem na nobilíssima filosofia de Renouvier) de míngua e miséria.

É assim que, por exemplo, os homens progressivos duma época, quando julgam que o espírito criador de certas formas do passado nelas se esgotou, negam não só o valor dessas formas da tradição, mas até do espírito que as criou, como se nelas se integralmente esgotasse. É então que a reacção tradicionalística aproveita o vago do têrmo, vago cheio das ressonâncias das harmonias passadas.

Se compreendermos o infinito da acção criadora que a cada momento cria e excede as criações, saberemos então que, ao dispôr da mais alta direcção criada, uma indefinida capacidade de acção se nos oferece.

Então é com um *socratismo*, isto é, com os mais altos e claros conceitos da consciência, que partimos para a acção social.

O que de mais alto e claro existe no homem é o supremo persuasivo (Fouilleé) da moral.

O homem quere a mais alta harmonia da vida ideal que concebe, e, como a quere, desdobra-se em amoroso e fecundo esforço de acção.

A consciência é logo, como conhecimento ou querer, um laço, uma realidade social.

Elucidar os imperativos da consciência social, a ponto de poderem ser os supremos persuasivos de cada consciência, é a verdadeira tarefa duma moral autónoma e ao mesmo tempo rica da maior realidade ou mais concreto universalismo.

Clarificar os imperativos sociais, ao ponto de os tornar em claros e amorosos desejos de cada consciência, é uma boa parcela de verdade e justiça, que pertence à parte nobre da tendência social denominada anarquista.

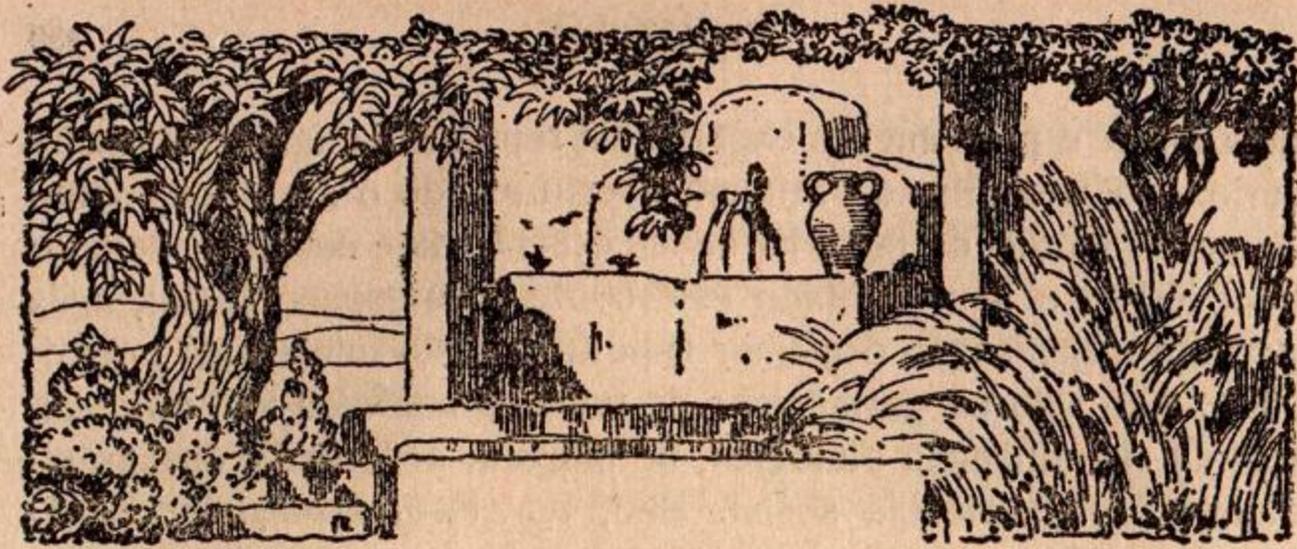
Introduzir as seduções da finalidade moral é dar às sociedades uma clara directriz, de verdadeira liberdade, eficaz e criadora.

Assim o direito irá sendo aquela parte da lógica social que

uma longa e permanente experiência reputou o mínimo de necessário condicionalismo. Mínimo aberto a todo o aprofundamento da acção moral, da nova harmonia descoberta e desejada, sempre num lógico e bem definido esforço de mais espaço social, mais perfeita organização e melhor espiritualização interior do organizado. Os valores germânicos de redução analítica vão no caminho da simplificação biológica, de míngua, desprezo e obscurecimento da experiência social. São, por isso, insubsistentes. O homem tende a substituir, em toda a parte, as fôrças inorgânicas e desordenadas pela direcção finalista da sua consciência moral.

O socratismo, ou clarificação dos imperativos sociais, é a própria direcção psíquica e histórica do conhecimento humano.

LEONARDO COIMBRA.



Amor crioulo

(VIDA ARGENTINA)

CAPÍTULO VII

.....

Porfim, andados uns dias mais, o Silveira, reputando-se um experto conhecedor já da região, emancipou-se. Agradava-lhe agora de preferência, uma ou outra vez, sair êle só e aventurar-se em sôltos rumbos pelos dilatados panoramas da redondeza. As fragoeirias qualidades naturais do seu génio requeriam esta expansão libérrima. O aguilhão vago da incerteza era um estímulo mais a acicatar-lhe o vivo apetite do inédito, neste seu investimento solitário do Desconhecido. Assim aconteceu que, uma tarde, depois de haver gozado algumas horas andando às inculcas, sòzinho e à tôa, pelos campos, quando pensou em regressar à *estância*, pela primeira vez hesitou na direcção a seguir e começou a dar-se conta, com arrelizador desagrado, de que pisava um país ignorado, alheio, hostil . . . compreendeu que se havia perdido. A sua illusória presunção de infalível batedor do campo atraçoara-o. Não sabia onde estava. Debalde interrogava e buscava ansioso profundar o mudo enigma do espaço. Na inquieta demanda do rumo perdido, ensaiava ao acaso, veredas e trilhos novos ou fazia longas e fatigantes caminhadas, que, como num circuito infernal, o traziam invariavelmente ao mesmo ponto de partida. Já a noite vinha próxima e os pontos de referência conhecidos falhavam-lhe. Olhava ao largo e respondia-lhe o desdêm burlão da imensidade. O mesmo dócil animal que êle montava, parecia tomado também, — caso raro, — de uma indecisão,

de uma ignorância, de um receio igual, e a cada momento estacava, fitando as orelhas, e num interrogativo ruflar, nervoso e àlerte, alongava as narinas fumegantes. E não aparecia viv'alma! Teriam que ficar pra'í assim, Deus sabe como, aonde e por quanto tempo . . . Nem um ente vivo que os encaminhasse! Não apontava um sinal, não alvejava uma casa. Não surdia por acaso algum dêsses velhos e graves *rastreadores* que, — êle ouvia contar, — seria capaz de metê-lo a direito, descobrindo e estremando-lhe o decalque do passo da montada no piso batido e poeirento da planura. Nem tampouco se fazia o milagre de êle encontrar um dêsses subtis *baquianos*, inverosímeis topógrafos, que sabem o curso de todos os mananciais, conhecem os vaus de todas as ribeiras e são peritos em discernir, um por um, entre milhares de caminhos . . .

Então, na sua insistente e miúda inquirição do ambiente, o Silveira notou súbito, e ali bem perto, uma sebe de arbustos bravos para lá da qual havia seguramente alguém. Sim, porque, não obstante a calma paradisíaca do ar, as suas fôlhas tinham roces metálicos, e os ramos abanavam, estalidavam, dobravam-se em choques rumorejantes. Dirigiu para ali o cavalo e breve distinguiu através da folhagem as indecisas linhas de um grupo: duas figuras, mas evidentemente em briga, porque, ao seu impulso, a trama verde da precária vedação tinha deslocções violentas, crispava-se em bruscos sacudimentos, e de envolta com a sua arrepelada flutuação vinha o resfolgar opressivo e anelante de pessoas que lutam e estrebucham ardidamente . . . Curioso, o Silveira apeou-se de golpe e deu volta. E viu que um sujo e intonso labroste estrangulava nos braços brutais o corpito espavorido e vibrátil duma jovem aldeã, que se debatia exasperadamente e que aquele animal queria à viva fôrça sujeitar ao cêvo do seu desejo.

O coração do Silveira teve uma retracção de generosa angústia, um lume vingador lhe passou diante dos olhos e atirou-se, de salto, contra o cobardíssimo sátiro, aplicando-lhe bruscamente um formidável murro contra a nuca, e logo, cingido cerce com êle, afogando-lhe o pescoço com as mãos tirantes, duras, implacáveis como duas tenalhas de aço. Subjugado pela inopinada e valente agressão, o imundo labrego não teve mais remédio senão deslaçar os braços, largando a presa; e queria voltar-se e deffrontar duramente o adversário; porêm antes, cedendo ao garrote

aniquilador da asfixia, cambaleou e tombou desfalecido na mesma terra revôlta pela sua bestial investida. Dominador e soberbo, com o *revolver* pronto assestado, o Silveira ameaçou:

— Se te mexes, cão! faço-te saltar os miolos.

O contrito matulão, estendido e inerte, esboçou um esgar implorativo, sem palavra ferir, erguendo os braços suplicantes.

Aproveitou o Silveira êste favorável instante para lançar um olhar de piedoso interêsse sôbre essa ignorada flor da selva que êle providencialmente acabava de salvar, a sua pequena desconhecida. E logo o vencido rústico, surpreendendo a momentânea distracção, saltava lesto em pé e pronto a arremeter como um toiro, lívido de raiva, com uns olhos de morte, contra o seu garboso rival, brandindo o traiçoeiro *cuchillo* no braço homicida. Porém acudiu a tempo, de sua banda, a rapariga, alcançando-o animosa pela espalda e pendurando-se-lhe do braço em pêso, a segurar-lhe o pulso. Foi um momento, — o bastante para o Silveira de *revolver* sempre assestado, retomar o seu ascendente e obrigar o meliante a largar o ferro. E vá de zurzi-lo depois com o chicote despiadadamente, cobrindo-o de impropérios, fazendo-o rodopiar sôbre os rins, arregoando-lhe a face, varejando-lhe os quadris, cortando-lhe os joelhos. E o confuso marmanjo, outra vez de braços ao alto, não fazia agora mais que recuar, recuar passivamente . . . té desaparecer por fim na sombra, derreado, aturdido, cego e vagamente ameaçador, rugindo.

Podia agora enfim o Silveira contemplar mais em sossêgo a curiosa figurinha que tinha ali assim a seu lado, retraída e tímida, toda tremulante e magoada ainda da repelente luta de há pouco. A estúpida scena fôra tão breve que a êle nem dera mais tempo que para fixar-se bem nos gestos e atitudes do seu caviloso contendor. Da indefesa vítima dêste não chegara a lograr formar-se uma noção definida e clara. Agora, sim . . . Era uma linda e adorável *morenuncha*, pouco mais de núbil, delgadita e enxuta, de um moreno de bom tom, um moreno atenuado e lânguido, apenas mais vigorosamente mordido na macieza tostada da nuca, no nanquim macerado das olheiras. Calçava uma espécie de tôscas alpercatas brancas e grosseiras meias negras, de lã; sôbre a saia, muito curta, negra e rústica por igual, e em cujos tupidos refêgos a estreiteza anadioménica dos quadris se perdia inteiramente, abatia-se a fimbria sôlta de uma blusa clara, de riscado; e pela colina apolínea dos ombros, firmes e redondos,

uma floresta de fartos cabelos negros, naturalmente ondedos, desparramava-se em desalinho. O fresco e apetitoso desabrochar de uma esplêndida flor do campo. Tinha uma expressão singular, entre menineira e selvática, uma como frescura moral de clara fonte. A mais pura linha de contôrno ovalava o seu rosto cheio e singelo, côr de trigo maduro, animado por uma bôca que era um alçapão de desejos, aquecido por uns deliciosos olhos negros, cheios de fogo, olhos que se não fôsem tão puros seriam a perdição da sua alma. E a cálida veemência do temperamento, as demasias do sentir latente, a flama espirrante da sua vida interior, denunciava-as bem a tinta mate da epiderme, — essa côr hepaticizada e ardente das loucas depositárias da paixão.

Com paternal carinho o Silveira, adiantando-se, perguntou-lhe — como tinha sido aquilo? que se havia passado? — E ela, cândidamente, com um pêso de vergonhoso embaraço a velar-lhe as palavras e a abater-lhe as pálpebras:

Yo andaba buscando una tropilla de cabras que se me ha extraviado, cuando ese gringo . . .

— Pobrezita!

A esta sincera exteriorização de piedosa ternura não teve a suave rapariga uma palavra de comentário . . . porêm a comoção empanou-lhe os olhos e um sôpro de enternecida gratidão lhe fundiu a alma.

— Como te chamas? — familiar o Silveira tornou.

— *Luísa, servidora de Ud.*

— E então agora vais p'r'á tua casa?

— *Si, pues.*

— Muito distante?

— *Sesenta cuadrás, no más.*

— Se queres, eu te acompanho.

— *Bueno, señor.*

Numa instintiva e afável confiança, ela avançou dois passos, o Silveira tomou-lhe a mão esquiva, e os dois acercaram-se então do cavalo, a que o dono tomou a rédea. E queria que a pequena montasse, e cortêsmente insistia, para furtá-la à fadiga molesta de tão longa caminhada. Porêm a gentil rapariga, tenazmente, escusava-se. — *Que no, qué esperanza!* — E por seu turno, desprendida e solícita, teimava em que êle é que tinha de aproveitar a montada. Era o natural . . . Um senhor da cidade, tão fino, tão delicado! — Porfim, a rodear amigavelmente a dificuldade, resolve-

ram por mútuo acôrdo seguirem, já agora, ambos a pé.—Passariam trabalhos iguais . . . assim, nem um nem outro teriam que dizer.—E foi como alegremente iniciaram então a penosa jornada, pronta e infantilmente acamaradados, com o cavalo à mão e marchando a par e passo os dois, —ela mocanqueira e feliz por tão fidalga companhia, vaidoso êle e arrogante por ver-se o depositário ocasional daquele tesouro,—mano e mano diyagando, mansos e graves, na luz indecisa do crepúsculo, pela orla sinuosa dos caminhos.

Nesta hora recolhida e melancólica, já o sol baixava a rasar a purpurina fímbria do horizonte, envôlto numa conflagração de nuvens que o toucavam, redondas e infladas, como o penacho de um elmo rutilante. E o seu estirado reflexo incendia o imenso lençol *pampeano* em fulvas reverberações, como um vasto clarão de incêndio, no mais puro e mordente contraste com a leveza espelhada do céu, infinitamente calmo, fundo e diáfano, cuspidos apenas ao alto de breves nuvens policromas.—Andando sempre, amávelmente o Silveira ensaiava, a curtos intervalos, travar diálogo e entabolar conversa, a fazer um pouco o conhecimento da sua misteriosa companheira. Luísa porêem tinha dificuldade em compreendê-lo, fazia-o a miúde repetir as frases; e apenas se ela consentia depois em deixar escapar alguns raros, intervalados, curtos e sôltos monossílabos, como gotas de água ressumando num subterrâneo. E a seguir logo ela recaía no mesmo mutismo concentrado e apático, fechava-se na sua invariável reserva, na sua tímida esquivança, marchando, silenciosa e humilde, ao lado do seu generoso amigo, com a repousada majestade da paisagem nua do deserto.

Contudo, a poder de paciência e mimo, o Silveira conseguiu inteirar-se de que ela vivia separada e longe do pai e da mãe, por contendas de família; e que trabalhava a jornal, mais um irmão, na fazenda de um dos mais *acaudalados* chacareiros da redondeza. Igualmente conseguiu torná-la sabedora do motivo da accidental aparição dêle por ali. E então era de ver como a interessante *morochita* vivamente se interessava.—Ah, a *estância Amália*? . . . Conhecia muito bem: *uma ricura! Qué buena señora a D. Teresa! Señorita Célia una santa* . . . Por sorte, era p'r'os mesmos lados da sua chácara. Não havia dúvida, ela lhe ensinaria . . . E tudo o mais que quisesse . . . Não havia por'li rincão nem caminho que ela *no supiera al dedillo*. Conhecia-os

com'os seus dedos.—E, dizendo, tornava-se comunicativa, e afogueada, risonha, saltitava de prazer, toda na vibração exultante de poder ser útil a êste bravo e loução desconhecido a quem ela devia mais que a vida.

Porêm, súbito, a atraente campesina estremeceu, e, dando um salto, atirou-se contra o flanco protector do amigo.

— *La lechuza! la lechuza!* — murmurou com supersticioso terror a timorata rapariga.

E apontava um pequeno ponto escuro sôbre um poste telegráfico, à ilharga do caminho.

Ergueu o Silveira, alarmado, na mesma direcção os olhos e pôde distinguir uma pequena ave, de côr àquela hora indecisa, e que lhe pareceu um pouco mais volumosa que os tordos que êle sabia tão bem caçar, na sua terra; porêm com uma grande cabeça chata, solene e doutoral, vagamente humana, e poisada com uma gravidade que lhe dava o mais estranho ar, uma bizarra mescla de ridículo e de mistério. Confrangida e de cabeça baixa apertando os braços, a pobre Luísa entaramelava, — que aquilo era uma ave má, agoireira, sinistra! Mal ia aos que *la lechuza* fitava assim . . . como a ela estava fazendo agora! Era o mais temido avejão do campo, o mensageiro da fatalidade, um prenúncio certo de desgraça.—Animoso e incrédulo, o Silveira buscava tranqüilizá-la.—Que não desse fé a essas estúpidas crendices dos velhos tempos.—Quem cria agora em agoiros? . . . Tonterias! Era um pobre animal inofensivo e simples, como tantos outros.—Luísa porêm convictamente protestava.—Que não! todos os dias se estava a ver . . . Ainda não havia muito tempo que um tio dela caíra e morrera afogado num poço, por ir perdido a querer furtar-se à perseguição de uma aventesma destas, por uma noite assim . . . E a amásia última do patrão? E a filhinha do Sr. Juiz de paz? . . . Não havia nada pior! Tinha a sua vida cortada . . .

E, num mixto de ansiedade e horror, de quando em quando ela indagava a presença, pelo espaço, dessa azarenta mancha indecisa . . . a qual por seu turno, de poste para poste, de bouça para bouça, surda e fantástica, avoejando, implacávelmente os ia seguindo sempre,—na sua grande cabeça redonda, invariavelmente sôbre os dois apontada e fixa, luzindo ameaçadores e presagos dois pontos fosforecentes.

Sentindo contra o seu flanco a palpitação do corpinho fresco e tremulante da rapariga, o Silveira aquecia. Dirigia-lhe palavras

de carinho, cingia-a pelos ombros, afagava-lhe paternalmente o cabelo. Neste delicado momento, senhoreava-o uma ácida perturbação, desdobrava-se-lhe a alma numa inquietante duplicação de sentimentos, participando a um tempo da piedade e do orgulho, da vaidade e do desejo. Quando considerava a justa oportunidade, o êxito feliz da sua cavalheiresca aventura, isento e honesto o coração alargava-se-lhe; e, ao mesmo tempo, por todo o seu ser em alvorôço despertava uma sensação de terna e estranha voluptuosidade,—o apetite vago de possuir a sua linda e frágil tutelada para continuar a protegê-la . . .

Assim foram longamente caminhando, na progressiva invasão da treva e do silêncio, minúsculos e sós os dois na imensidade, alumiados já pelo sonambulismo errante das estrêlas. Por aquela agonia dulcíssima de tarde, o crepúsculo da luz e o crepúsculo da tradição fundiam-se. Era o charro e vazio esbatimento, era a definitiva eliminação de todo êsse mundo de encantadoras e imaginosas ficções que, antes, volitando irrisadas e leves, como borboletas, esmaltavam de poesia a esfumada atmosfera dêste país fantasista e ingénuo,—hoje irremissivelmente dispersas, trituradas e desfeitas pelo industrialismo feroz da hora presente. Não mais serenatas, encantamentos, fadas, demónios surdindo dos poços, virgens penteando-se ao luar, bruxas alucinando donzelas, sereias a adormecer gigantes . . . No repouso letárgico da planura, o único ruído perceptível era por acaso o rouco soluço de alguma locomotiva, raspando ao longe. E neste apaziguamento sem têrmo, na absoluta desolação desta soledade infinita, a monotonia sem fim da *pampa* alastrava como uma imensa mortalha,—era um mar morto num país de olvido.

Haviam atingido o ponto obrigado da separação, o têrmo fatal à deliciosa e imprevista caminhada. Foi quando gravemente o Silveira estacou frente à sua linda sócia de jornada, e tomando-lhe as duas mãos, encarando-a bem nos olhos, suasivo e meigo:

—Então, muito cansada?

—*No . . . aunque fuera doble el camino*, — murmurou Luísa docemente.

—Espero que nos tornaremos a ver . . .

—*Quien sabe?* . . . — devagar ela suspirou, furtando os olhos, com um peganho vago de tristeza.

E dos dois as mãos trémulas e frias deslaçaram-se, houve um

mútuo, breve aceno de despedida e voltaram-se costas, num eloquente mutismo seguindo cada qual seu caminho.

O Silveira, porém, tão pronto deu no seu novo rumo os primeiros passos e sentiu que lhe faltava o que quer que fôsse . . . e contra o seu querer não despegava de pensar, apiedado, quente, com uma devoção enternecida, na misteriosa aparição dessa adorável e paradoxal criatura, tão sobranceira ao mal, tão pura em meio de tanto lodo, tão segura da sua imunidade, tão resoluta diante do perigo. Quis vê-la uma vez mais . . . parou, voltou-se. Mas, impelida por idêntico desejo, ela voltara-se também . . . E nesta simultânea permuta de olhares, confusa de ver-se surpreendida, a alvorotada criança deu logo rápida a espalda e disparou, correndo.

ABEL BOTELHO.



Poemas

A CHUVA DA MANHÃ DO MEU JARDIM

*A doçura,
a frescura
da chuva da manhã no meu jardim! . . .
As rosas gozam de senti-la assim.*

*Não é a chuva
n'um choro monocórdio de viuva,
a chuva funeral sempre carpindo:
é um côro, um côro murmurado e lindo.
E cada folha a ouvi-lo mais se tinge;
é a syringe das nuvens, a syringe
das nuvens que andam na longinqua viagem
e a contam assim em homenagem . . .*

*É o recado encantado, o vago idílio,
que num timbre de prata, em voz de exílio,
as nuvens da manhã vêm murmurar
ao meu pobre jardim da beira-mar.
É uma voz musical, em velatura,
voz de irmã que vem da sepultura,
(como as fontes em sonho) pura, pura,
e que refresca e calma e apazigúa
como um perfume que se evola em lua . . .*

*É como a rega
 que uma frota de nuvens que navega,
 deixa lento cair, deixa sonhando
 cair, cair no meu jardim, beijando . . .
 São ânforas sem fim de argila-bruma
 a verter, a verter, mas uma a uma,
 de guisa que não firam as corolas,
 em lágrimas de pérolas-esmoladas . . .
 E de cabeça nua, eu vou senti-la,
 e quedo sem sofrer, assim a ouvi-la,
 e ao menos nesse instante, ao menos nesse,
 tudo que em mim a acolhe e agradece
 fica tão petalado e comovido
 como os meus lírios no jardim transido . . .*

*Meu Deus, meu Deus,
 possam chorar ainda os olhos meus
 sob este elísio céu em velatura,
 com a doçura, a humildade pura
 da chuva da manhã no meu jardim.*

E dizem os perfumes: — «Seja assim!»

A CRIANÇA E A MORTE

*Sob as árvores de outono,
 a Morte sorri e ama.
 (Vôam fôlhas, vôam fôlhas,
 vôam fôlhas còr de chama.)*

*O outono é o idílio
 da Natureza e da Morte.
 (Bailam mais as fôlhas ruivas,
 Vem à boda o vento Norte.)*

*A Morte abre as longas asas
 como as noivas, com amor.
 (Como jóias, como brasas,
 caem fôlhas ao redor.)*

*Sob as árvores de outono,
a Morte, em êxtase, dança . . .
Vem ao fundo da alameda,
vem brincando uma criança.*

*(Caem agora em vertigem
todas as fôlhas do outono . . .)
Mas a Morte vê-a e pára,
as asas ao abandôno . . .*

*Vai fugindo, recuando
como prêsa de terror . . .
Os seus olhos de sibila,
ante a criança brincando,*

viram mundos, viram mundos, futuros mundos de dor.

REGRESSO

*As janelas da casa em que eu nasci,
já não sabem quem sou, não me conhecem.
Há cem outonos de alma que parti:
os longes da paisagem reverdecem.*

*A um canto como outrora, o meu espectro,
o meu espectro de criança ainda,
scisma em reinos de fadas, tem o scetro
contra a blusa de linho que o alinda.*

*Outros espectros vêm meigamente . . .
Mas só êste agora me hipnotiza,
fechado em sua scisma, inconsciente.*

*E eu que tinha vontade de beijá-lo,
quedo, gelado: temo até que a brisa
ou que um murmúrio de herva vá acordá-lo.*

PARSIFAL

*Sinos de Monsalvat... É sexta-feira santa.
Oh! Como os oiço em mim repercutindo,
melodia de argento que mal canta
sôbre o silêncio que se vai florindo.*

*Como os perfumes no ar pascal, rezar:
rezar, rezar: já Parsifal regressa;
negra armadura, vem como a sonhar,
a lança para o chão, viseira espessa.*

*Como um Quichote místico, estremece...
Crava a lança no chão, e extasiado,
tira os guantes férreos, cai em prece.*

*E Kundry a olhá-lo — já se transfigura —
tem bálsamo da Arábia ali guardado
com que há-de ungi-lo para a Vida pura.*

JARDINS DE KLINGSOR

*Wo ist mein Freund?
Die Blume mädchen.
Parsifal — WAGNER.*

*Flores do jardim, oh! vinde vós ungir-me
ungir-me para a vida e para a morte;
ó onda de perfumes a diluir-me,
vaga do ar rolando a minha sorte.*

*Sonho os jardins ae Klingsor... Bailando,
vem sem pisar, as raparigas-flores...
E mais e mais: o ar vai-se espasmando
— Chovam pétalas sôbre as minhas dores!*

*«O meu amigo?... O meu amor?... Aquele?...»
(a ronda dos perfumes vai dizendo.)
«Vejo-o e não sei... não sei... Onde está êle?...»*

*E a cada instante mais, seios a arfar,
vão por entre as folhagens redizendo:
«O meu amigo?... Aquele?...», sem me olhar.*

BILHETE

*De tal maneira, amor, andas comigo,
és tanto a minha doce camarada,
que a cada instante te consulto e sigo :
Respiro o teu cabelo de evocada.*

*Se escrevo alguma scena do meu drama,
eu leio-a a meia-voz p'ra tu ouvires ;
às vezes penso : — «é ela que me chama» ;
outras, sorrio para tu sorrires.*

*O teu fantasma passa nos espelhos,
e a minha alma, flor, a cada instante,
cai ante a tua graça de joelhos.*

*Há sêdas tuas nestes céus do Norte...
E a faia no jardim, toda ondulante,
fala de ti baixinho com a Morte.*

O VILANCETE DA MORTE

Nothing can we call our own but death.

SHAKSPEARE.

*Senhora que me seguis
com passos tão de veludo,
sou vosso : sois p'ra mim tudo.*

*Aquela que eu mais enlaço,
a quem beijo os pés descalços,
sei lá se tem risos falsos
quando me abraça e a abraço.
Mas vós, carícia do espaço,
num adejar de veludo,
cerraes os olhos a tudo.*

*Sois tão leal, tão antiga,
tão constante, tão comigo,
que se vos sigo me sigo
pois não há melhor amiga.
Onde há assim Rapariga?...
Vosso seio é o meu escudo.
Sou vosso : sois p'ra mim tudo.*

*Quando venho de longada,
dum sonho ou dum desatino,
sois vós, silêncio divino,
que me acolheis sossegada.
A vida é a vossa pousada.
Vossos passos de veludo
fazem música de tudo.*

*Só em vós, em vós sómente,
a vida se vive bem,
em cada instante e no além
de tudo que se pressente.
Só em vós: etéreamente.
Por isso são p'ra mim tudo
vossos passos de veludo.*

HOJE, BEBENDO RHENO...

*Hoje, bebendo Rheno na floresta,
num ar de cinza de doçura mesta,
veio a mim um perfume de humidade
que me ennevoou os olhos de saúde.
Fantasmas tumulares e grisalhos,
em tórno ao pavilhão, grandes carvalhos
que foram deuses druidas certamente,
diziam-me êsse aroma evanescente.
E sem te ver a ti, eu vi, meu Deus,
uma outra vida morta noutros céus...
O cheiro dos carvalhos ia abrindo
todo um passado na memória, lindo.
Tardes de S. João, pura kermesse,
(à minha roda, o ar como embrandece!)
figurinhas de barro de pastores,
moínhos de cartão, os lavradores
passando pontes curvas sôbre açudes
de chapeirão braguês e sócos rudes...
E S. João ao cimo dominando
a paisagem aqui e àlêm tufando,*

*toda em cortiça e musgos, tão musgosa
que era para o olhar cariciosa . . .
Os ranchos, as fogueiras, orvalhadas;
graça pagã: catolicismo e fadas.
Deitávamos balões junto à cascata . . .
A noite era um colar que se desata
em estrêlas cadentes, tantas, tantas,
como as cantigas sôltas das gargantas.
Ninguém dormia. Só de madrugada,
um sono no regaço duma fada,
Titânia, Viviana ou Melusina,
que nos dizia, em sonho, a nossa sina.
As fontes a cantar ao desafio . . .
E tudo o mais, meu Deus, claro ou sombrio,
que num ritmo de dança e de cantiga,
lá farandola pela Morte amiga . . .
Toda a infância então, em panorama,
veio passando em mim: a minha ama,
meu pai e minha mãe, os meus irmãos . . .
— E beijei a chorar as tuas mãos.*

ANTONIO PATRICIO.



A EGREJA DE S.^{TO} ANTONIO DO MONTE (Murtosa)

PROJECTO DE
JOSÉ PACHECO

ALIMENTAÇÃO PÚBLICA

A intensificação das culturas cerealíferas em Portugal

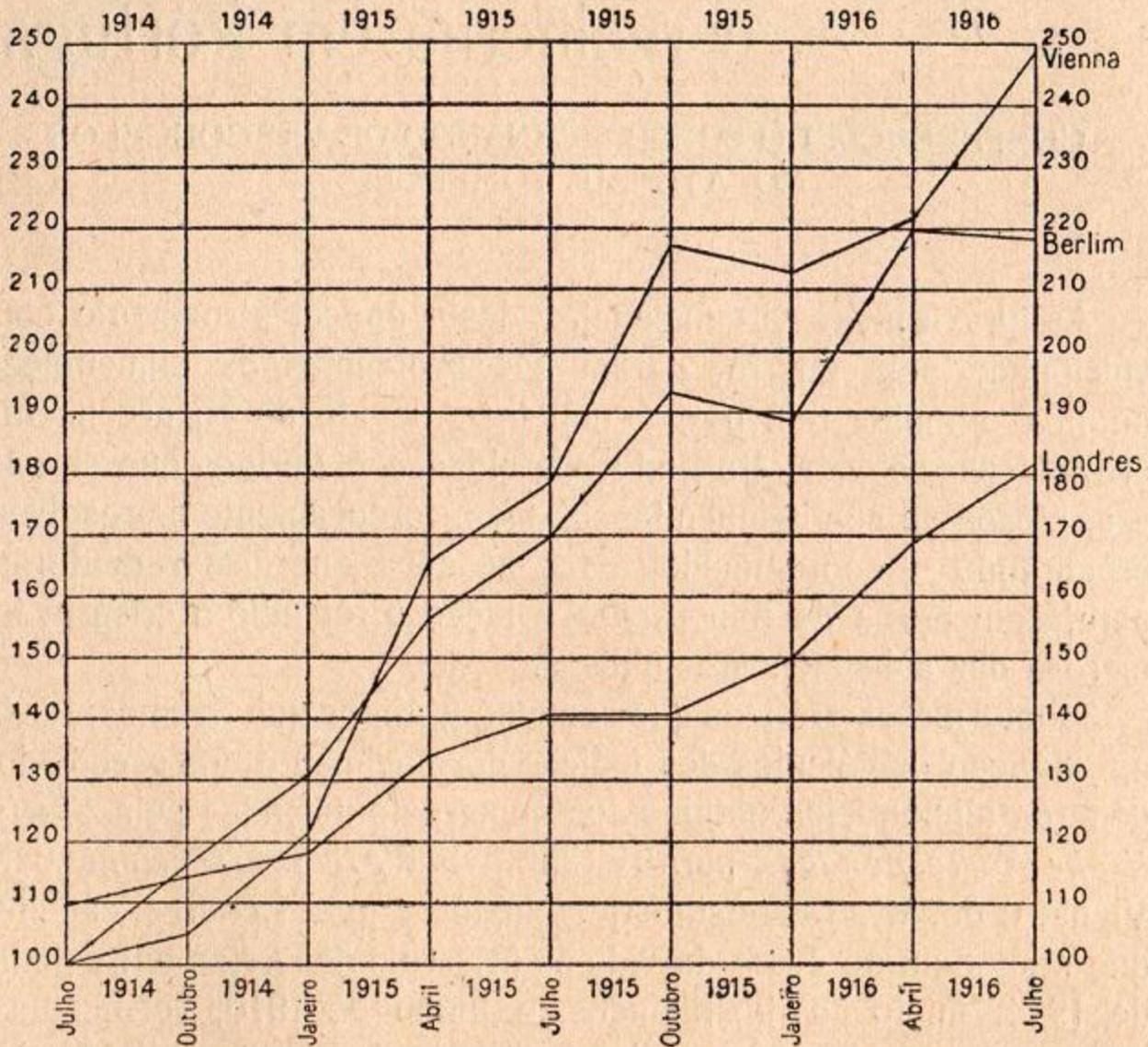
CONFERENCIA DO SR. DR. FERNANDO DE VASCONCELOS
NO ATENEU COMERCIAL

As gravíssimas circunstâncias desta época, atrozmente convulsionada pela guerra, deram aos problemas da alimentação pública o maior relêvo e actualidade devido ao encarecimento progressivo da vida, trazendo dificuldades e perigos que os países, ciosos da sua independência, teem forçosamente de resolver, procurando e coordenando todas as suas energias redentoras, para, sem perda de tempo, dar solução e remédio à crise já temerosa das subsistências públicas.

Conforme os gráficos que seguem, gráficos que fizemos, tendo em atenção os cálculos dos índices do movimento dos preços dos géneros alimentícios obtidos dos números publicados pela *Statistische Korrespondenz* para Berlim, pela *Warenpreisberichte* para Viena, e por diversos estatísticos ingleses para Londres, cálculos que respeitam ao custo da vida no intervalo decorrido entre Julho de 1914, início das hostilidades, e Junho de 1916, verificamos, representando por 100 o índice indicativo do preço médio da vida no princípio da guerra, que os preços aumentaram de mais de 100 por cento em Berlim, de perto de 150 por cento em Viena, e 65 por cento em Londres.

Faltam ainda os números correspondentes para outros países, mas para a França e para Portugal, certamente os números não são menos elevados que na Grã-Bretanha, devendo-se concluir que nestes países o custo da vida aumentou em média de 80 a 90 por cento desde o princípio das hostilidades.

Como é natural, êste encarecimento extraordinário da vida tem preocupado os poderes públicos dos diferentes países em guerra que, principalmente na França, na Inglaterra e na Itália, tem envidado os maiores esforços no sentido de animar e incitar a agricultura a intensificar as suas culturas, a fim de aumentar, quanto possível, a produção de substâncias alimentícias, cujo *déficit* nestes anos de guerra tem tido por causas principais a falta sensível de trabalhadores agrícolas e de animais de trabalho, as dificuldades de transporte e a insuficiência dos adubos químicos.



A êste respeito, diz uma importante fôlha de propaganda de conhecimentos agrícolas que, numa comunicação do Dr. L. Malpeaux, director da Escola de Agricultura de Pas-de-Calais, se lê que as terras semeadas acusaram na campanha agrícola de 1915-1916 uma diminuição de 513:000 hectares, devido à falta de trabalhadores agrícolas, motivo por que pelo decreto de 14 de Setembro de 1916 se procurou assegurar o recrutamento de 17:500 trabalhadores indígenas da Argélia.

Ácêrca da grave situação económica criada pela falta de adubos químicos, diz Edmond Théry: «O govêrno deve convencer-se de que por cada milhão de francos gastos em adubos agrícolas e postos à disposição da agricultura, pelo preço do custo, produzir-se há para o país uma economia real de 8 ou 10 milhões de francos de produtos alimentares que actualmente se compram no estrangeiro».

Notemos que a Alemanha devia a sua prosperidade agrícola, antes da guerra, principalmente ao largo emprêgo dos adubos químicos: a agricultura alemã empregava, antes da guerra, 1.529 quilogramas de potassa por quilómetro quadrado, ao passo que a França adubava uma igual superfície com 90 quilogramas da mesma substância.

Com as dificuldades da guerra, calculam os economistas franceses que, no seu conjunto, devem as colheitas alemãs de 1916 ter sido inferiores em 20 por cento ao que foram em 1913.

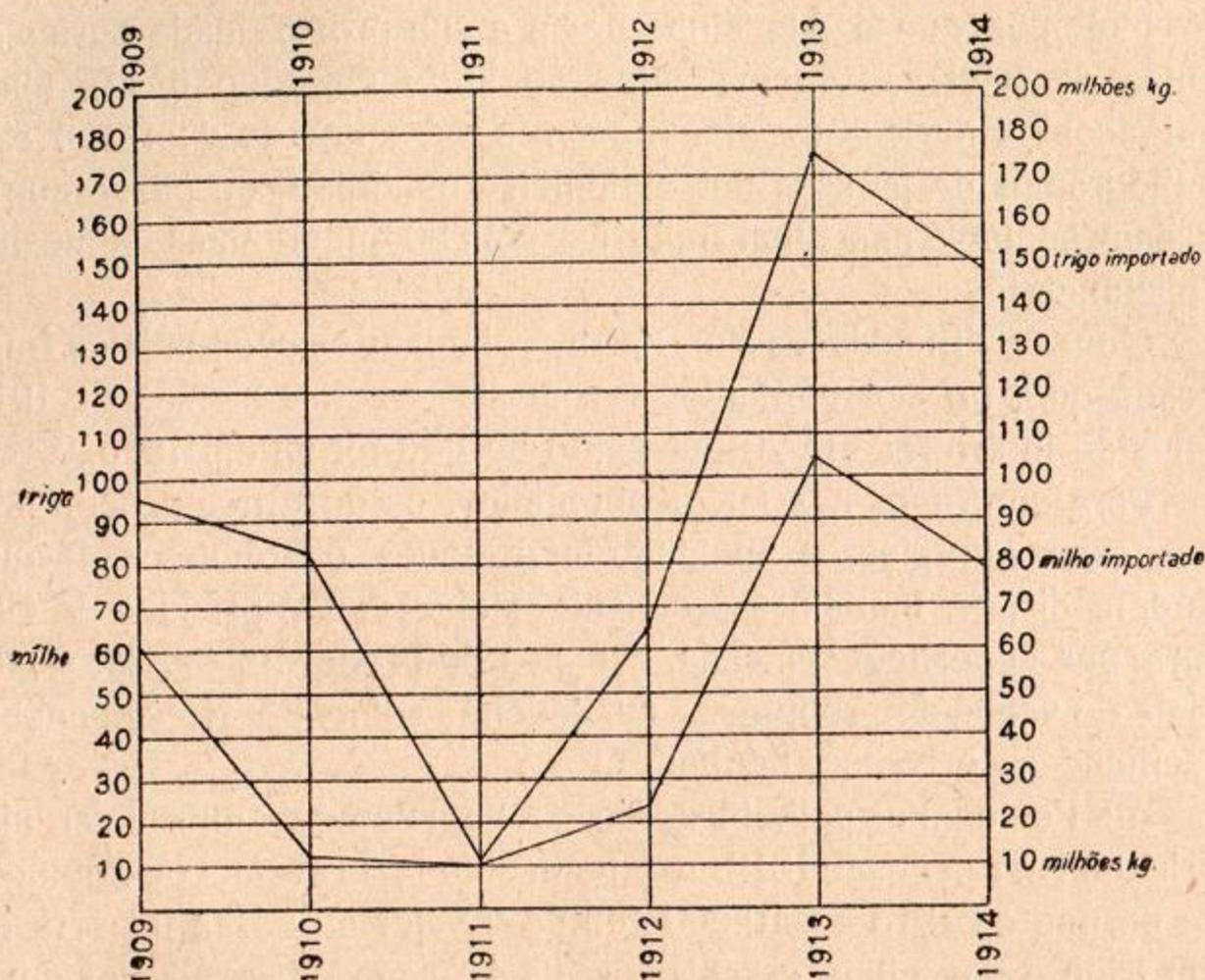
Para contrapor aos males apontados, os governos procurando despertar energias, e apelando para todos os recursos de que podem dispor, incitam á produção estabelecendo prémios de cultura por superfície semeada, prémios de produção, tabelas especiais de venda de produtos, e concedendo sementes seleccionadas, facilidades de tarifas, adubos, etc.

Em Portugal as colheitas de trigo, bem como de outros cereais, principalmente desde 1912, não teem sido favoráveis, computando-se no ano de 1913 em 10:900 contos o valor da nossa importação em trigo e em milho, os dois cereais de maior consumo, dos quais 7.581 contos cabem ao trigo importado e 3.319 contos ao milho. Em 1914 importou-se trigo no valor de 6.125 contos e milho no valor de 2.346 contos, ou seja um total, para trigo e milho, de 8.471 contos pagos em ouro.

O *déficit* da produção de trigo de 1915 ainda não está rigorosamente estabelecido em documentos publicados, calculando-se porém a importação em 200 milhões de quilogramas, aproximadamente, mais 52 milhões que em 1914, mais 26 milhões que em 1913.

O *déficit* da produção de 1916 calcula-se em 102 milhões de quilogramas de trigo, para uma colheita de 198 milhões de quilogramas, e supondo, conforme tem sido admitido, uma média de 25 milhões mensais como mínimo indispensável para o consumo do nosso mercado, e que 42 por cento da nossa população se alimenta com o trigo.

Pelo gráfico que fizemos, representativo das nossas importações de trigo e milho no período que vai de 1909 a 1914, mostra-se que o nosso *déficit* de trigo e de milho nesse período é muito grande, tendo atingido o seu máximo em 1913, em que a importação de trigo atingiu 174 milhões de quilogramas e a de milho 104 milhões e meio.



O desequilíbrio que resulta do nosso *déficit* de produtos alimentícios e a necessária importação correspondente, que só para cereais representa em 1913 e 1914 um média no valor de 10.198 contos, com as dificuldades crescentes levantadas ao comércio durante a guerra pela escassez de transportes, pela crescente e aterradora subida de fretes e seguros de guerra, pela alta dos câmbios, e ainda pela pouca segurança dos mares, pôs em foco e deu um tremendo relêvo, portanto, ao momentoso e temeroso problema das subsistências, cuja solução depende em tempo normal principalmente do livre jôgo das actividades económicas particulares, mas que em tempo de guerra exige do Estado uma função e encargos especialíssimos que, sob pena de desastres irreparáveis tem forçosamente de assumir.

É nestas condições que o Estado tem feito as importações de cereais por sua conta durante a guerra, com dificuldades materiais sempre crescentes e encargos bem penosos para o tesouro público, resultantes da importação de trigo; por isso que tem sido norma adoptada pelos governos manter, através de tudo, um tipo de pão a preços acessíveis para as classes menos abastadas, o que só tem sido possível conseguir-se, pela entrega à moagem do trigo importado, a um preço muito inferior àquele pelo qual o govêrno realmente o adquiriu.

No entanto, e apesar de tudo, tem subido e muito o preço do pão, e tem piorado sobremaneira a sua qualidade, motivo por que, principalmente das classes menos abastadas teem partido clamores e justificadas queixas, que perante o govêrno se fizeram sentir, nos Congressos Populares de Subsistências reúnidos no teatro de S. Carlos em Junho de 1915 e Novembro de 1916.

Em ambos êsses Congressos que muito honram os seus iniciadores e as classes trabalhadoras do nosso país, cidadinas e rurais, foram tratados todos os principais agravamentos de natureza económica produzidos pela guerra, e dêles saíram soluções práticas e aceitáveis para o tesouro público e para o consumidor, da resolução, para o momento, do problema do pão.

Posteriormente, o Núcleo de Preparação Económica, e paralelamente a Liga Económica Nacional, associação nascida do primeiro Congresso Popular de Subsistências, agitaram a questão do aumento das sementeiras como a única forma de resolver, em bases firmes e seguras, o barateamento do pão.

Foi neste sentido que a Liga Económica estudou, preparou e entregou ao govêrno, em fins de Fevereiro próximo passado, o projecto que segue, de que foi relator o Sr. Dr. Fernando de Vasconcelos, engenheiro e professor da Faculdade de Ciências, o qual já nos dois Congressos Populares relatara os projectos relativos ao problema do pão.

PROJECTO DA LIGA ECONÓMICA NACIONAL RELATIVO Á INTENSIFICAÇÃO DAS CULTURAS CEREALÍFERAS

1) — Considerando que as circunstâncias anormais, decorrentes da grande conflagração actual, se farão sentir durante largo período nas condições económicas e financeiras de todos os países, e que indispensável se torna, portanto, em cada um dêstes, prover com antecedência à defesa dos seus justos e necessários interesses;

2) — Considerando que no estado da civilização mundial a independência política é função, em grande parte, da independência financeira e económica, problema de solução difícil, mas não impossível, mesmo em nações como a nossa, de recursos limitados;

3) — Considerando que essa independência será um facto tanto mais certo e decisivo quanto em maior escala o país se bastar a si próprio, o que quer dizer, produzir pelo menos o necessário sob o ponto de vista das subsistências públicas;

4) — Considerando que nunca é demais lembrar e repetir que quer pela sua metrópole, quer pelas suas colónias, Portugal foi, é e tem de ser um país de produção essencialmente agrícola com base fundamental nas culturas cereálíferas;

5) — Considerando que seria um grave erro económico não tratar a tempo e impulsionar tudo quanto possa tender a alcançar o completo desenvolvimento da produção agrícola, e em especial da produção dos géneros que constituem a alimentação das classes menos abastadas, a cuja situação os governos tem de prover com toda a dedicação e justiça, e a qual tanto melhor será na afirmação das qualidades da nossa raça quanto mais forte e bem constituída se mostrar, o que só poderá conseguir-se pela abundância e fartura desses géneros de primeira necessidade;

6) — Considerando que a falta de produção suficiente de cereais no nosso país tem já produzido e continuará a produzir lamentáveis consequências de ordem financeira e económica, e até de sossego público, tão necessário em todos os períodos, mas principalmente naquele que a Nação atravessa;

7) — Considerando que, por sermos tributários da produção cerealífera estrangeira, estão o tesouro público e a economia nacional suportando encargos considerabilíssimos sem que porêm deixem de haver, infelizmente, fundadas reclamações sobre o preço do pão que, tendo por base preço bastante superior a \$12,5 para o quilograma de trigo exótico importado, dá um custo muito elevado, tendo-se criado pelo concurso de imprevidências e circunstâncias lamentáveis, uma situação da qual só a moagem tem tirado os melhores resultados;

8) — Considerando portanto que se torna indispensável promulgar medidas tendentes a aumentar por todos os modos a produção cerealífera na metrópole e nas colónias, pois é na certeza da abundância de colheitas que existe a única garantia de abaixamento do preço do pão;

9) — Considerando ainda, que só é possível tal resultado, se fôrem estabelecidas desde já as condições com que os produtores podem contar quando venha o momento de ser lançado no mercado o produto das suas culturas, pois é pela confiança e conhecendo antecipadamente que a lei que vai encontrar quando das suas colheitas não lhe trará surpresas, nem vexames inúteis e escusados, que o produtor aumentará as suas sementeiras, concorrendo por esse modo para a solução de muitas dificuldades que hoje nos assoberbam, das quais só os especuladores sem escrúpulos e os maus portugueses tem tirado proventos e bons proveitos;

10) — Considerando que as sementeiras de trigo tremês, e as de centeio, milho, arroz e feijão estão em tempo;

11) — Mas considerando que o aumento constante dos salários, a elevação

de preços dos adubos e de todo o material indispensavel á indústria agrícola colocou esta em condições tão precárias que não seriam remuneradoras as sementeiras de cereais sem o aumento das tabelas de preços actuais ;

12) — Considerando que um minimo previamente estabelecido desde já, de 15 % sobre a tabela de trigo determinada no decreto n.º 2010 de 2 de Novembro de 1915 e o aumento correspondente para os outros cereais, representará da parte do Estado a indicação de que deseja enveredar pelo verdadeiro caminho de protecção á agricultura, que todos devem respeitar e engrandecer porque ela a todos beneficia, aproveitando os serviços do mais rude operario e pagando-lh'os por preços compensadores em harmonia com a situação actual ;

13) — Considerando que estabelecido desde já êsse mínimo, os preços definitivos devem ser marcados posteriormente pelo Govêrno em harmonia com os interesses do produtor e do consumidor e tendo em atenção os preços mundiais ;

14) — Considerando que o minimo de 15 % acima referido dará para o trigo nacional um preço inferior em média de mais de \$03 do que o preço de \$12,5, que serviu de base ao preço do pão que até ha pouco vigorava, e que foi agora modificado para preço muito mais elevado, o que mostra á evidência as enormissimas vantagens da necessidade, como medida de salvação pública, de levar o produtor a alargar e intensificar a área cultural ;

a) para diminuição do preço de pão, que mercê do cereal exótico importado está já a preços incompatíveis para as bolsas dos consumidores ;

b) para impedir que á custa da nossa miséria e imprevidência se enriqueça o estrangeiro depauperando o tesouro público e a economia nacional ;

c) para evitar as especulações e negócios que gente sem escrupulos tem feito com manifesto prejuizo do bem geral ;

15) — Considerando ainda mais necessario acabar com os abusos e violências praticadas á sombra dos poderes extraordinarios conferidos á Manutenção Militar e agentes do Ministerio do Trabalho e evitar que se repitam as confusões, — ordens e contraordens —, prejuizos, despesas, arbitrariedades e abusos do poder cometidos nas duas ultimas colheitas ;

16) — Considerando que se torna preciso restabelecer a confiança do lavrador na acção do Estado a qual deve ser tutelar e de salutar incitamento e encorajamento, e não de violencias escusadas e sempre de efeitos perniciosos, sendo indispensável para êsse fim que seja constituido o Ministerio da Agricultura, além de outros, com todos os serviços que lhe pertenciam e que racionalmente lhe compétem, e que o mau sestro das conveniências políticas partidárias, levou para o Ministerio do Trabalho, fruto de circunstâncias occasionais e passageiras, constituido com desvantagem manifesta da nossa desprotegida agricultura, e portanto do consumidor ;

17) — Considerando que, dado a êste Ministerio a importância e respeito que êle deve merecer aos podêres públicos, se deve exigir do seu pessoal técnico uma acção de incitamento, de ensino e de persuasão junto dos lavradores, com os quais deve estar em permanente contacto, tomando nota de todas as observações, dificuldades ou embaraços que obstem ao alargamento das sementeiras ;

18) — Considerando ainda que o Estado deve regular as tarifas para trans-

porte de adubos e produtos agrícolas, e procurar regular essas questões atendendo ao bem geral;

19) — Considerando a necessidade de fornecer ao agricultor o auxílio pecuniário pelo crédito agrícola e outros, e estabelecer e fiscalizar os preços e qualidades dos adubos, que constituem o fundamento de toda a produção;

A Liga Económica Nacional, forte no cumprimento do seu dever e como mandatária das resoluções do Congresso Popular das Subsistências Públicas, tem a honra de propôr ao Govêrno, que a produção agrícola possa ter todo o devido desenvolvimento, nas bases seguintes :

BASE 1.ª

Será criado o Ministerio da Agricultura do qual farão parte todos os serviços da Direcção Geral da Agricultura que lhe pertenciam antes da criação do Ministerio do Trabalho, àlêm dos que se entender necessário estabelecer para completo desenvolvimento agrícola do país, principal riqueza e eixo de todo o comércio nacional.

Este Ministério deve ter os seus serviços autónomos e independentes na seguinte distribuição essencial :

- a) Direcção Geral da Agricultura, viticultura e pomicultura;
- b) Direcção Geral de Silvicultura e piscicultura;
- c) Direcção Geral de Pecuária e apicultura;
- d) Direcção Geral de Fomento e Fiscalização dos Produtos Agrícolas.

BASE 2.ª

Os engenheiros-agrónomos, dentro das suas delegações, devem exercer junto dos proprietários e rendeiros, de grandes e pequenas culturas, uma intensa e persistente propaganda, incitando-os e aconselhando-os a levarem as suas sementeiras ao máximo em área e intensidade. Para o que aqueles funcionários e seus subordinados procurarão :

- a) estudar e conhecer os terrenos das regiões que lhes estão affectas;
- b) combinar, em conferência com os lavradores, quais as culturas a adoptar e para cada cultura a adubação conveniente;
- c) tomar nota cuidadosa de todas as observações, dificuldades ou embaraços apresentados pelos agricultores que obstem ao aumento das suas sementeiras, e qual a fôrma de remover êsses contras, fazendo de tudo resumidos relatórios, e dando e pedindo as providências eficazes;
- d) se a principal dificuldade fôr a falta de meios pecuniários, deve o engenheiro-agrónomo propôr a fôrma mais prática de obter para o agricultor o preciso auxílio.

BASE 3.ª

O Estado deve auxiliar e facilitar por todos os modos o aumento das sementeiras :

- a) baixando as tarifas para adubos e produtos;
- b) fornecendo transportes a crédito pagos na ocasião das colheitas;
- c) combinando com as Câmaras Municipais o aluguer *à hora*, de máquinas e instrumentos agrícolas, aos lavradores, por meio de tabela;
- d) fornecendo sementes;

- e) estabelecendo uma tabela para adubos e fiscalizando a sua produção;
- f) prestando auxílio pecuniário ao lavrador e facilitando o crédito agrícola.

BASE 4.^a

O auxílio pecuniário ao lavrador efectuar-se há emprestando por intermédio das Caixas de Crédito Agrícola ou outras, a título de sinal, uma determinada quantia por cada hectare semeado a mais e conforme o género semeado, devendo o sinal ser pago em género ao preço da tabela e sujeito ao determinado pela lei civil e comercial sobre sinal.

O auxílio monetário ao agricultor em caso algum deve vencer mais de 6 % e a letra não deve ser por prazo inferior a oito meses, por isso que as culturas e as colheitas não se fazem por menor prazo que o indicado.

BASE 5.^a

Para efectivação do disposto na base 4.^a, poderá ser emprestado aos agricultores até 20\$00 para cultura de cevada, 25\$00 para cultura de centeio, 30\$00 para as culturas de trigo e para as de milho, e 35\$00 para a cultura de arroz, por cada hectare de sementeira cerealífera a mais do ano anterior.

BASE 6.^a

Atendendo a que os adubos, transportes, salários, gado de trabalho e maquinaria agrícola aumentaram de preço extraordinária e excessivamente, consideram-se desde já aumentados de 15 % os preços da tabela de trigo estabelecidos no decreto n.º 2.010, de 2 de Novembro de 1915, e aumentados correspondentemente os preços dos outros cereais.

As tabelas definitivas de preços, nunca porêm inferiores ao determinado no parágrafo acima, serão estabelecidas pelo Governo por todo o mês de Junho de cada ano e publicadas no dia 30 do mesmo mês, tendo-se em atenção na sua elaboração, os preços mundiais e os interesses legítimos do produtor e do consumidor.

Tabelas idênticas serão estabelecidas para os cereais importados das ilhas adjacentes e colónias.

O preço da tabela é geral e obrigatório para vendedor e comprador.

BASE 7.^a

Os preços do pão serão estabelecidos pelo Governo no mês de Julho de cada ano, em função dos preços determinados na base 5.^a.

BASE 8.^a

Todos os produtores são obrigados a fazer nas Administrações de Concelho, a declaração das quantidades e qualidades de cereal colhido, indicando qual a quantidade que precisam para semente e consumo particular, seu, e de seus operários e trabalhadores.

BASE 9.^a

As venda do cereal são feitas e pagas na casa do lavrador.

O cereal não pode sair dos celeiros sem ser pago, quer seja destinado para o Estado, quer para a moagem.

Se o lavrador recebeu sinal ou auxílio para a sementeira, é esse descontado no acto do pagamento.

BASE 10.^a

Os lavradores poderão vender livremente os cereais da sua colheita, devendo o Estado respeitar e reconhecer essas vendas para todos os efeitos.

O Estado tem preferência quando haja prestado auxílio pecuniário ao lavrador. Neste caso o Estado liquida a compra, embora o lavrador possa ficar fiel depositário do cereal, que ficará no seu celeiro sob sua guarda e responsabilidade.

É de notar que o Estado, como qualquer particular, deve respeitar os direitos adquiridos e as regras estipuladas para os particulares, tanto em pagamento como no preço.

BASE 11.^a

O cálculo do pêso específico do cereal para os efeitos do preço será por amostras, e efectuado na balança aferida das sédes dos sindicatos, ou na repartição municipal de pesos e medidas da casa da câmara das sédes dos concelhos.

BASE 12.^a

O despacho nas estações de caminho de ferro será rigorosamente feito pela ordem de apresentação da mercadoria, sem excepções, nem mesmo para o Estado.

BASE 13.^a

Na interpretação e execução destas bases e na elaboração dos regulamentos que haja a publicar, para sua execução, deve manter-se o princípio de que o Estado procederá sempre nas suas relações com os lavradores por forma que nunca se possa supor, nem haver da sua parte, violências, extorsões, abusos ou outros.

BASE 14.^a

Uma comissão composta de representantes da Direcção Geral da Agricultura, da Associação de Agricultura (Sindicato Central), das indústrias de moagem e de panificação e das associações operárias será encarregada de propor ao Governo a forma mais prática de aquisição dos cereais exóticos, quando se torne necessária a sua importação, e bem assim o regimen a adoptar quando seja preciso tomar esta providência.

Tendo tomado conhecimento do projecto da L. E. N., o Núcleo de Preparação Económica resolveu adoptá-lo, e lançando-se numa activa campanha em prol da sua execução promoveu no dia 10 de Março último uma conferência no Ateneu Comercial, que resultou num acto público extraordinariamente concorrido por parlamentares, representantes do governo, engenheiros-agrónomos,

Associação de Agricultura, Associação Comercial, Associações operárias, e outras, em que foi conferente o Sr. engenheiro Fernando de Vasconcelos, que, significativamente aplaudido, esclareceu a assembléa dos fins do projecto da L. E. N. nos termos seguintes :

SENHOR PRESIDENTE : MEUS SENHORES :

A realizar esta conferência fui convidado pelo Núcleo de Preparação Económica, grupo recentemente constituído com o fim eminentemente patriótico de estudar, preparar e agitar os diferentes problemas que mais directamente interessam à economia nacional. Chamando para a resolução dêsses problemas a atenção dos interessados, que somos todos nós, cidadãos portugueses, filhos duma Pátria que desejamos grande e respeitada, e que bem compreendemos será tanto mais livre e independente quanto maior fôr o esforço que empregarmos para a fazer progredir, aproveitando os importantes elementos de trabalho que felizmente existem, o Núcleo de Preparação Económica faz obra inteligente e bem orientada, principalmente quando procura para êsse fim aproximar-se das diferentes classes do nosso organismo social, dizendo-lhes das dificuldades da hora presente, falando-lhes com sinceridade e com verdade dos graves perigos do futuro, e pedindo a sua necessária e valiosíssima cooperação para atingirmos a vida desafogada, que representará a grandeza e a prosperidade da Pátria Portuguesa.

Dado o alto escopo que o Núcleo se propõe atingir, sou eu, decerto, o conferente menos próprio para iniciar estes trabalhos, dado que me faltam todas as qualidades dum orador que saiba prender a atenção dos seus ouvintes, pela arte de bem dizer e de bem expor o assunto sem dúvida da maior importância para o país, e que aqui nos reúne, — a imperiosa necessidade de intensificar a cultura cerealífera em Portugal.

Porêm, atendendo a que tenho as responsabilidades do meu nome ligadas a um importante trabalho que relatei, e que a Liga Económica Nacional apresentou ao govêrno, trabalho que respeita ao aumento da produção cerealífera na metrópole e nas colónias, com o fim de pôr quanto possível o país ao abrigo de tutelas económicas e financeiras estranhas, pela garantia de que não escassearão os cereais panificáveis, e provocando um abaixamento do preço do pão ; a minha consciência fica tranqüila com

a sinceridade completa de pensar e de sentir que na minha exposição procurarei transmitir à assemblea, e em que apresentarei como certo o que é certo, como provável o que é provável, como possível o que é possível.

Vivo afastado, já há muitos anos, das lutas políticas partidárias em que mal entrei, e de que me sinto arredado pelo pendor natural do meu espírito, que se não coaduna com as controvérsias políticas, nem com as religiosas, muitas vezes apaixonadas e violentas, em que, longe de se discutir com independência, e no anseio da verdade, se defende doutrinas preconcebidas, tentando provar que o adversário é um ignorante ou um homem de má fé; em que é vulgar entremear-se anedotas e modificar a côr de certos factos segundo as vistas pessoais de cada um; em que, como disse um grande filósofo e pensador, calúnias, contrasensos, falsificações das ideas e dos textos, raciocínios triunfantes sôbre coisas que o adversário não disse, gritos de vitória por erros que não cometeu, representam processos que em nada parecem desliais àqueles que julgam possuir, ou ter na mão, os interêsses da verdade absoluta.

Isso porêem não impede, antes pelo contrário, que eu sinta uma viva simpatia, uma piedade terna, pelo povo trabalhador, a que pertenço, e a que estou ligado pelo laço moral do trabalho; que tenha pelo seu bem estar uma preocupação extrema, e certo de que são os grandes que impedem os pequenos de seguir os seus bons instintos, esteja pronto a, sem espírito de partido, que converte o culto das ideas em idolatria pelos homens, sem ódios, com uma liberdade absoluta e sem nenhum pensamento preconcebido, estudar dentro dos limitados recursos da minha intelligência os problemas sociais que representam as questões mais importantes de que o mundo está cheio e os curiosos examinam.

Fazer a obra educativa que corresponde à hora presente, apelando para o senso prático e para os bons sentimentos das massas, e empregando a linguagem singela e luminosa da verdade, eis a missão que compete aos técnicos e competentes, cujo concurso a Pátria agora mais do que nunca exige, a fim de que os negócios públicos sejam orientados e dirigidos de modo a que o país possa sair da terrível crise que atravessamos, integrando-se sem maiores abalos, e adaptando-se aos novos moldes que resultarão da revolução iminente que se produzirá, como consequência da guerra, em todos os ramos da actividade humana.

Aproveitamento criterioso das nossas inexploradas riquezas, intensificação do trabalho nacional, são os grandes problemas a resolver, e de que é indispensável ocuparem-se aqueles que pretendam a honra de dirigentes da opinião, e guias dos destinos da pátria portuguesa.

É nesse sentido que a Liga Económica Nacional, nascida do Congresso Popular das Subsistências reunido no teatro de S. Carlos, associação que se fundou, forte no apoio das classes trabalhadoras, e do consumidor em geral, — o único apoio que deseja e procura, para desenvolver o sentimento público no sentido do interesse colectivo a favor da economia nacional, — tratou já e apresentou ao govêrno, soluções práticas, rápidas e de fácil execução, para se obter o aumento das sementeiras, a fim de que pela abundância de cereais panificáveis, produzidos pelos nossos próprios recursos, se consiga resolver em bases firmes e seguras, a questão de barateamento do pão.

Como já foi expresso em entrevista por um dos seus ilustres vice-presidentes, propõe a Liga no seu projecto, que o Estado trate já de preparar Portugal para a luta económica depois da guerra, afastando-nos das tricas políticas, das ninharias e questões em que nos temos debatido, para nos ligarmos aos problemas da organização do trabalho. Nesta ordem de ideas, propõe a Liga a substituição de inúteis ou insuficientes organismos burocráticos, por instituições de carácter administrativo capazes de levar os particulares a uma acção coordenada e intensa em favor da riqueza pública. É a êste pensamento que obedece a base 1.^a do projecto bem como os respectivos considerandos (15 e 16).

Ainda pensa a Liga Económica Nacional, como muito bem diz o distinto economista já citado, que, servido o Estado por organismos dirigentes e coordenadores, deve êste actuar na vida nacional por meios educativos, coercivos e económicos, continuando, porêm os particulares com as funções económicas que lhes competem. Nesse sentido propõe-se na base 2.^a que os engenheiros-agrónomos ensinem às populações os melhores processos agrícolas, aconselhando-as e incitando-as a levarem as suas sementeiras ao máximo em extensão e intensidade, sendo a acção dos técnicos junto dos lavradores especificada como no projecto se vê.

(Continua).

O meu entêrro

Ao Sr. Dr. Bernardino Machado

(Conclusão)

Agora, sinto bem que só tenho à espera uma coisa, — a que noutros tempos fugia, procurando com ansioso terror esquecê-la, e que hoje, a sangue frio, aguardo mole e docemente, tio Joaquim, docemente: — a morte!

— Tio Joaquim! . . . Quer estejas no purgatório — mesmo que exista, como o vi representado no livro duma velha beata: uma espécie de fornalha muito reduzida, onde homens e mulheres, apertados entre labaredas dobradas, esperneiam, pela cara que êles faziam supponho que sem saber porquê; ou fôsses parar ao inferno (de que eu formo, confesso, uma ideia muito incompleta) e tenhas um diabinho agreste a fazer-te verter o sangue do nariz, com uma herva que há no mato, e que eu conhecia, — quando ainda passeava pelos campos, e me deleitava a contemplar a paisagem das quintas dos meus vizinhos, — maldito sejas tu! . . .

Hoje, só vejo os muros dos meus castelos: os recibos dos meus agentes: as vénias dos meus lacaios e sempre as caras, as mesmas caras dos meus amigos! . . .

— Maldito sejas tu!

*

Na pensão da D. Amélia, onde eu comera antes de ser milionário, havia um rapazinho raquítico, com a face chupada e o peito metido para dentro. Chamava-se Miguel. Quando eu, farto do meu dinheiro ou de mim próprio, abandonei a pátria para me can-

sar com o resto do mundo, levei-o comigo, pois que exercendo uma obra de misericórdia, arranjava ao mesmo tempo um companheiro que não me seria pesado.

Morreu. Morreu tuberculoso, quando estávamos em Moscou. Perguntei então a mim próprio o que ficava cá fazendo.

E assim se me ofereceu a ocasião de estudar um dos últimos parágrafos da História da Alma humana, executando uma velha ideia minha — do tempo em que eu precisava ter ideias:

Trata-se da experiência bizarra e infeliz (que reputo original, porque ainda a não encontrei em nenhum dos moralistas, psicólogos ou filósofos vulgarmente conhecidos) de assistir vivo ao próprio entêrro, e de desfrutar, incógnito, todas as impressões espontâneas, que no respeitável próximo, sem o menor constrangimento, desperte a passagem do nosso cadáver para a última morada.

De resto, o Miguel já era da minha altura. E enquanto a *Agência Havas* telegrafava para todo o mundo a infausta nova do meu falecimento, despachava eu da estação central de Moscou, em grande velocidade, endereçado ao nosso administrador geral, como se fôsse o meu, o corpo do pobre rapaz, que só depois de morto desempenhou o papel de milionário, — continuando todavia o de servo. Então acompanhei-o disfarçado até Lisboa.

Estive ainda para mandar guardar todos os jornais dessa época, mas receando que desconfiassem, resolvi ir lê-los depois, à *Biblioteca Nacional*.

*

Eu, embrulhado num gabão de Aveiro, e com a barba crescida e o aspecto miserável (como agora sou) estava a uma esquina do mercado da Praça da Figueira, encostado a um candeeiro de gás.

Tinha em tempos ordenado ao nosso mordomo, que erigissem o meu jazigo no Alto de S. João, voltado para o sul, porque julgava que no país da saúde, aquela paz, sobranceira ao rio que vai lá em baixo, ao longe, a correr tranqüilamente, engalanado com as velas enfunadas dos navios herdeiros dos fenícios, dos descendentes dos navegadores do Mar Tenebroso, seria propícia ao silêncio eterno, ao definitivo repouso do meu último aniquilamento, ao nada que eu já então desejava.

Por isso eu estava ali, a uma esquina da Praça da Figueira,

em frente de um açougue, a ver, apesar de tudo triste, soturnamente, passar o meu entêrro . . .

Quero aqui confessar, em homenagem à verdade e preito aos bons princípios, que um grande calafrio me percorreu os nervos e quase me arrepiou, ao contemplar, à frente do meu derradeiro acompanhamento, os grandes carros mortuários, solenes, cobertos dos mais ricos crepes, com as pobres mulas enlutadas até aos cascos, fazendo-me lembrar os carrascos nos antigos autos de fé, e tendo um certo ar fantástico e fabuloso . . . Haviam-lhes imposto o meu luto, como se fôsem da nossa família.

Ladeava o meu caixão uma extensa fila de luxuosos gatos-pingados. — Os gatos-pingados sempre mereceram toda a minha consideração.

Vi então de perto e percebi, como deve ser frio o momento da passagem desta vida — tão banal para tanta gente e tão pesada aos que a sentem — para o ignoto mistério de além-túmulo, que os anjinhos, doirados em baixo-relêvo nas portinholas do melhor côche da Agência, guardando o sacerdote, me anunciavam, me anunciavam . . .

Triste ideia tivera eu!

Miserável e mesquinho sentimento de soberba e de vindicta, oh homem scéptico! aquele que te resolveu a não respeitares — nem sequer a morte! — Cínico, estás perdido . . .

E ao observar a multidão, coitada! — dos miseráveis e dos pobrezinhos, dos que levam a vida, e até a morte, a labutar, a cansar na eterna romaria para a física e para a louçura, ao compreender, absorto, aquele rebanho inofensivo e simples, surpreendido, que se descobria com curiosidade bondosa, laivada de respeito, eu senti-me pequenino e foi por êles que os olhos quase se me rasaram de lágrimas e aconcheguei à face lívida a gola do meu gabão.

Os trintanários apresentavam-se hirtos, correctamente — como é conveniente quando se serve um morto ilustre.

Impressionou-me sobretudo a sege onde eu ia, onde eu devia ir, onde era melhor que eu fôsse: o grande manto de veludo negro, com lentejoilas metálicas, cobrindo a minha tumba, dava-lhe uma solenidade estranha, triste e respeitável — a da morte, pois que assim, oculta, não se podia notar, nem invejar, a riqueza dos embutidos, as argolas de oiro maciço e as cruces cravejadas.

O cocheiro puxou do chicote, que silvou no ar e foi cair no lombo dos infelizes animais, principalmente sôbre o da esquerda, que era o mais fraco. Hei-de deixar disposições testamentárias neste sentido, para quando eu morrer, o carro da minha tumba não levar chicote. Pareceu-me que o açoite simbolizava ali a antiga escravidão, a que estão sujeitos os homens e os brutos.

— Quem morreu? Quem morreu? — perguntavam as varinas, saracoteando-se, a olharem com respeito a grandeza das coisas inarráveis, — e tinham uma expressãozita ingênua, popular, ao ouvirem o polícia da esquina esclarecer que se tratava do sobrinho do milionário Joaquim, que se finara na Rússia, tendo deixado instruções para que o corpo voltasse à sua Pátria.

— Coitado! Pobre homem! Não lhe serviu de nada o dinheiro . . . — e foi esta a minha verdadeira oração fúnebre.

Então um homem do povo, um carregador repelente, de face vultuosa e lazarenta, que parecia leproso, com os pés descalços, disformes e nojentos — como se fôsem de animal de outra espécie — berrou, dando-me um safanão:

— Tire o chapéu, sua bêsta! . . .

Antes de satisfazer aquela piedosa homenagem, meti as mãos nos bolsos, e como não tinha dinheiro trocado, pedi-lhe que guardasse algumas notas do Banco.

Estive nessa altura prestes a passar por um estado que nunca experimentara, que eu saiba — a ser tomado por doido, pois o homemzinho hesitou, quase a confiar-me à guarda da polícia.

Nunca vi tão perto o manicómio de Rilhafoles! Expus-me assim a não assistir ao meu entêrro: compreendem que na vida há coisas, que só podem fazer-se uma vez; todavia, quando eu morrer definitivamente, muita gente há-de ainda duvidar . . .

*

Já tinha passado a minha tumba!

O primeiro *coupé* levava o meu sócio gerente, cuja expressão de expectativa inquieta não quadrava ali mal.

Deixem-me abrir um pequenino parêntese, para lhes significar que fiquei desafrontado de todos os roubos legais, de todas as burlas e depredações a que êle (embora se trate de uma pessoa séria) me sujeitou — ao verificar e compreender a sua fisionomia saúdável e sangüínea, habituada à felicidade comezinha dos parasitas, envôlta na núvem da incerteza . . .

Nessa altura estive quase a revelar-me, e não pude deixar de sorrir.

Mas êste sorriso topou o nosso antigo companheiro do escritório, da rua do Crucifixo — onde eu era bacharel-advogado, e dava consultas a dez tostões cada uma.

Basta dizer-lhes que a cara dêle, sendo a dum antigo camarada e amigo — que não travara ainda conhecimento com o meu testamento, ao qual, em virtude da grande intimidade, ligava certas esperanças — era a cara de um homem que guardara todos os bons livros da minha querida biblioteca, que eu na véspera, secretamente, tivera ocasião de encontrar substituídos, nas respectivas estantes, pelos boletins da Sociedade de Geografia, folhetos e almanaques velhos.

Via-se que a ordem do cortejo fôra ao acaso ou à pressa, sem atenção a jerarquias, embora um laivo artificial de tristeza cobrisse a face daqueles homens de chapéu alto, como se estivessem caracterizados, como se fôsem comparsas.

Através do bôlso interior do meu alfaiate, dentro da carruagem, eu percebi perfeitamente, como se os algarismos fôsem fosforescentes, ou houvesse raios X nesse olhar — a nossa última conta, carregada com uns trezentos mil réis a mais, de fatos que já tinha pago . . . ainda antes de ter falecido meu tio Joaquim. Deixem-me aqui registrar, que espontâneamente, e de boa vontade, abonarei essas despesas, pois êle, ao menos, não manifestava a alegria do lucro — talvez porque se tratasse da derradeira conta dum bom freguês. As coisas finais teem destas saúdades, dêstes melindres! . . .

Vinha depois, de gravata branca, um cavalheiro com essa expressão vulgar de affectada superioridade, que afinal não passa de grosseira e desdenhosa pedantice: meu companheiro numa sociedade de socorros mútuos, que ali representava officiosamente, com a mesma cara que eu sempre conhecera, quando lhe pagava os *menus* dos numerosos banquetes fraternais, pois era pessoa de muito comer: e se não estava alegremente — muito lho agradeço! — também não revelava a menor consternação, o que, enternecido pelo desinterêsse manifestado, jãmais poderei olvidar.

Quero aqui declarar que esta reflexão, foi das poucas agradáveis que o meu entêrro me proporcionou.

Mais bela que antigamente, quando eu a deixara, ia a minha amada, de unhas polidas, e negros crepes a adornarem-lhe a linda

cabecinha; com a cútis de pérola evidenciada pelo luto da minha morte prematura, o olhar penetrante e fino, mais brilhante que o costume (talvez porque já estivesse a pensar em quem me substituiria) e a pequenina bôca desdenhosa, não parecia a noiva do invejado e infeliz sobrinho do milionário Joaquim — era uma raí-nha.

Quando eu fizer o meu testamento — pensava eu! . . . Mas, ingénuo que eu sou ainda, ingénuo que eu ainda era!

Atrás dela, muito naturalmente, ali estava o meu primo Luís, meu único herdeiro, a quem eu nunca soubera apreciar tanto a elegância e distinção. . .

De aqui retirar-me-hei para Odessa, a pôr em prática as *Regras de todo o bom comerciante*, que fizeram a fortuna de meu tio.

O primo Luís tinha o olhar vago no teto do *coupé*, e pensava, certamente, no meu dinheiro, ou na carne da minha amada, da minha noiva, da que seria a minha mulher perante Deus e os homens, perante os Códigos internacionais e os meus milhões.

Ai! que desagradáveis e dolorosas foram as impressões que eu então ali sofri.

E determinei abandonar perpétuamente aquelas duas almas, — para se enganarem uma à outra.

O meu colega Matias (que afinal nunca passou dum simples cretino) e me substituiria no Supremo Tribunal, de que eu era o presidente, apresentava-se muito correctamente, como se eu houvesse entravado o seu provimento, e toda a minha vida não passasse de uma usurpação aos direitos dos outros! — devida à minha fortuna! . . .

Acompanhada de um rapazinho novo, que não era do meu tempo, ia agora a minha amante, alta mundana, criatura de sociedade e largo expediente: se eu não fôsse tão rico, esta mulher podia ter-me satisfeito.

Quando lhe estreitava as carnes de jaspe, envôltas em sedas negras, sôbre as rendas das bretanhas, o seu corpo de serpente por vezes me encantava. Mas ao perceber-lhe os sentimentos íntimos, revelando-se-lhe no jôgo fisionómico, mecânicamente, como os algarismos marcam o dinheiro em caixa, nos aparelhos registadores encimados por uma taboletazinha com os dizeres: «o freguês verá no mostrador a importância da sua compra» — eu retribuía-lhe as carícias amimadas e os suspiros profundos, e a vingar-me, fingindo-me mais sádico que ela, espetava-lhe as unhas

nos rins, mordia-lhe os lábios e a nuca... — Coitada! chegava a supôr-me a sério!

O que é a vida!...

Por momentos a minha atenção interrompeu-se, fiquei pasmado, com o olhar vago que, a não ser depois de jantar, costume ter desde a morte de meu tio, e achei-me então a fixar, no tal açougue fronteiro, metade duma vitela, serrada em plano ântero-posterior, suspensa por uma perna, com o carimbo do mata-douro, cheia de sêbo e a sangrar, — que um magarefe sadio retalhava com a machadinha afiada, a cortar para bifés a melhor carne do lombo...

E, entretanto, assim continuaram passando, como num mau sonho, os meus amigos, os meus queridos condiscípulos, os meus antigos admiradores, os meus devedores, e também as minhas vítimas, que eu esmagara como as rodas das carroças esborracham os melões pôdres, contra as pedras das calçadas, e os ministros, os homens de letras, os jornalistas, os colegas — em suma, toda a gente com quem temos que lidar neste mundo...

*

Ora, a um canto dum automóvel acinzentado, notei, por acaso, o vulto de um sujeito que ia encostado naturalmente, meio encoberto, talvez porque não precisasse mostrar-se.

Aquele homem, cuja face melancólica eu não conhecia das festas mundanas, dos deboches, das recepções, das salas, dos cafés, dos clubes, do esporte, da política, da praça, da bôlsa ou dos jornais, não teria ido ao meu entêrro como toda aquela gente das minhas relações, que eram os meus íntimos, os meus parentes, os meus herdeiros, os companheiros de casa dos tempos de estudante — até êsses, meu Deus!... — os colegas das rivalidades ingênuas das escolas, os correligionários dos tempos ariscados do desinterêsse e da revolução, os devedores que eu livrara da ruína e sustentara, as visitas da minha casa e da casa saúdosa de meus pais, os amigos, enfim, a quem eu prestaria tudo o que tinha e dava tudo o que era!...

Pois seria possível que ao desaparecer uma pessoa bem intencionada, e que no fundo não era má, sómente despertasse um acompanhamento assim, e sentimentos daquela natureza, tão banais e tão ingratos, tão mesquinhos? Ou então, meu Deus! seria

castigo vosso, e não sucederia assim se de facto eu tivesse acabado, em vez de estar ali, curioso espectador, a profanar a própria morte?! . . .

Dar-se-ia pois a hipótese de eu ter encontrado um amigo desinteressado, em toda a vida, por ventura pelos meus escritos literários, talvez no passado, pela sinceridade da carreira política, pela espontaneidade dos discursos ou quiçá pela boa vontade das intenções? E não era do meu convívio, nunca me pedira nada, não me devia nada, — e sentia a minha morte?

Certamente ali comparecera, não tanto para me prestar homenagens póstumas; mas sim para protestar, destacando daquela sociedade desavergonhada e hipócrita, e dar um exemplo de que o infeliz sobrinho do arquimilionário Joaquim, ainda tinha um amigo, sem ser da sua côrte, que afinal é a alta roda das mentiras, dos sentimentos artificiais e das aparências, em que se vive — e em que se morre, se era verdade o que eu estava ali vendo!

— Obrigado, meu bom amigo, obrigado! . . .

Ou aquela criatura, que eu não conhecia, que eu nunca vira, seria um doido, alguêm que acidentalmente, por momentos enfileirasse no cortejo, ou — oh! escárnio, nem era outra coisa! — mais um simples curioso ou profissional, qualquer *reporter* que ainda tivesse sono do piquete da véspera? . . .

Então puxei o gabão para os ouvidos, e subindo para um *coupe*, acompanhei assim o meu próprio entêrro . . .

Pelo caminho, as lágrimas humedeciam-me os olhos: nem admira: havia já tanto tempo que não chorava!

Chorava-me a mim próprio, chorava os meus semelhantes, a pobre humanidade que tem irmãos daqueles, e prestava principalmente culto ao nosso ignorado amigo . . .

*

Quando se chegou aos discursos, a maioria daquela gente debandou, e os outros, os restantes, em que a curiosidade foi mais forte, aproximaram-se do meu jazigo, e tomaram os ares correctos do costume.

E enquanto lá em baixo, tranqüilamente, na corrente azul do Tejo, as velas brancas que o sol do outono doirava, iam ligeiras, dentre as cruces solitárias, que valiam, pelo menos, cada uma por uma saúde morta, e ali sepultada, vi então destacar do grupo e aproximar-se, com um rôlo do papel que se usa na redacção dos

jornais, um autor desastrado a infeliz, que um dia não soubera limitar-se ao meu deprêzo. . .

E foi êle quem me fez o elogio, e notóriamente me enviou para a história, coberto de ridículo, com os lugares comuns de todos os dias.

Não pude mais.

Aproximei-me do meu desconhecido. Era um homem alto, magro, de face pálida, esverdeada e olhar triste e penetrante. ⁽¹⁾

Enternecidamente, fixei-o, lembrando-me do meu querido pai, pensando na minha saúdosa mãe e na orfandade prematura. . .

Tive mêdo que êle, vendo-me assim comovido, me julgasse idiota. E, esboçando a expressão mais meiga e humilde de toda a minha vida, disse-lhe :

— Em toda a parte há gente boa, a questão é saber-se procurar. . .

— Ou pagar-se bem. . . — completou o meu ilustre amigo, e metendo os dedos num bôlso do colete, deixou cair na minha mão trémula — um tostão, coitado !

Essa moeda guardei eu preciosamente.

Aquela esmola angelical, não me revoltou e antes me fez recordar as lembranças que os meus parentes me ofereciam, no tempo em que eu era criança, e no fim das férias ia para os estudos.

Quando fui olhar, a poeira não me deixou ler o número do seu automóvel acinzentado, que, talvez fugindo-me, eu, absorto, perdi ao longe.

. . . Como pode conhecer-se bem a revelação dos segredos do próximo a nosso respeito, enquanto não nos vêem baquear para o túmulo, donde não se vê, nem se responde, nem se desforça, porque não se torna? . . .

E tive a alucinação de um diabo ainda bem conservado, a segredar-me com ironia :

— Pois você julgava que aquele velho poema popular que diz «se queres ser bom, morre ou vai-te», falira por causa dos milhões do Joaquim? . . .

E acrescentou :

— Ah ! ah ! ah ! . . . Meu filho ingénuo, ainda não tens vontade de morrer para sempre? . . . Ah, ah, ah ! . . .

¹ Conheci-o melhor mais tarde : chamava-se Durão, e se antes de morrer tiver tempo, tenciono ainda dizer quem êle é.

Quando acordei das estranhas reflexões de que todos vós fazeis ideia, oh! mortais, oh! entes humanos, que dos nossos antepassados herdastes, com a estupidez, a ingratidão e a maldade ingénitas, estava aliás justificada a minha dúvida . . .

O sol iluminava meigamente as velhas campas dos esquecidos, dos sem ninguêem, que não deixam nem uma saúdade sequer, a adornar-lhes os restos e a memória, e que o tempo e os musgos ennegreciam, como a desilusão também envelhecera a químera da minha infância . . .

.....

Amanhã hei-de passear pela Avenida da Liberdade e pelo Campo-Grande. Não irei a pé, para fugir aos cumprimentos e manifestações de regozijo dos amigos e parentes. Nem de automóvel, pois desejo julgar as impressões dessa gente, e não me importo que me vejam bem. Prefiro montar o meu cavalo *Raio*, que, enquanto o estúpido do José me insultava e punha fóra, depois de tantos anos, me reconheceu.

À noite, fecho-me em casa, e não re-ce-be-rei nin-guêem.

E nessa mesma madrugada, não — não quero dizer quando — desaparecerei, nem sei ainda para onde . . .

— Adeus, adeus!

Passem bem.

.....

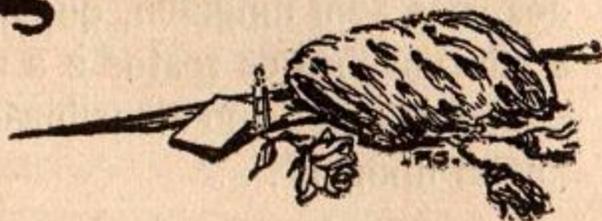
— Oh! desinteressado e desconhecido bom amigo, quem és tu? . . . Como te chamas, onde estás, onde moras, onde te ocultas?! Dize-me! Quero deixar-te todos os meus bens, para que possas desprezar o próximo, pelo menos tanto como eu! . . .

.....

E antes, levantei ainda a gola do meu gabão, e tornei para a esquina da *Praça da Figueira*, ao lado do açougue, à espera de todos os enterros, resolvido a verificar se haverá homens mais felizes, porque tenham vivido doutra maneira, e não cheguem a vencer, quer morram na miséria quer prematuramente, ou sejam menos ricos, melhores ou piores do que eu . . .



Contos a uma rapariga loira



II

AS PÉROLAS CÔR DE ROSA

*Num joalheiro da moda. Grandes armários negros. Na penumbra lampejam pratas. Entra a VISCONDESSA DE ***, trinta anos, magra, ágil, nervosa, um grande casaco de veludo preto, um «petit marquis» branco na cabeça, um regalo de lontra nas mãos. O JOALHEIRO, loiro, calvo, distinto, um pequeno bigode côr de ferrugem cortado à americana, recebe-a, curvado, os dedos cheios de jóias.*

O JOALHEIRO. — Senhora Viscondessa . . .

VISCONDESSA. — Está pronto o anel?

O JOALHEIRO. — Ainda não, senhora Viscondessa.

VISCONDESSA. — Não está pronto?

O JOALHEIRO. — Foi preciso mexer na cravação, pôr as rosas que faltavam . . . Mas V. Ex.^a pode estar certa de que o tem depois de amanhã.

VISCONDESSA. — Sem falta? Faz-me impressão andar sem o anel.

O JOALHEIRO. — Sem falta, senhora Viscondessa.

VISCONDESSA. — Manda-o a minha casa?

O JOALHEIRO. — Mando-o a casa de V. Ex.^a

VISCONDESSA, *olhando em volta*. — Tem muitas coisas bonitas?

O JOALHEIRO. — Algumas coisas. Estão-se a vender muitas jóias em Lisboa.

VISCONDESSA. — Para Espanha.

O JOALHEIRO. — Para Espanha e para aqui. (*Abrindo um estojo*) Aqui tem V. Ex.^a um *sautoir* muito original.

VISCONDESSA. — Não gosto de pérolas.

O JOALHEIRO. — V. Ex.^a não gosta de pérolas?

VISCONDESSA. — Vêem-se pouco na minha pele.

O JOALHEIRO. — Tem V. Ex.^a razão. Vêem-se pouco quando a pele é muito branca. Mas há pérolas e pérolas. (*Tirando outro estojo das mãos de um caixeiro, que o escova*) Estou certo de que V. Ex.^a há-de gostar destas.

VISCONDESSA. — ?

O JOALHEIRO. — Uns brincos. Veja V. Ex.^a Duas grandes pérolas côr de rosa suspensas de dois lacinhos de brilhantes Luiz XVI.

VISCONDESSA. — Bonitos . . .

O JOALHEIRO. — É a jóia de mais gôsto que temos em casa. Uma jóia inglêsa. Elkington. Regent Street. Inconfundível. Não há outra assim em Lisboa. Veja V. Ex.^a a luz destas pérolas . . .

VISCONDESSA. — São as maiores que tenho visto.

O JOALHEIRO. — Agradam a V. Ex.^a?

VISCONDESSA. — Muito. Talvez meu marido venha hoje escolher uma jóia para mim. É amanhã o meu dia de anos. Se vier, lembre-lhe estes brincos . . .

O JOALHEIRO, *sorrindo*. — Já estão vendidos.

VISCONDESSA. — Já estão vendidos?

O JOALHEIRO. — Desde esta manhã. — Os meus parabens a V. Ex.^a, senhora Viscondessa.

VISCONDESSA. — Mas vendidas a quem?

O JOALHEIRO. — Ao marido de V. Ex.^a

VISCONDESSA. — Ah! Tem graça!

O JOALHEIRO. — Disse-me que lhos mandasse à tarde, ao Banco. Já estão pagos.

VISCONDESSA, *olhando, encantada*. — Teve bom gôsto, meu marido. Devem ficar-me bem.

O JOALHEIRO. — Parecem feitos para V. Ex.^a — Gosta V. Ex.^a dêste estojo ou prefere outra côr?

VISCONDESSA. — É indiferente. — Não se esqueça do anel . . .

O JOALHEIRO, *acompanhando-a até ao automóvel*. — Depois de amanhã, senhora Viscondessa. Beijo as mãos de V. Ex.^a

*Em casa da VISCONDESSA DE ***. Cinco horas. Uma pequena sala Império moderno, Jémont, lacas e ouro. A VISCONDESSA está só. Chega*

M.^{me} RENDUFE, *quarenta e cinco anos, loiro veneziano, beleza um pouco devastada, um grande «trotteur» irlandês, género Breton, uma pequenina «toque» azul, umas mãos translúcidas, nobres, inteligentes. Intimidade. O CRIADO traz a mesa do chá, e retira-se.*

M.^{me} RENDUFE. — Como estás?

VISCONDESSA. — Não passei bem.

M.^{me} RENDUFE. — Teu marido?

VISCONDESSA. — Safu.

M.^{me} RENDUFE. — Acho-te pálida . . .

VISCONDESSA. — Dormi mal.

M.^{me} RENDUFE. — Já te estranhei ontem. Que tens tu?

VISCONDESSA. — Fiz trinta anos.

M.^{me} RENDUFE. — Como eu me sentia feliz se fizesse trinta anos amanhã!

VISCONDESSA. — Só custa quando se tem vinte e nove.

M.^{me} RENDUFE. — É a nossa melhor idade.

VISCONDESSA. — Dizem os homens.

M.^{me} RENDUFE. — E eles percebem muito mais de mulheres do que nós.

VISCONDESSA. — Uma chícara de chá?

M.^{me} RENDUFE. — Tomo sempre. (*Servem-se*). Já lêste a *Femme de Trente Ans*?

VISCONDESSA. — Não gosto de Balzac.

M.^{me} RENDUFE. — Olha para mim. Como tu tens os olhos pisados!

VISCONDESSA. — É da luz.

M.^{me} RENDUFE. — Vocês zangaram-se?

VISCONDESSA. — Quem?

M.^{me} RENDUFE. — Teu marido e tu.

VISCONDESSA. — Não.

M.^{me} RENDUFE. — As tuas mãos tremem. Estás fria de gelo... Que tens?

VISCONDESSA. — Preciso de conversar muito contigo.

M.^{me} RENDUFE. — Então, sempre há alguma coisa . . .

VISCONDESSA, *comprimindo o botão da campainha*. — Há.

M.^{me} RENDUFE. — Assustas-me.

VISCONDESSA, *ao CRIADO, que aparece*. — Não recebo ninguém.

CRIADO. — Sim, senhora Viscondessa.

M.^{me} RENDUFE. — Olha que a Gabriela vem aí. Encontrei-a.

VISCONDESSA. — Disseste-lhe que eu estava em casa?

M.^{me} RENDUFE. — Disse.

VISCONDESSA, *ao* CRIADO. — Só a senhora baronesa de S. Plácido. Mais ninguém.

CRIADO, *saindo*. — Sim, senhora Viscondessa.

VISCONDESSA. — Agora podemos conversar.

M.^{me} RENDUFE. — De que se trata?

VISCONDESSA. — De meu marido.

M.^{me} RENDUFE. — *Cherchez l'homme!*

VISCONDESSA. — Meu marido engana-me.

M.^{me} RENDUFE. — Êles não fazem outra coisa, minha filha! Também o meu.

VISCONDESSA. — Mas eu não tenho a tua filosofia.

M.^{me} RENDUFE. — Pois é pena.

VISCONDESSA. — Nem a tua idade.

M.^{me} RENDUFE. — O ciúme tem sempre vinte anos. — Mas como soubeste tu que o teu marido te enganava?

VISCONDESSA. — Por acaso.

M.^{me} RENDUFE. — É por isso que eu embirro com o acaso. — E tens a certeza?

VISCONDESSA. — Suspeito.

M.^{me} RENDUFE. — Que te engana com quem?

VISCONDESSA. — Não sei.

M.^{me} RENDUFE. — Mas que indícios tens tu?

VISCONDESSA. — Meu marido comprou ante-ontem uma jóia num joalheiro de Lisboa, e essa jóia não foi comprada para mim.

M.^{me} RENDUFE. — Quem te diz que não foi comprada para ti?

VISCONDESSA. — Se o fôsse, tinha-ma dado ontem, no dia dos meus anos. E não ma deu.

M.^{me} RENDUFE. — Então que te deu êle?

VISCONDESSA. — Dinheiro para uns vestidos e uns chapéus que mandei vir de Paris.

M.^{me} RENDUFE. — Da Riboux?

VISCONDESSA. — Do Léon.

M.^{me} RENDUFE. — Eu no teu caso preferia os chapéus. — Que jóia era?

VISCONDESSA. — Uns brincos.

M.^{me} RENDUFE. — E tu tens a certeza de que êle os comprou?

VISCONDESSA. — Tive-os na mão, em casa do joalheiro. Já estavam pagos.

M.^{me} RENDUFE. — Talvez os comprasse para a mãe.

VISCONDESSA. — Duas enormes pérolas côr de rosa para uma senhora viúva? -

M.^{me} RENDUFE. — Ou para qualquer afilhada.

VISCONDESSA. — Não se dão a afilhadas brincos de quatro ou cinco contos. Nem êle tem nenhuma, que eu saiba.

M.^{me} RENDUFE. — Talvez não os fôsse buscar.

VISCONDESSA. — Mandaram-lhos ao Banco.

M.^{me} RENDUFE. — Não os teria recebido a tempo.

VISCONDESSA. — Recebeu-os.

M.^{me} RENDUFE. — Como sabes tu?

VISCONDESSA. — Pelo joalheiro. Acabo de falar-lhe ao telefone.

M.^{me} RENDUFE. — O que disse êle?

VISCONDESSA. — Imagina que tenho os brincos em meu poder.

M.^{me} RENDUFE. — Decididamente, os homens são uns monstros!

VISCONDESSA, *limpando uma lágrima*. — Uns monstros!

M.^{me} RENDUFE. — Mas temos de os aceitar como êles são, porque não há outros. — Tu já disseste alguma coisa ao Jorge?

VISCONDESSA. — Não.

M.^{me} RENDUFE. — Conheces as jóias, se as vires?

VISCONDESSA. — Perfeitamente.

M.^{me} RENDUFE. — Então, não digas nada a teu marido.

VISCONDESSA. — É o conselho que me dás?

M.^{me} RENDUFE. — É. Não digas nada a teu marido, e repara para as orelhas das tuas amigas. Estas coisas acontecem sempre com as nossas amigas mais íntimas. Olha, nas minhas orelhas não estão . . .

CRIADO, *anunciando*. — A senhora baronesa de S. Plácido.

A BARONESA entra. Parece um retrato de Chartran. É uma loira de olhos pretos, risonha, frívola, coleante, admirável.

BARONESA. — Como estás? Teu marido? Venho morta de sede. Dá-me uma xícara de chá . . .

M.^{me} RENDUFE. — Adeus, Gab.

VISCONDESSA. — Já te esperava . . .

Beijam-se. Nas orelhas da BARONESA, sôbre a pele vagamente doirada, duas grandes pérolas côr de rosa scintilam. A VISCONDESSA olha-as, vacila, empalidece, — mas domina-se e sorri.

BARONESA. — Estás a olhar para os meus brincos?

VISCONDESSA. — Não tos conhecia.

BARONESA. — Deram-mos ontem. Bonitos, não são? Uma jóia inglêsa. Elkington. Regent Street. Não há outros em Lisboa . . .

Continuam conversando.

JULIO DANTAS



As relações luso-brasileiras

QUESTÕES DE ENSINO

Num discurso pronunciado há anos no Massachusetts Board of Trade, o Dr. C. Elliott, presidente da Universidade de Havard, reconhecia que só os «university men», pela sua cultura geral, poderiam dar chefes preparados convenientemente para a direcção das grandes emprêsas. Tal reconhecimento, por parte dum americano, era para surpreender quem não tivesse seguido de perto a evolução extraordinariamente interessante do comércio e da indústria dos Estados Unidos nos últimos vinte anos.

Por essa ocasião ouvíamos nós em Paris uma conferência em que se sustentava o mesmo ponto de vista.

Já, pois, antes da guerra, se começava vendo por toda a parte que a moderna organização dos negócios exige de facto altas qualidades de direcção e que o desenvolvimento do homem, intellectual e moral, a cultura desinteressada, é o elemento primordial dessas qualidades. A sociedade internacional, enriquecida com a colaboração do pensamento americano (W. James) e orientada de futuro, em questões de organização, pelos exemplos da grande «démocratie ordonnée et heureuse», querendo proclamar uma vitória definitiva sôbre o espírito de guerra, regressivo e brutal, há-de transformar-se num vasto campo de experiências e rápidas mutações, fazendo valer a beleza e as vantagens reais duma estreita solidariedade entre os povos. É costume dizer-se que os últimos cinquenta anos foram um período de extraordinárias revoluções. Há motivos para julgar, felizmente, que os cinquenta que se vão seguir verão mudanças, revoluções, progressos, mais extraordinários ainda. As democracias até aqui teem experimen-

tado particular dificuldade em instaurar sôbre sábios princípios a acção colectiva ; ideias modernas parece que vieram, porêm, simplificar o problema. No seu conjunto, a sociedade humana, de que é parte integrante qualquer agrupamento industrial, avança, como um exército, sob a direcção de certos indivíduos e sob a sua autoridade, graças à dedicação dos pioneiros que, à frente, vão desbravando o caminho. Estes homens que inventam e submetem as suas próprias invenções à prova da experiência são os primeiros obreiros da civilização.

Nunca sociedade nenhuma poderá prescindir dos inventores, dos condutores de homens, que no momento preciso são capazes de marcar uma orientação ou exercer o comando que dêles se require. O poder dos chefes, porventura mais raros de futuro, aumentará ainda por êsse facto, e o indivíduo, longe de se ver por isso diminuído, antes sentirá crescer em si o orgulho novo de ser chamado a uma honrosa colaboração. Os chefes das grandes massas industriais, particularmente, devem possuir uma vasta educação ; o ensino há-de elevar-lhes ao máximo o poder de realização para aumentar o rendimento da sua acção social. Aplicando-se os meios de preparação apropriados, devem atingir novos ainda as situações dirigentes. A vantagem do sistema democrático de educação está precisamente na gratuidade das escolas que permite ao pobres pôrem também em relêvo as suas faculdades notáveis. Às escolas gratuitas competiria fazer a selecção de todos os homens aproveitáveis duma democracia e promover em seguida que fôssem guindados a desempenhar os lugares que lhes coubessem de direito.

Apesar de todas as aparências formais de modernismo, Portugal ainda não conseguiu erguer-se do campo restrito das lutas de partidos às alturas donde se disfrutam estas vistas consoladoras sôbre o futuro. Aqui os grandes objectivos, sempre realizados quando chegam a exaltar o misticismo obstinado do povo, há muito que já não brilham ante o seu olhar apagado. Os governantes, sem nenhuma compreensão do lirismo genial da raça, teem ajustado os seus modestos talentos de funcionários a uma obra mesquinha de exploração fiscal e militar, provocando o justo desinterêsse e a indiferença de todos.

Mas veio esta guerra. Vimos partir há pouco o tenente Augusto Casimiro, poeta e soldado como os de velho tempo. Por êle nos voltou a fé no destino superior do povo que amouapai-

xonadamente a ansiedade de glória de Nun'Álvares e o genial pensamento aventureiro do Infante.

Acima, acima! Corações inquietos!
Meus avós, revivei nos vossos netos! (1)

Puros lidadores inspirados, os heróis e os mártires que levam Portugal, em suas almas, até ao altar do sacrifício, não-de dar-nos com a vitória uma Pátria mais bela, erguida a toda a altura dos seus sonhos. Que, por milagre do sangue derramado, se tornem dignos dela os que ficarem, como de servir o divino espírito de liberdade por que os outros vão a combater. Que todos procurem realizar uma obra total de inteligência e de energia para nos entregarmos transfigurados, regenerados, a novo futuro de grandeza e felicidades. As inspirações que vierem da França e o exemplo da esplêndida actividade brasileira, convidando-nos a colaborar na obra da nova idade, de que já Verdun foi a esperada anunciação, serão de certeza para nós motivos de orgulho e incentivo dum valor incomparável. Mas, colaboração implica um perfeito conhecimento recíproco e êste impõe múltiplas obrigações; especialmente que se estabeleça uma estreita camaradagem actuante entre os representantes da mentalidade brasileira, que são os seus artistas e os homens de acção que honram a República, com os que em Portugal representam valores idênticos, artistas também e homens de cultura moderna, mas que a República não achou ainda preciso utilizar, talvez por motivo da estranha persistência daquele acanhado espírito eleiçoeiro que levou o constitucionalismo ao extremo duma grotesca miséria intelectual e moral.

À «Atlantida» cabe a honra do primeiro pensamento de colaboração e do primeiro passo, ousado e proveitoso, para a tornar efectiva. Oferecendo-nos as suas colunas, dá ensejo a que os professores dum e doutro país, discutindo entre si os problemas da organização do ensino, preparem reformas que possam dar plena satisfação aos interesses tão estreitamente ligados das duas pátrias irmãs.

Já no primeiro número desta revista o Sr. Moreira Teles fazia notar que os rapazes brasileiros, filhos de pais portugueses e mães brasileiras, ou vice-versa, quando são obrigados a in-

(1) «Hora de Nun'Álvares» por Augusto Casimiro. Edição da «Atlantida».

terromper os estudos no Brasil para acompanharem as famílias a Portugal, teem de recommençar os cursos aqui por métodos novos, e que o mesmo se dá com os estudantes portugueses chegados ao Brasil. Perda de muitos anos de trabalho, com a sobrecarga de graves prejuízos monetários.

O illustre artista brasileiro Navarro da Costa põe esperanças duma aproximação real entre os dois povos nas exposições de arte que está organizando em Lisboa e no Rio — «É preciso que vão lá» — Sim, é preciso seguir o exemplo de João de Barros, ir ao Brasil, e que venham a Portugal os intelectuais brasileiros. De estudos assim dirigidos, de ideias comuns definitivamente apuradas sôbre estas questões de ensino, haviam resultar bases seguras sôbre as quais assentassem depois novas organizações do trabalho escolar.

E porque não criar no Rio de Janeiro uma escola com professores brasileiros e portugueses, espécie de instituto pedagógico onde se experimentem os métodos, que sirva de modelo às escolas oficinas e de exemplo para futuros mestres? Seria obra para interessar as associações e academias de ambos os países e os seus homens de Estado. A Escola Modelo do Rio, sob o alto patrocínio de políticos brasileiros eminentes e de S. Ex.^a o Sr. Presidente da República Portuguesa, nosso primeiro embaixador, asseguraria uma colaboração eficaz entre o Brasil e Portugal.

Se a atmosfera, aqui, não é própria ainda para estas realizações, é nossa esperança, entretanto, que o fim da guerra há-de marcar o início duma verdadeira renascença do espírito português.

O grande povo de Portugal, depois de serenado o tumulto que levantaram audaciosos e aventureiros desta primeira época da República, do profundo amor pela liberdade, do místico fervor das suas crenças e da saúdosa memória duma tradição lírica incomparável, há-de arrancar representação dum ideal criador, afastando indefinidamente as possibilidades tentadoras do mistério para além de cada nova realização, como o mar quando fugia diante das caravelas, e há-de dar novo renome à alma lusitana, liberta, amorosa e heróica, forte sempre contra a tirania do dogma e a grosseira experiência utilitarista, que ia sendo de moda nestes últimos tempos, como contra todas as fórmulas que, do mesmo passo que destroem a actividade criacionista do indivíduo, ferem de morte o organismo social, mecanizando-o. As obras rea-

lizadas perdem o valor, depreciam se, chegam a servir para esmagar e oprimir, quando lhes falta a presença do espírito criador — escreveu Leonardo Coimbra. Assim o automatismo da organização social alemã, que serve passivamente — às mil maravilhas — a ideia centralizadora pangermanista e que nesse trabalho se exalta e apura enquanto não vem a catástrofe redentora que tudo há-de subverter, para que se dê memorável reparação à glória do espírito ultrajado; assim neste Portugal dos nossos tempos, de «apagada e vil tristeza», onde o giro enfadonho da nora burocrática, enchendo os cestos que sobem com a papelada dos outros que descem, vai estúpidamente absorvendo, para a depreciar, a verdadeira actividade de alguns raros espíritos.

* * *

ENSINO PRIMÁRIO E PROFISSIONAL

Pois que a formação duma classe dirigente, sem conhecimentos técnicos detalhados, mas com largas aptidões gerais de inteligência e de saber e notáveis faculdades de assimilação, é indispensável ao regular funcionamento das grandes emprêsas, tal parece que devia ser a missão indicada das escolas superiores do comércio. Mas estas escolas ainda preparam empregados em vez de chefes que resolvam as questões de organização comercial e especulação e os variados problemas sociais e financeiros que a cada passo se apresentam ao homem de negócios num mundo económico em permanente estado de evolução. Ensino superior é um ensino de dados em formação. Os métodos de trabalho e investigação e uma visão geral da vida económica e social é o que as escolas superiores do comércio teriam de desenvolver especialmente nos seus programas: economia política, direito, história, geografia, noções de psicologia individual e colectiva, transformando-se em verdadeiras Universidades Comerciais, como propôs o professor da Faculdade de Lyon, M. C. Brouillet.

Imediatamente depois do pessoal de direcção superior veem os engenheiros, directores técnicos das indústrias.

Para a formação desse pessoal, as escolas do estrangeiro, onde o notável desenvolvimento das indústrias cria um meio de educação eminentemente favorável, ainda serão por muito tempo insubstituíveis, embora já o nosso Instituto Superior Técnico marque um progresso considerável neste ramo do ensino.

É pena que o govêrno não tivesse procurado negociar com os países aliados a homologação de certas cadeiras das nossas Faculdades, como preparatórias, para enviar alunos bem preparados à matrícula nos cursos superiores e técnicos das escolas do estrangeiro, com subvenção do Estado, assim como a colocação nesses países dos nossos diplomados com quaisquer cursos, superiores ou técnicos, como empregados ou estagiários, ao menos pelo tempo de guerra, e na medida em que o consentissem as necessidades impreteríveis da nossa mobilização. É na preparação do pessoal de execução que as maiores dificuldades se fazem sentir, quer quando se trata do operário da grande indústria, quer quando do aprendiz dum simples officio. A resolução do problema do ensino profissional, por exigir a intervenção do Estado de certo modo violenta, pode vir a ser recebida com hostilidade por parte de patrões e operários, muito longe ainda, uns e outros, de terem compreendido o sentido actual da evolução económica. Na verdade, o único meio de formação de operários, como os requiere a indústria moderna, parece ser o ensino profissional obrigatório. Pelo sistema alemão de 30 de Junho de 1900, o patrão obriga os aprendizes a frequentar a escola e vigia cuidadosamente a frequência. Igual princípio é adoptado na Dinamarca e na Noruega.

Em França, o senado acaba de aprovar o projecto de lei Astier sôbre a reorganização do ensino técnico industrial e commercial. Desde 1902 até ao comêço da guerra só 100.000 franceses tinham recebido instrução apropriada à indústria e ao comércio, contra mais de 400.000 alunos que em igual período frequentaram os cursos técnicos da Alemanha. Foi o que inspirou ao senador e actual ministro Edouard Herriot, as seguintes palavras, a propósito do ensino profissional completamente remodelado por aquele projecto: «C'est la guerre toute entière qui nous reproche de ne pas l'avoir institué plus tôt; c'est la guerre toute entière qui nous impose son extension et sa renovation».

Assim a França, socialmente, está a ponto de passar por transformações profundas.

Aos operários caberá a sua parte de deliberação nas assembleias que terão de preparar uma nova codificação do trabalho. Da França não é de esperar que imponha aos seus soldados, quando de volta dos campos de batalha, contratos de aluguer ou regulamentos dos quais o menos que se pode dizer é que não

representam a livre vontade de ambas as partes. Os sindicalistas franceses escrevem das trincheiras proclamando a sua fé nos valores fecundos que são o Direito, a Justiça e a Liberdade sem os quais, dizem eles, não haveria coragem de fazer o sacrifício da vida. Léon Jouhaux, que hoje representa a «Confédération générale du travail», no segundo aniversário da morte de Jaurés afirmava solenemente a sua perfeita confiança no futuro: «Désormais, prolétaires et patrons sont à égalité de rang au tableau national; leurs discussions devront donc se dérouler à égalité de puissance, et, si tous l'entendent ainsi, au nom de l'union sacrée, celle qui dure, et non celle qui ressemblerait à une trêve peu sincère, beaucoup de conflits se dénoueront à l'avenir pacifiquement même en admettant, ce qui n'est pas invraisemblable, une lutte de classes renaissante et irréductible».

Começam-se reformando os agrupamentos sociais que não-de receber o encargo de efectivar a vitória.

A declaração de Junho anunciava que iam ser tomadas medidas tendentes a libertar os aliados da dependência dos países inimigos relativamente a matérias primas e a objectos fabricados essenciais para o desenvolvimento normal da actividade económica. Infelizmente em Portugal só agora se começou falando da partida de 10:000 operários para as fábricas de França, quando a Espanha neutral aproveita de há muito os benefícios da emigração da sua mão de obra agrícola para os campos franceses, fazendo por êste processo, rápidamente, a educação de algumas dezenas de milhares de trabalhadores.

É princípio assente que a frequência das escolas profissionais deve ser obrigatória; mas ainda no nosso Regulamento de 6 de Setembro de 1915 a ideia de obrigatoriedade não logrou vencer a corrente do espirito, tão português, de desarranjo e resignação, que inspira determinações como esta: «as escolas que depois de três anos de exercício não tiverem, em dois anos sucessivos, frequência suficiente, serão suprimidas ou transferidas para outra localidade onde possam ser mais proveitosas (!)»

Dêste passo, quando viremos a ter pessoal habilitado para tomarmos lugar no novo mundo económico que se formará depois da guerra?

Quanto a métodos, questão que a todas sobreleva, continuam completamente abandonados a experiências caprichosas, sob a capa do princípio mal entendido da liberdade dos mestres.

E, entretanto, metodos há, de ensino profissional, que bem podiam desempenhar, no desenvolvimento das indústrias portuguesas, um papel importantíssimo, se uma opinião pública esclarecida levasse as Associações industriais e agrícolas a criarem escolas particulares, libertando-nos a todos da tutela humilhante dos políticos nesta matéria, onde se tem mostrado absolutamente improdutivo.

Grande interêsse teriam em fundar escolas profissionais primárias essas associações, seguindo o exemplo das suas congêneres de Cincinnati, que nestes últimos anos tem aberto grande numero de cursos dirigidos superiormente pelo professor primário Renshaw, antigo mecânico.

No comêço do desenvolvimento industrial dos Estados Unidos os americanos entendiam que todos os conhecimentos necessários se adquiriam pela freqüência das oficinas. Foi a época da fabricação americana de má qualidade. Era preciso prover às necessidades mais urgentes, criar meios de transporte, aproveitar o tempo sem outra espécie de preocupação. E os produtos fabricados não tinham que recear a concorrência estrangeira naquele momento; a guerra civil de 1865 tinha tido exactamente por fim afastar o perigo dessa concorrência por meio dum proteccionismo feroz.

Mas, desde 1865, tendo-se modificado profundamente a situação, novas necessidades vieram transformar a educação profissional americana. Criaram-se escolas de artes e ofícios e escolas profissionais; multiplicaram-se os cursos nocturnos, imitando o que se tinha feito noutros países. Finalmente, como a imitação não dêsse os resultados desejados, os Estados Unidos experimentaram modernamente novos sistemas de instrução técnica que correspondem melhor às condições da sua indústria e da vida americana.

O que essencialmente os caracteriza é a subordinação do ensino teórico à prática industrial.

Um dêsses sistemas é a *Continuation School*, espécie de transição da escola primária para a oficina: os pequenos aprendizes freqüentam a escola entre duas séries de trabalhos manuais e o professor primário, que os acompanha, faz nas suas aulas, seguidamente, o ensino teórico complementar.

O método de Renshaw é de um interêsse de originalidade só excedido pelo dos admiráveis resultados práticos obtidos. As má-

quinas são o ponto de partida do ensino da aritmética, geometria, álgebra e trigonometria elementares; a composição literária ensina-se tomando por assunto a economia da mão de obra, a contabilidade pelas listas dos salários e pelas contas das fábricas. A «National Association of Manufacture» foi a primeira a encarregar Renshaw da criação de duas «continuation schools». Seguiu-se logo depois «A Associação metalúrgica de Cincinnati», e, uma vez instaladas as máquinas, ou os seus modelos, a nova escola começou logo funcionando com 500 alunos. Cada fábrica enviava os seus aprendizes à escola pelo menos uma vez por semana.

Seguiram-se escolas para outras indústrias e até uma «continuation school» para raparigas empregadas nos armazéns, na costura e nas fábricas de calçado e confecções.

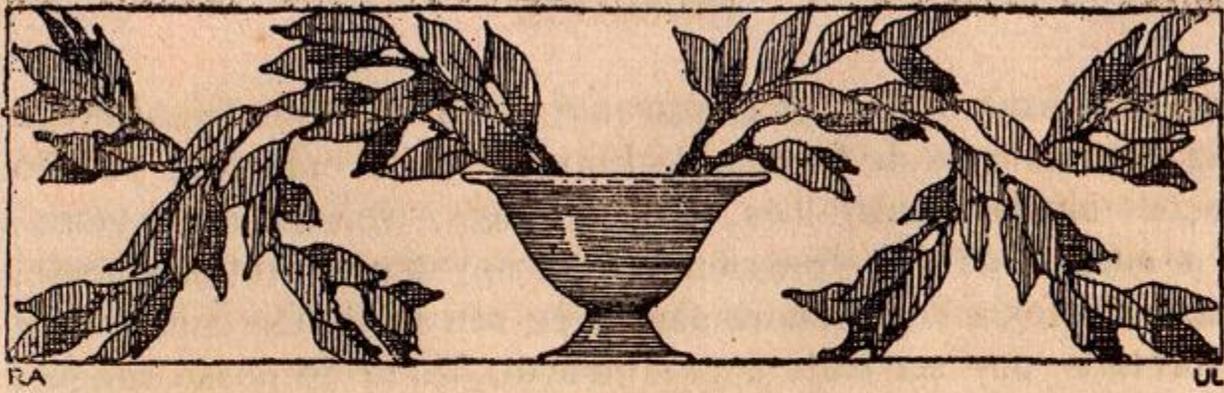
O *Cooperative Systeme* é um desenvolvimento da mesma idea fundamental. Durante um ciclo de seis anos, pelo menos, e depois de ter recebido uma instrução primária desenvolvida, o estudante divide o seu tempo, às semanas, pela escola e pela fábrica onde recebe salário por cada dia de trabalho. A experiência começada em Cincinnati em 1906 também deu resultados que excederam toda a expectativa.

Se foi difícil no primeiro ano encontrar um número suficiente de alunos para a inauguração do curso, já no segundo a Universidade recebeu cerca de 800 pedidos de inscrição dos quais não pôde tomar em consideração senão 60; no terceiro, mais de 200 requerimentos e 80 admitidos; finalmente, em 1909, mais de 3.000 candidatos dos quais a Universidade só pôde receber 75, em razão de dificuldades materiais de instalação. A revista *American Industries* de Agosto de 1910 anunciava que nesse ano seriam admitidos 125 novos alunos e que o número de candidatos iria ainda além de 4.000.

(*Continua*).

Lisboa, Março de 1917.

LÚCIO DOS SANTOS.



BRASIL E ALEMANHA

A ruptura de relações diplomáticas A Mensagem de Wilson Os alemães no Brasil—Brasil e Portugal

ENTREVISTA COM O SR. DR. GASTÃO DA CUNHA,
EMBAIXADOR DO BRASIL

Seria uma banalidade inútil afirmar que a ruptura de relações diplomáticas entre o Brasil e a Alemanha foi recebida entre nós com profunda satisfação. Mas talvez pareça contestável a muita gente o dizer-se que, na vertiginosa sucessão de factos desencadeados pela grande guerra e que mais ou menos se repercutiram em Portugal, a digna e nobre atitude da República fraterna deixa um rastro à parte, e vinca profundamente as consciências lusitanas. Sempre amámos o Brasil — e nem poderíamos deixar de ter por êsse país admirável a afeição que de direito lhe pertence nos nossos corações. Mas há alguns anos para cá, essa afeição tornou-se mais intensa, mais esclarecida e, — porque não dizê-lo — mais compreensiva. Já não somos, brasileiros e portugueses, simples amigos que se estimam — e que se ignoram... Começamos a ter uns pelos outros aquele interêsse e carinho que são respeito e conhecimento mútuos. E saber, e sentir que o Brasil, na hora grave que atravessamos e quási ao mesmo tempo em



que as nossas tropas, gloriosamente, tomavam o seu baptismo de fogo nos campos de batalha da Europa, vinha enfileirar ao lado nações aliadas, dando-lhes, e dando-nos, o seu concurso moral, e a adesão da sua consciência — comoveu-nos profundamente, trazendo-nos a consoladora alegria de seu apoio, tão consoladora sobretudo por ser mais uma afirmação *latina* do nosso sangue, da nossa raça e das nossas tradições, sempre triunfantes no Brasil . . .

Assim, para comemorar de maneira condigna o sensacional acontecimento, a «*Atlantida*» quis ouvir do ilustre Embaixador do Brasil em Lisboa algumas palavras que o esclarecessem e definissem. O Dr. Gastão da Cunha, encantador de espírito e de maneiras, recebe-me com aquela sua rara amabilidade, quási familiar, mas sempre elegante, que tão inconfundivelmente caracteriza a sua fulgurante personalidade de diplomata, de político e de artista. Está em plena instalação da Embaixada, onde as paredes começam a vestir-se de quadros de mestres, de velhas aguarelas preciosas, entre os severos e ricos reposteiros que vão emoldurando as janelas. Há obras de arte admiráveis, móveis lindíssimos, velhos espelhos onde os sorrisos se tornam distantes como a alma do Passado. Em frente de uma gravura representando o Vaticano, o Embaixador fala de Roma, e da pedra em que são construídos os seus belos edifícios, que êle tanto ama por ser irmã da nossa pedra *lìoz*, tão doce à vista no bruni-do do tempo. E na sua palavra quente, expressiva, em que vibra uma forte e original sensibilidade de Poeta, o Dr. Gastão da Cunha evoca a doçura da Itália, a grandeza de seus monumentos e das suas tradições, a incomparável sedução dessa terra de prodígio. . . É fascinante, a sua conversa. Nem sequer ousou interrompe-lo, para fazer as perguntas que tencionava fazer. E, se num dado momento, o Embaixador não se referisse ao Rio de Janeiro, lamentando que na Avenida Atlântica alguns edifícios de mau gosto agressivo estraguem e enodoem a beleza única dessa artéria excepcional em todo o mundo, creio que nunca me atreveria a chamá-lo à realidade desagradável da guerra, nem a perguntar-lhe o que S. Ex.^a pensava sôbre o rompimento diplomático entre o Brasil e a Alemanha. Mas, aproveitando, ainda que mal, a referência, lembrei: «Não haveria no Brasil quem achasse violenta a atitude honrossíssima que a nota do Chanceler brasileiro tão nítidamente afirma?»

— A atitude do Brasil — responde o Embaixador com lenta e reflectida energia, e fingindo, amavelmente, que não reparara na extemporaneidade da minha observação, — não podia ser outra. Deduzia-se já, de resto, da primeira nota do Chanceler. Em face de um torpedeamento como o do *Paraná*—era inevitável. Até aqui, o Brasil foi sempre da máxima prudência. Pois bem:—de hoje para o futuro, a sua atitude será tão firme quanto até hoje foi prudente. Não haverá temor, nem bravatas, conservando-nos sempre de acordo com a nossa política internacional, que sempre se inspirou no desejo da paz, mas não a quer com humilhação. E deixe-me dizer-lhe desde já: — a ruptura de relações, em caso algum dará lugar a leis de excepção contra os estrangeiros, que no Brasil teem o uso de todos os seus direitos civis. O cumprimento estrito das leis existentes basta para manter a ordem e assegurar o respeito de soberania. . . .

— É a boa doutrina, a doutrina de verdadeira liberdade e verdadeira democracia. Vejo que a mensagem de Wilson é também a expressão clara das aspirações do Brasil.

— A mensagem de Wilson, afirma o Dr. Gastão da Cunha, é *sem restrições* secundada pela opinião nacional, por governantes e governados. Os princípios de direito internacional e de moral internacional, que ela consigna, estão radicados na alma brasileira. Formam como que o património espiritual, como que a profunda e íntima razão de ser da consciência política americana, continuou o Embaixador, com a calorosa convicção de alguém que pela obra de toda a sua vida, tem eficazmente contribuído para o aperfeiçoamento dessa meticolosa e alta consciência colectiva.

— Confesso que não contava com um aplauso tão grande e tão geral do Brasil à mensagem de Wilson. De mais a mais — e perdôe V. Ex.^a a lembrança — o sul do Brasil está coalhado de alemães, que não perderão decerto ensejo de manifestar o seu odio . . .

— Nada receio dos alemães do Brasil, contesta vivamente o Embaixador. O ambiente nacional é bastante para anular qualquer tentativa de discórdia ou de perturbação de ordem pública. Ficarão *insulados* aqueles que, em pequena minoria — sem dúvida — tentarem ser rebeldes à hospitalidade de que gozam. De resto, os alemães no Brasil, embora conservem as tradições e a cultura germânicas, isto é, o meneio da literatura, o uso das artes e do comércio do seu país, já preferem o ambiente de liberdade ame-

ricano ao regime prussiano. O alemão do Brasil, se voltasse à sua terra hoje, logo se sentiria *aquartelado* . . .

— A fórmula é perfeita, interrompi.

— Sim, *aquartelado*. Sente-se já que êle prefere o *domicílio americano* ao quartel prussiano . . .

— Não se pode mostrar um mais completo conhecimento do que são os métodos alemães . . .

— De resto, prosseguiu o Embaixador, sorrindo, o efeito do ambiente americano sôbre as raças que se caldeiam no Brasil pode ser definido citando o exemplo de Lauro Muller, filho de alemães; o exemplo do Senador Schmitt, governador de Santa Catarina; o do deputado Germano Hasslocher — todos três filhos de alemães, mas de espírito nacional tão puro como o dos melhores brasileiros da raça latina . . . Historiadores como Varnhagem, jornalistas como Kazeritz, aos quais nenhum brasileiro excedeu em zêlo patriótico, — e tantos mais . . . Não, não há perigo alemão no Brasil. D. Pedro II deu uma fórmula que, *mutatis mutandis*, todos os alemães da minha terra poderiam aplicar a si próprios: — «Sou arquiduque de Áustria, e genuíno brasileiro . . .»

O Embaixador levantou-se. Terminara a entrevista com um dito de espírito, que era também a expressão de uma grande verdade, e que definitivamente traz sossêgo a todos aqueles que, como eu, alguma coisa receavam do perigo alemão no Brasil. Mas eu queria fazer ainda uma última pergunta. E, já de pé:

— Pensa V. Ex.^a que a nova atitude do Brasil apertará e estreitará ainda mais as relações luso-brasileiras?

— Não creio que a nossa comunhão de ideias, sentimentos e interêsses possa aumentar, tão grande ela já é. Mas estou certo de que poderá multiplicar-se, neste momento de intensificação de relações internacionais, tornando mais vasto e mais constante o nosso contacto fraterno . . .

Sai, contente. Na voz calma e eloquente do Embaixador tinha ouvido a voz distante e amiga do Brasil. E nenhuma outra voz pode ser mais doce e mais desejada para o coração português, irmão gêmeo e fiel do coração brasileiro . . .

ANAPOLITANA

FLOCOS
 FLÔR
 SEMOLA

D'AVEIA
 PHOSPHARINA INTEGRAL
 FAR^{OS} DE ARROS
 FAVA TORRADA
 CEVADINHA

GOMES, BRITTO,
 CONCEIÇÃO,
 REIS & C.ª L.^{DA}

MASSAS
ALIMENTÍCIAS

R. DOS ARA-
 MEIROS, 11, 1.º

LIT. DE PARIZIANA-LANCA

LOMBARDAS

A RAINHA DAS
 AGUAS DE MESA

MEDALHAS
 DE OURO

EXPOSIÇÃO
 PALACIO
 CRYSTAL
 DE
 LONDRES
 EM 1904
 E DE
 HYGIENE
 ARTES E
 OFICIOS DE
 MADRID EM
 1907

GRANDS
 PRIX

EXPOSIÇÃO
 DE S. LUIZ
 EM 1904
 E RIO DE
 JANEIRO
 EM
 1908

O ACIDO CARBONICO NÃO É INTRODUCIDO
 DEPOSITO GERAL - 106 Avenida B...
 ARTIFICIALMENTE

A INDUSTRIA E A ARTE

Reprodução de cartazes artísticos



A MOEDA DE OIRO DA REPUBLICA PORTUGUESA



Maquette aprovada em concurso, do ilustre escultor João da Silva

PORTUGAL NA GRANDE GUERRA

O general Fernando Tamagnini, comandante do Corpo Expedicionário Português a França, dirigiu às tropas do seu comando uma proclamação vibrante de patriotismo e que todo o país leu comovidamente, porque ela traduz o sentimento geral de um modo muito feliz. Ei-la :

«Ao assumir em França o comando do Corpo Expedicionário Português, com que o Governo da República Portuguesa me honrou, saúdo-vos cheio de entusiasmo expressando-vos o meu desvanecido orgulho por vos comandar.

«Tenho a certeza de que na luta em que vamos entrar para a defesa do direito, da liberdade e da nossa própria honra, pelos nossos inimigos ultrajada, sabereis revelar todo o conjunto de qualidades e sentimentos que em todas as épocas distinguiram os soldados de Portugal.

«Tenho a maior fé de que regressareis às vossas terras, ao seio de vossas

famílias com a consciência do dever cumprido, depois de aqui terdes, ao lado dos valorosos exércitos britânico e francês, vingado os nossos irmãos da afronta recebida em terras de Africa, honrando a nossa querida Pátria, em cuja bandeira se contemp'am as imorredouras quinas, até hoje cobertas de glória em todas as partes do mundo.



«Ao enviar-vos a minha saudação, sei que dentro dos vossos peitos palpita como no meu o mesmo entusiasmo fervoroso pela vitória dos aliados, que é a vitória da nossa própria causa e que comigo repetireis: Vivam os aliados! Viva Portugal! Viva o exército português! — (a) *General Fernando Tamagnini.*»

O transporte de algumas dezenas de milhares de homens para França tem-se feito sem quaisquer incidentes, realizando-se a travessia marítima, apesar dos constantes riscos do bloqueio submarino, com rapidez e admirável êxito pelo que toca à vida dos viajantes. *Destroyers* ingleses escoltam os navios que conduzem as tropas e são inexcedíveis de dedicação e de perícia no desempenho dêsse encargo de tamanha responsabilidade. Até Agosto espera-se que estejam em França homens e que de aí por diante, todos os meses, irão os necessários para preencher as vacaturas que se fôrem produzindo. Não podem ser mais lisongeiras as notícias chegadas sôbre os oficiais portugueses de artilharia e metralhadoras, cujos serviços os ingleses aproveitaram imediatamente, quer na frente da batalha, quer nas escolas preparatórias dos seus próprios oficiais. Quanto às praças de todas as armas, cumpre notar que embarcaram e seguiram para França na melhor das disposições, prontas a lutar pela causa dos Aliados e a cobrir de glória, mais uma vez, o nome da sua terra. Nos campos de concentração e instrução em que se encontram, para um tirocínio mais no menos demorado, ouve-se permanentemente o canhoneio e assim se habitua a essa horrível música, ao mesmo tempo que os seus olhos se costumam a ver os feridos e os estropiados a quem conduzem para os hospitais através das povoações em que os nossos acampam.

A reconstituição do exército português num tão curto lapso de tempo é um verdadeiro milagre de energia e de audácia, a obra indiscutivelmente assombrosa de um homem de rara têmpera: o ministro da guerra, major Norton de Matos.

Os seus próprios adversários políticos—e ninguém ignora como a paixão partidária inventa e avulta defeitos — reconhecem e proclamam as excepcionais qualidades que exornam êste militar ilustre. O exército burocratizara-se havia longos anos. Sinais da sua existência apenas os davam, de quando em quando, uma ou outra expedição às colónias, nem sempre coroadas de ventura, e um orçamento de despesas, comportando anualmente alguns milhares de contos. Os oficiais tinham-se costumado ao traço civil, aos hábitos civis, às ocupações sedentárias das secretarias públicas e dos estabelecimentos de ensino tanto do Estado como particulares. Nas casernas, quási vazias, a ociosidade. Se sucedeu, como sob o govêrno em que Pimentel Pinto sobraçava a

pasta da guerra, fazerem-se manobras, redundavam numa coisa caricata e contraproducente, como as de Trajouce que ficaram célebres pelo ridículo. Implantada a República, decretaram-se reformas cujas vantagens já hoje se constata; mas foi a nossa entrada na guerra, virtualmente decidida desde a primeira hora, que obrigou a imprimir um extraordinário impulso a quanto se prende com a organização dum exército digno dêste nome, e foi o major Norton de Matos quem o imprimiu com uma coragem, uma competência e uma confiança modelares. Criou por assim dizer do nada uma obra surpreendente, vencendo para tal uma série de atritos que desanimariam quem não possuísse a sua pertinácia inflexível, a sua resolução heróica de triunfar... As faculdades essenciais do carácter do major Norton de Matos estampam-se-lhe na fisionomia glabra, em cuja aparente rudeza se manifesta a decisão dum alma que se traçou um caminho e que não se arredará dêle, suceda o que suceder. O pêso das responsabilidades tremendas, as canseiras de sucessivos mêses de trabalho ininterrupto, as noites desveladas, os embaraços que os ineptos levantam, a pavorosa resistência passiva dos que só cuidam de contrariar por êsse processo, a malevolência dos que por sistema detraem e caluniam — nada ainda o logrou demover da sua emprêsa gigantesca, antes cada dia que passa e cada vitória que a sua inteligência, o seu esforço e o seu patriotismo alcançam — e não poucas se registam já — mais fortalecem o seu ânimo e o fazem prosseguir cheio de sereno mas forte entusiasmo na sua patriótica tarefa. A vida militar hoje, em Portugal, sofre o influxo poderoso de um homem de invulgares predicados e que soube elevar em breves anos a instituição de que é lustre ao grau de prestígio que a assinala nos grandes países em guerra. O país tornou-se para com o major Norton de Matos devedor de um tributo de reconhecimento que êle, decerto, julgará plenamente saldado no dia em que o Corpo Expedicionário Português honrar na frente da batalha as tradições que doiram de um brilho imortal as Quinas que esmaltam a bandeira da Pátria, tremulando ao vento ao lado das mais gloriosas bandeiras do mundo...

DA FRENTE FRANCESA

Augusto Casimiro, o autor admirado da Hora de Nun'Alvares e de quem Junqueiro me dizia há algumas semanas: é uma alma sublime, partiu para França, onde vai defender, com o mesmo sincero e forte ardor que vibra nos seus versos, a Pátria e a Civilização latina. De lá nos envia a carta que a seguir publicamos, e que é a primeira de uma série de impressões de guerra. Todo o seu grande coração de português e de soldado e toda a sua sensibilidade de Poeta, dão às suas palavras um frémito de epopeia e um incontestável cunho de beleza. São palavras de fé, palavras de entusiasmo, que é preciso ler religiosamente. E que trazem à Atlantida, neste momento de suprema glória e de supremo sacrifício, o fulgurante reflexo do futuro vitorioso que o poeta e herói Augusto Casimiro, com os seus camaradas de luta, vão criar e erguer lá fóra, para honra e segurança da Pátria.

O NOVO RESTELO

«Praia de lágrimas e de alegria...»

JOÃO DE BARROS

De nós mesmos e da nossa alma ignorámos sempre alguma coisa. As palavras que durante muito tempo disseram, esboçaram, da nossa alma, uma atitude ou um sentimento, — horas há em que se perdem apagadas ao clarão inesperado e dramático da realidade vivida.

Partir é um momento dêesses, a hora da largada é uma hora assim.

A consciência do dever que manda, o orgulho do sacrifício maior que exalta e embeleza, esta excedência de alma heroica que faz calar o egoísmo do amor erguendo-o a não imaginadas alturas, — tudo é silencioso, cala e se entrega, rendido, perante a brutalidade pungente.

A multidão à roda, é silenciosa, como o coração suspenso daquela região que sangra, e a cortar o silêncio, de vez em quando, já amainados e domados, os gritos dos simples, sem domínio, daqueles em que a dor rebenta, se despenha e exagera como as águas libertas, sôbre dique derrubado galgando uma campina vasta.

Na fisionomia múltipla da multidão compacta, nervosa, na face enorme e branca, há uma fixidez severa e solene.

As palavras que os que partem ouvem, saem dos lábios repassadas duma austeridade inédita, quâsi religiosa.

Homens desvairados quotidianamente pelas ilusões mais diversas, — ali, na gare apinhada e silenciosa, na convulsão profunda, porventura, assistem ao milagre duma revolução.

Os mais ligeiros, os mais adormecidos, acordam, são diferentes.

Uma expressão nova ennobrece-lhes o rosto. A asa da morte e do Além-mundo roçou aquelas almas. Em cada ser um sentido de tragédia define-se, desvenda-se um mistério, um véu tomba . . .

Os que partem vão afrontar a morte e sorriem, serenos. Os soldados, no ruído moço e inquieto da sua turbulência, refreiam o tumulto, domam o canto, porque na turba há mães que choram, olhos que estagnam lágrimas, músculos esculpturados em vincos de domínio . . .

De vez em quando um grito, um choro mais alto . . .

Quem parte anima, quem se vai é que exalta e domina. E quem parte sabe onde vai. Aqueles centenaes de moços ouvem, para lá das palavras e do espírito, a voz imperativa da Pátria cujo nome não profanaram nunca, e que ninguém lhes ensinou.

A Pátria, o dever ! . . . Estas palavras resgatam o seu maior sentido, ir-revelado e prisioneiro até ali no horizonte menos puro da vida quotidiana.

— É preciso marchar . . . — E. se há perigo, a beleza está em sorrir ao perigo, em ir para êle de alma alta ! . . . Só a boa atitude salva e chama a boa sorte !

A *mascote* dos soldados de Portugal é a serenidade severa enquanto os que ficam se calam e as mães e as esposas choram, — e é a alegria ruídosa, consciente, tocada de gravidade profunda, que os leva agora, na hora em que escrevo, em pleno mar, sob a ameaça próxima e adivinhada, serenos, contentes, risonhos, dignos do meu sonho e da alma dos avós . . .

Mas na hora da partida, sim, na *gare* apinhada, em que um só coração pulsa a mesma ansiedade e se suspende pressentindo a vida eterna das almas e a grandeza dantesca do momento, os soldados calam, não cantam, só a sua calma, a sua serenidade diz triunfo, consciência, vontade de milagre, e fala de Portugal . . .

Depois, por fim, a marcar o sinal dum redobre de gritos femininos, silva o combóio, sobressaltam-se as carruagens, a longa fita negra, como uma serpente, lânguidamente, abala . . . E a palavra *Pátria*, gritada, exaltada, vibrada em alma através dos lábios abertos numa eclosão violenta, — antes de nos ferir, no tumulto enorme, os ouvidos cansados, ecôa nas almas, repete-se no íntimo de nós . . .

Olhos húmidos, lágrimas que afloram. Pobres dos que ficam! — A tristeza dêles! E no gesto, e nos olhos, nos gritos vivos de sentimento que levantam, há como uma dor de amor ferido, — vemos nos olhos dêles não a compaixão pelo nosso destino de soldados, mas a momentânea consciência de que vida mais alta é a nossa, mais bela e mais de Portugal . . .

Mulheres erguem os braços num adeus frenético, de náufrago . . .

Uma máscara rude, vincada, fixa, só os olhos a animam, enormes, dilatados de dor, na face pálida e dolorosa. E os olhos dizem domínio, vitória absoluta. É uma mãe que vê o filho partir e que uma vez afastada a carruagem que o leva, tombará inerte, desfeita, vencida do seu heroísmo . . .

Àlém, as palavras de Amor, as palavras eternas, doces, dos poetas maiores, saem da bôca simples das esposas que ficam.

— Flor da minha vida!

— Meu Amor!

Mulheres da minha grande terra portuguesa! São mulheres do campo que assim falam, deslumbradas de Amargura e Amor! . . .

O combóio, mais rápido, vai a entrar na ponte . . . De pé, firme na areia branca do talude, — descalço e rôto, um barrete esfarrapado, na mão que se agita, convulsa, ao alto como um estandarte, — moreno e pobre, formoso e eterno, um moço ergue-se . . .

Os olhos desmesuradamente dilatados são noites incendiadas. Entreaberta, a bôca diz a respiração opressa das comoções intensas. . . — Olha-nos possesso de espanto . . .

Firma-se mais na terra e, os braços ao alto, como bandeiras vivas de triunfo divino, num grito que na hora da morte ouviremos ainda, brada:

— Adeus! Rapazes! Uma alma grande! . . .

Olhámo-nos. Fitámo-nos em silêncio.

Éramos duma nação em que um desvairo suicida nos afastara de nós mesmos . . . Desconhecíamos-nos. Caluniávamos a raça . . . Esquecíamos o passado e negávamos a alma.

Ah! mas acordávamos agora! . . .

O povo era ainda o mesmo, o da Aventura Grande, o da Epopeia eterna!
As horas de oiro iam soar de novo.

E o milagre luso, a aleluia portuguesa, — (para lá de nós todos, médios, scépticos, políticos, que não suspeitais a Pátria nem respirais o vento

largo e heróico do perigo,) — há-de dar-se, é fatal, porque o sentimos à nossa roda e o quer o povo e o exige Deus !

Mar alto. Zona bloqueada. Sol entre nuvens. Pequena vaga. À frente, fiel e incansável, o nosso *destroyer*, percorrendo o caminho, farejando a ameaça que se não ergue nunca e é latente, próxima . . .

Nas cobertas os soldados, a maioria dêles, repousa. No convés da prôa, sôbre a espuma branca, sôbre as ondas rasgadas, cachoando em sangue alvente, um *harmonium* de Portugal geme e canta, ala-se em melodia . . .

E ao seu canto suave de lirismo e saúde, numa pequena roda cantam os soldados, dançam, batem as palmas, viram . . . Sôbre as grandes escotilhas do porão, fechadas, bailam os soldados, cantam os moços da minha raça . . .

A meia nau os sargentos entoam a *Portuguesa*.

E à pôpa como na prôa geme um *harmonium*, cantam vozes iguais . . .

A meia nau, sob a ponte, onde os marinheiros da Inglaterra vigiam, — os oficiais conversam . . .

Um, erguendo a voz no concôrto das vozes amigas, sentindo à roda a grandeza sagrada do Mar a ilimitar-lhe e a sagrar-lhe as palavras, dando lhes um sentido mais alto, — evoca Nun'Álvares, a aleluia de Aljubarrota, o milagre da Pátria surgindo, em plena vitória de assombro contra a inconsciência e inércia dos obstáculos inumeráveis . . .

E uma voz, a medo, a medo revelando dúvida, disse :

«— E onde os Nun'Álvares de hoje, onde são êles ?»

O primeiro, olhou o mar enorme e divino, sob o céu cinzento. E a voz ergueu-se, a sua voz de verdade a transbordar em alma, e o seu braço apontou a prôa onde cantavam soldados, e a pôpa aonde se levantavam cânticos . . .

— Ei-los, além, amigos, os novos Nun'Álvares, — os que se desconhecem e vão na vontade de Deus !

AUGUSTO CASIMIRO.

MÊS LITERÁRIO

MULHERES — por Júlio Dantas, edição da Livraria Lelo & Irmão

Este volume lê-se com a sensação leve, delicada, de que o seu autor, para nos dar a conhecer o coração da mulher, começou primeiro por admitir que o Amor não tem a certeza nem a vaidade gostosa dos seus desejos. Nas suas Páginas, sente-se bem que a magia da frase é superior à magia do beijo. A galantaria é uma arte illusória que Eva aceita unicamente, para sentir que o seu corpo é uma ânfora preciosa destinada a profanações que a Natureza e o Pecado executam, cada qual a seu modo, e que a palavra humana transfigura e redime e absolve até as elevar ao sacrifício e à beleza. E Júlio Dantas conhece a sua língua e sabe que a mulher só se revela aos que em frase pura lhe desvendam os enigmas da sua sensibilidade, tão imprecisa e variável como os contornos de uma neblina.

HORA DE NUNALVARES — poemas de Augusto Casimiro, edição da *Atlântida*

Este poeta, que hoje aguarda no solo francês, como militar, a maior alvorada de toda a História, foi um dos raros portugueses que, através os desalentos que os patifes prègavam, para prenderem a raça a um fadário em que o brío tocara a finados, se manteve seguro, invencível e soberano no seu entusiasmo, não se desmentindo um só instante na sua fé lusíada.



O seu verbo de poeta voou mais alto que todos os agouros funestos.

A *Hora de Nunálvares*, que êle escreveu para demonstrar que um povo que tem consciência dos seus destinos não sacrifica as suas aspirações como um desiludido as suas esperanças, é a glorificação religiosa, épica, sublime de todos os esforços que ergueram a nossa pátria, até transfigurá-la na sua humildade, fazendo-a um dia educadora e mestra da Europa medieva que dormia um sono cheio de pesadelos.

Quando um povo encontra no seu passado heróis como o que venceu em Aljubarrota, nunca a descrença o deve tocar, porque não há dobre funéreo de sinos que imobilize no esquecimento quem traz no coração uma promessa de imortalidade.

CORAÇÃO — novela, por Urbano Rodrigues, edição da Livraria Ferreira

Raras vezes um escritor foi tão rectilíneo como o autor dêste livro, que tudo subordinou à necessidade de movimento que se acentua de página para página, mal dando tempo aos personagens, principais ou episódicos, de se suspenderem numa atitude de calma ou reflexão.

Urbano Rodrigues, cujos nervos não se comprazem com a gravidade lenta dos monólogos interiores, escreveu uma obra de boémia sentimental em que o amor, a arte e a vida são temas não para a construção de um lar, de um ideal ou de uma disciplina, mas sim para o volteio livre, irregular e pitoresco dos que nocturnamente bebendo, cantando, ironizando e conspirando chegam a esgotar a sua provisão de espírito e de vinho.

A saúde — essa saúde que, depois da meia noite, quando os galos cantam, guia aos lares os noctívagos e os poetas estremunhados — soube Urbano Rodrigues interpretá-la com mimo e carinho, marcando bem a sua feição portuguesa, ao mostrar-nos como, mesmo através as noites perdidas, ela leva as almas para as claridades matinais de uma bucólica ou para os murmúrios ternos de um idílio.

Não sabemos se, na sua novela, Urbano Rodrigues quis deixar um pequeno monumento à sua mocidade e à de alguns amigos seus. Seja como fôr, e isto é incontestável, o *Coração* não padece da timidez que em geral perde as pessoas que, julgando dizer muito, ficam àquem das suas intenções.

A sinceridade que o anima não se enrugam nem se limita. É por isso que os seus leitores, desde que encetem a sua leitura, nunca esboçarão um gesto de enfado.

POEMA DE AMOR e A MULHER PORTUGUESA, por Eduardo Schwalbach,
Edições da Livraria Lelo & Irmão

Eduardo Schwalbach, entre os nossos dramaturgos, é quem mantém mais desperto o sentimento da vida, tal como ela conta nos corações as experiências em que cada um de nós se ensaia para dominador dos seus próprios enganos. O *Poema de Amor* que, na época passada, tão nobremente comoveu as turbas que ao teatro vão aprender a conhecer-se, vale, sobretudo, pela ânsia de ilusão que anima as almas que, nos seus quatro actos, cômica ou dramaticamente, pretendem realizar o seu máximo de felicidade. O seu gesto constante é o de quem, num largo abraço, quer apertar ao peito um sonho mais impreciso que a curva de uma onda. Lutam para terem a certeza que não vivem baldadamente. Schwalbach, que no fundo é poeta, procura alimentar-lhes esta crença que os mestres da Sabedoria dizem ser necessária para chegar ao palácio da Ventura. O *Poema de Amor*, todo êle escrito numa pura linguagem de mocidade e primavera romântica, de vez em quando, profunda certas notas de sensibilidade que revelam em Schwalbach um alto moralista que sabe tocar as realidades fortes, sôbre que se levanta a nuvem transitória das aparências falazes.

Tambem lêmos a sua conferência *A Mulher Portuguesa*, que é um caloroso hino às virtudes e graças das filhas de Eva, fadadas por Deus para glória e tormento de varões lusos. Palavras e conceitos à altura de um tema em que o lirismo abre as asas como um céu azul. A mulher é o maior encanto que das estrêlas baixou à terra: por isso os homens, quando falam dela, apuram o sentido poético e metafísico para a compreenderem. Nada conseguem, porém, porque só o amor as revela e o amor, apenas se julga estudado, evola-se, perde-se nas alturas. É o eterno enigma.

JOAQUIM MANSO.

PELA PATRIA! — por Matias Lima. Ed. Chardron.

Versos dum poeta e dum patriota. Por dois títulos merece ser louvado êste delicioso poemeto de Matias Lima. O produto da venda reverte em favor da Cruz Vermelha Portuguesa. O brilhante poeta repete o milagre da Rainha Santa: transforma em moedas benéficas um açafate de flores...

Nas páginas formosíssimas do poemeto *Pela Pátria!* falam os velhos e os moços, as mães e as noivas, lançando bênçãos e esfolhando rosas sôbre os nossos bravos, que vão bater-se heróicamente pela sua terra — e pela Humanidade, e pela Justiça que representa a causa sagrada dos Aliados. Fecha o poema a voz do Povo, de mãos postas, celebrando a Pátria:

«*Amada sejas da paixão mais louca!*
Amada sejas pelo amor mais santo!»

Matias Lima é duma ternura e dum lirismo comoventes. O seu país, que é o de nós todos, inspira-lhe versos impregnados da beleza incomparável desta florida e sonhadora terra, cujos filhos, ainda nos lances mais gloriosos de epopeia nos cantam de saúde, entrançando, com os loiros da vitória, lindas rosas de amor... Os soldados moços de Portugal hão-de ser sempre uma «Ala dos Namorados!»

Batem-se como leões por tudo quanto é belo, por isso mesmo que são poetas, isto é, sabem sofrer e amar, teem o enthusiasmo da fé, que só nasce do amor, e abroquelam a esperança. Matias Lima já em livros anteriores — no *Sol do Coração*, por exemplo, que é o mais recente — nos deu poesias cheias de beleza e desbordantes de ternura por tudo o que seja português. É um fino temperamento de poeta lírico, sem exotismos nem torturas. Como ve-o quanto é belo e generoso. Canta as paisagens da sua terra, as suas tradições suaves ou tocadas daquela galhardia que fez retinir os montantes, e esvoaçar à lua das baladas épicas a pluma dos cavaleiros cristãos. Da simplicidade desses versos é que brota todo o seu encanto, semelhante ao de ouvirmos um rouxinol nos freixos, ou, no torpor das sestas, uma fonte quasi escondida a cantar entre musgos. Vai na corrente nacional e clássica dos nossos líricos. Bebeu das águas puras que melhor apagaram a sede da sua alma. Esta arte lembra-nos os nossos rios idílicos e transparentes, que deixam ver as areias do fundo, mas que espelham e engastam os enxames de estrêlas...

Aí vai uma mão cheia de versos a respeito de Portugal:

*«Tem a seus pés o mar
Feito escravo da sua formosura,
Sôbre o peito a camélia do luar
Da mais divina e excepcional brancura;
E sôbre a fronte, num deslumbramento,
O diadema azul do firmamento!
Pomar de lenda e sonho, sempre em flor,
Onde a mulher é ilusão, desejo...
Onde se vive dêste nada — um beijo,
Onde se morre e morrerá de amor.
A Pátria, a Pátria! Olhai: prados macios,
Veigas, marcos romanos e moínhos,
Nichos floridos, cruces nos caminhos,
Andorinhas voando à flor dos rios...
A Pátria! Linda terra em lindos céus,
Pequena, como se a fizesse Deus
Para a trazer ao colo...
Terra divina de fulgor sagrado!
Até o pó que se ergue do seu solo
Merece ser beijado!...»*

JORNADAS PELO MUNDO, pelo Conde de Arnoso.— Companhia Portuguesa Editora.

A crítica dêste livro está feita. — Foi bom que apparecesse uma nova edição da obra do illustre escritor, que nos deu, num estilo tam elegante como pitoresco, aspectos e impressões do Oriente. Sôbre a China há aí capítulos na verdade primorosos.

Estas «Jornadas» são um *post-scriptum* moderno e brilhante às admiráveis «Peregrinações» de Fernão Mendes Pinto e às remotas notícias de Fr. Gaspar da Cunha. A nossa bibliografia de Viagens, com excepção, como é natural, do século XVI, não é demasiado rica. Tanto mais aquilatados devem

sêr, portanto, os bons livros dêsse género. Na França, e mais ainda na Inglaterra, tais livros, em grande parte, deixaram há muito de pertencer a Literatura, para se englobarem com justiça nos produtos industriais. «Quem hoje encontrar em algum intrincado ponto do Globo (diz Eça de Queiroz) um sujeito de capacete de cortiça, lápis na mão, binóculo a tiracolo, não pense que é um explorador, um missionário, um sábio coligindo flores raras — é um prosador inglês preparando o seu volume».

Entre nós, pôsto que já se não faça das letras um sacerdócio, e apareçam numerosos caixeiros-viajantes a impingir os seus produtos avariados, ainda se não industrializou, como lá fora, êste ramo literário das Viagens, tam sugestivo, e onde cabem os temas mais variados para o filósofo, para o pintor e para o poeta.

As «Jornadas pelo Mundo» pertencem ainda ao número dos livros escritos com honestidade e com talento.

CAMINHANDO, por F. de Macedo Lopes. Capa artística de João Augusto Ribeiro

O pai do ilustre poeta de «Caminhando», que usou nas letras o pseudónimo de Pedro Ivo, foi um novelista de raro mérito, que escreveu histórias empolgantes, naquele naturalismo sentimental e romanesco, em que Júlio Dinis foi pontífice. Nobreza obriga. Fernando de Macedo Lopes assinalou um lugar como poeta, dando-nos livros de versos. Pedro Ivo também era poeta, mas escreveu em prosa. O que é essencial nas obras é a emoção profunda que os vivifica e eterniza.

O volume *Caminhando* veio firmar o nome do autor no sentido que o seu primeiro livro, *Policromias*, lindamente revelara. Transparecia já nas suas primeiras páginas um poeta bem fadado, cujo lirismo se comprazia muitas vezes em notações de ideólogo, e em que as silvas do epigrama feririam de quando em quando os dedos finos das mulheres amadas, a quem mandava flores. . . Não era difícil, contudo, adivinhar-se que o seu sorriso tinha um geito doloroso. Onde há amor sem agruras, e lira portuguesa sem queixumes de elegia? Eu raras vezes acredito no riso dos nossos verdadeiros poetas — e até me comove mais vê-los às vezes rir do que chorar.

Em *Caminhando*, Macedo Lopes desvenda-se-nos em aspectos essenciais do seu espírito e da sua alma. A sua visão estética define-se e acentua-se. O volume é todo de sonetos, forma já mais tratada na estreia, e que melhor se adapta à sua maneira íntima, em que uma poesia de ideas, com laivos de humorismo, vive paredes meias com a comoção palpitante, aqui e ali sufocada, dum lírico amoroso. Basta ler-lhe os capítulos em que divide o volume: — *O Ideal*, *a Vida*, *a Guerra*, *a Tentação*, *o Amor*, *a Dúvida*, *a Saúde*, *a Dor*, *a Esperança*. Para estes poetas a forma definitiva é muitas vezes o soneto — lapidar e geométrica. É um cristal precioso para guardar as confissões de amor e as sínteses do espírito. Antero é um dos grandes exemplos; Sully Prudhomme é outro.

Macedo Lopes vai nesse caminho, mas com originalidade e segurança, mas com o alor de quem tem a bater no peito um forte coração de rapaz. E é o coração que lhe salpica de sangue as páginas mais belas. Não é um artista de realces decorativos, com riquezas de ritmo. Prefere de-certo os mestres

do desenho aos grandes coloristas. Os cultores pacientes da Imagem não toparam nesses poetas atractivos que os seduzam. Os scenógrafos não os lêem de-certo. Em compensação serão amados pelos nobres espíritos meditativos, por todos os que se isolem um pouco nas grutas misteriosas da sua vida profunda.

Macedo Lopes, em nosso humilde juízo, é um autêntico e nobre poeta, de futuro esplêndido, que vai *caminhando* a passos firmes e rápidos. E marcar um lugar bem seu numa terra onde há tam extraordinários poetas, é uma tarefa gloriosa. Transcrevemos os últimos versos do volume :

*«Alma de Sonho e Luar, Pureza e Claridade,
Tem compaixão de mim, da minha soledade :
Ensina-me, de novo, a acreditar no Amor !»*

É que o admiravel poeta presente, como nós pressentimos, que só o Amor profundo ilumina a vida, e cria beleza imortal !

JÚLIO BRANDÃO

REVISTA DAS REVISTAS

REVISTA AMERICANA (n.º 3 do ano VI). — Merecem ler-se os discursos proferidos na Academia Brasileira de Letras pelo recipiendário Osório Duque-Estrada e pelo académico Coelho Neto. O primeiro sucedeu a Sílvio Romero cujo elogio traçou. De muita oportunidade neste momento o estudo de Francisco Garcia Calderón sobre «El pan-americanismo : su pasado e su porvenir».

REVISTA DO BRASIL (n.º 14 do ano II). — Como preciosa contribuição para o estudo da opulenta língua portuguesa, convém registar o trabalho de Firmino Costa intitulado «Vocabulário analógico». Curioso o artigo «Os versos áureos de Pitágoras» por Alberto Seabra. Continúa publicando a história de «A revolução pernambucana» por Oliveira Lima.

REVISTA DE HISTÓRIA (n.º 20 do V). — É o órgão da Sociedade Portuguesa de estudos históricos. O escritor brasileiro J. Lúcio de Azevedo prosegue narrando-nos «O primeiro período da vida de António Vieira». Entre outros colaboradores : Edgar Prestage e Pedro de Azevedo, que, respectivamente, subscrevem artigos sobre «A embaixada de João Gomes da Silva ao rei Carlos IX de França e a matança de S. Bartolomeu» e «A inquisição em Mazagão em 1607 e 1609».

A AGUIA (n.ºs 61, 62 e 63, num tómo). — A bellssima revista portuense encerra colaboração dos primeiros poetas e prosadores portugueses e de homens de sciência como António Sérgio, Alfredo Bensaúde e Leonardo Coimbra. Este último occupa-se de «A educação religiosa». Os camilianistas encontram um estudo de Vila-Moura sobre «Fanny Owen e Camilo».

ESTÚDIO (n.º 50 do ano V). — O magnífico mensário barcelonês contém trabalhos de indiscutível valor : um estudo sobre lord Byron por A. González-Blanco, outro sobre «A arte magna de Raimundo Lulio» por J. Casadesus, e um artigo de L. Cubillo acerca de «Como afronta a Inglaterra a luta actual». O resumo dos principais artigos das grandes revistas de todo o mundo preenche quasi metade do volumoso *Estúdio*.

REVISTA CASTELLANA (n.º 17 e 18 do ano III). — Federico Santander estuda, no n.º 17, Echegaray e o seu teatro; o n.º 18 é todo dedicado à memória de D. José Zorrilla, cuja personalidade e cuja obra são largamente apreciadas. O texto vem ilustrado com gravuras alusivas.

ARTE ESPAÑOL (n.º 6 do ano VI). É a revista da «Sociedad de amigos del arte», de Madrid. Mencionaremos como dignos de particular atenção: «Los primitivos españoles de la colección Bosch en el Museo del Prado» por José Garnelo y Alda, e «La leyenda de San Sebastián» por G. M., a propósito dum quadro atribuído a Vicente López. Como apêndice, começa publicando uma obra do architecto Lapiedra sobre «La casa española» (considerações àcerca de uma architectura nacional).

PORTUGAL MÉDICO (n.º 3 do ano XI). Valiosa publicação portuense. Entre os numerosos artigos, salientaremos: «J. Alvarez (um dos amigos de Ribeiro Sanches)» por Maria Carolina Ramos; «O método de Carrel» por Joaquim Correia de Araújo.

CRÓNICA MUSICAL

A 25 de Fevereiro deu a Orquestra Sinfónica Portuguesa o seu último concêrto de assinatura, levando em primeira audição a abertura de Brahms, *Festa académica*, escrita como agradecimento a uma Universidade que conferira ao autor o grau de doutor, e dum diminuto interêsse.

Seguiram-se as festas do regente e dos executantes, em que nenhum novo trecho foi dado, sendo em todo o caso digno de nota o programa da última.

Terminada a sua época, ainda a orquestra colaborou num concêrto do jovem pianista Varela Cid. Este môço, que já o ano passado revelara uma prometedora disposição, mostrou bem que a promessa vai em vias de realização, não o atemorizando obras como as *Variações sinfónicas* de Franck, que o concertista incluiu no seu programa.

Também uma pianista já conhecida no nosso meio, que há tempos fôra para Madrid como pensionista do Estado, a Sr.ª D. Maria Rey Colaço, se apresentou no Grémio Literário, pela primeira vez depois do seu regresso, a 22 de Fevereiro.

Grandes foram os progressos feitos pela gentil pianista, como todo o concêrto demonstrou, merecendo referência especial o sentimento e delicadeza com que interpretou um *Nocturno* de Chopin, e os efeitos de sonoridade obtidos num *Estudo* do mesmo autor.

Rey Colaço, o infatigável divulgador de boa música e eminente professor — que infelizmente continua afastado do Conservatório — deu seguimento ao seu plano de audições das formas íntimas da música, organizando um terceiro ciclo subordinado ao tema: a sonata e o *lied*.

Foram cinco os concêrtos, em cada um dos quais se executaram duas sonatas para piano e violino e vários *lieder*, cantados pela Sr.ª D. Alice Rey

Colaço; a estante do violino era ocupada pelo mesmo colaborador dos ciclos anteriores, Julio Cardona.

Os reparos a fazer às execuções são idênticos aos que as audições dos trios de Beethoven me sugeriram e apontei na crónica publicada no n.º 4 desta revista, pelo que me dispense de os repetir.

Quanto à conclusão crítica a tirar da audição desta série de sonatas, que se estendia por mais de século e meio desde Locatelli e J. S. Bach até Fauré e Ricardo Strauss, é ela a plena confirmação da opinião por mim sempre defendida, de que os modernos não resistem ao mais ligeiro confronto com os clássicos.

Os *lieder* apresentados nos programas eram nada menos que trinta e um, abrangendo dois séculos e meio de evolução, desde Falconieri e Routavi até Debussy e Respighi.

Como é evidente, a ninguém seria possível cantar igualmente bem obras de tam diversos estilos, de expressões diferentes; sendo o género trágico, ou duma profunda e penetrante tristeza, aquele que a Sr.ª D. Alice Rey Colaço interpreta com maior justeza e diz com mais elevada e inteligente intenção, foram os *lieder* com êsse carácter, como o de Scarlatti, de Schubert, *A Morte e a Donzela*, de Franz, *Mãe, quero ouvir-te cantar* — uma admirável versão de Raul Lino — bem como *Colloque sentimental* de Debussy, aqueles que mais emocionaram.

HUMBERTO DE AVELAR

UMA INSTITUIÇÃO ACADÉMICA DIGNA DE ELOGIO

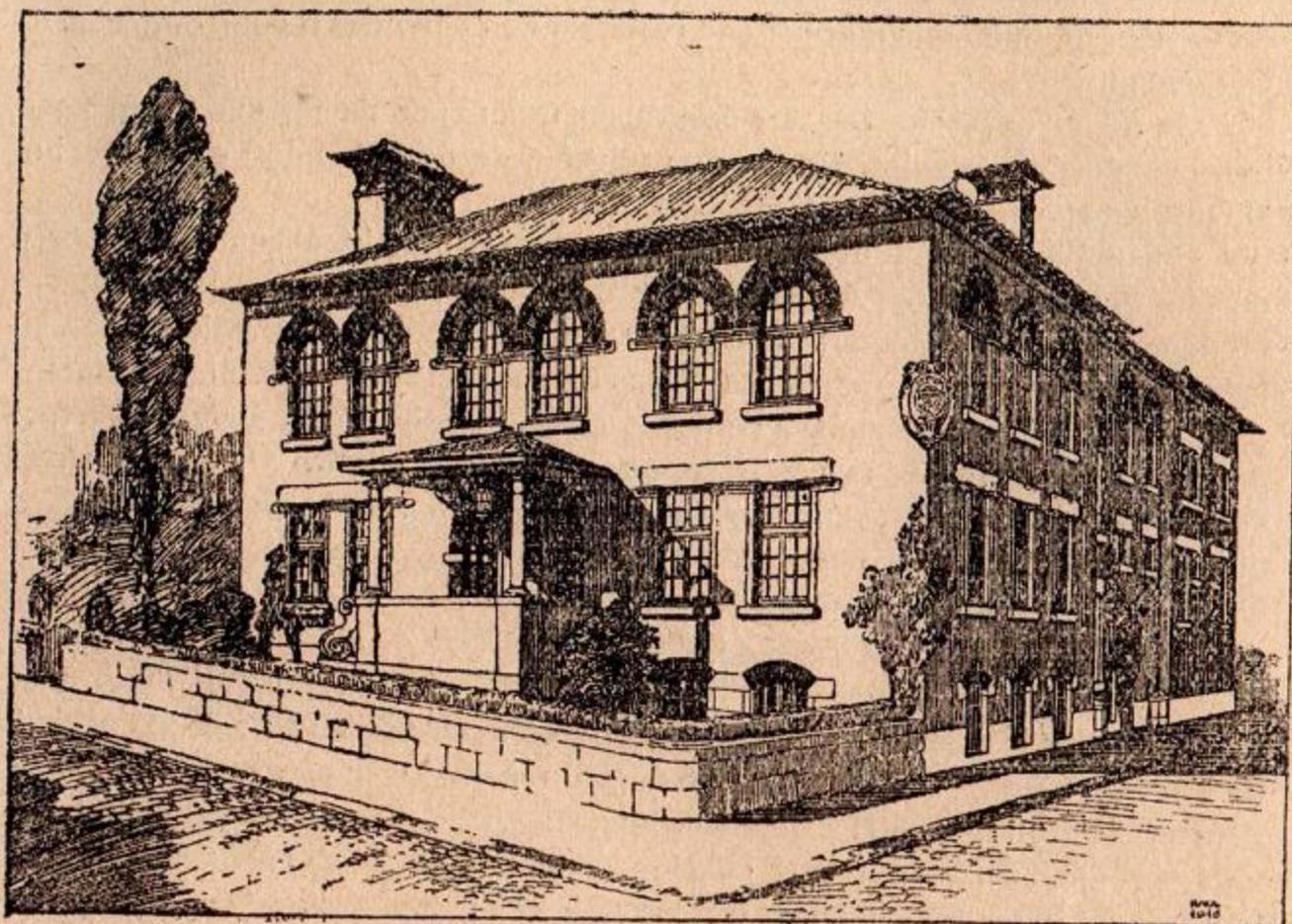
A felicidade de uma nação depende do carácter da sua mocidade, máximè da sua mocidade estudiosa, dentre a qual teem de saír os seus futuros dirigentes. Por toda a parte abundam as influências que tendem a debilitar o carácter da mocidade, e nas cidades onde afluem académicos não faltam lugares em que, pelo gôzo passageiro do vício, são arruinadas saúde e nobreza de sentimentos. É, portanto, digna de simpatia e apoio toda a iniciativa que visa ajudar os estudantes na formação de um bom carácter; é, pelo visto, obra patriótica toda a iniciativa que visa estabelecer, ao lado das casas de influência maléfica, instituições onde os rapazes encontrem divertimento para as suas horas de ócio em uma atmosfera sã e moral.

Nos grandes centros universitários da América do Norte existem sucursais de uma instituição chamada Associação Cristã de Estudantes, cujo principal objectivo é justamente o de proporcionar êsse meio são, propício à formação do carácter. Esta instituição resulta de uma das manifestações utilitárias e assectárias da vida religiosa do povo americano, de que com tanto acêrto fala Alfredo de Mesquita, no último capítulo do seu admirável livro *América do Norte*.

Em quasi todas as cidades norte-americanas ostentam-se majestosos edificios, construídos para sede do grémio local desta bem conhecida instituição, donde irradiam influências bemfazejas, de natureza cívica e ética, que muito concorrem para criar uma rija envergadura moral nos jóvens que os frequentam. Procurarei dar aos leitores uma ligeira ideia do que seja a função desta sociedade.

Parte essencial de cada um de seus edificios é o gymnásio, bem equipado

com todos os aparelhos modernos para exercícios físicos, onde os sócios cultivam com entusiasmo a boa saúde e a robustez do corpo, sob a direcção de um professor diplomado na especialidade, que organiza classes para exercícios gymnásticos e promove toda a casta de desportos e de jogos atléticos. Todo o sócio que se quer matricular neste departamento tem de submeter-se préviamente a um rigoroso exame físico, no curso do qual o professor encontra oportunidade de o guiar com bons conselhos higiênicos e morais.



No grande átrio do edifício são instalados os bilhares, os *cueroques* e outras formas de passa-tempo, onde os frequentadores se recreiam nas horas de ócio sem a sugestão sequer da jogatina, pois todo o jogo de azar é terminantemente proibido. A mobília confortável dêste átrio faz dêle o centro da vida social do edifício, pois convida à formação de grupos para palestrar ou para ouvir música no *piano-player* ou no *grafonola*, e assim alivia a monotonia das longas tardes do inverno. Contíguo ao átrio encontra-se um modesto bufete, onde são servidos ligeiros lanches, cafés e refrescos, mas onde igualmente se nota a ausência completa das bebidas alcoólicas que tanto contribuem para as desavenças em ajuntamentos de académicos. O bufete também concorre para o convívio social nesta espécie de clube académico.

Acompanhando toda esta lêda existência em tão aprazível ambiente, realiza-se a acção formativa do carácter por meio de conferências no Salão Nobre, nas quais homens competentes discursam sôbre temas de educação cívica e moral, de acôrdo com as mais recentes e acatadas ideias científicas; e por meio de sessões cinematográficas, nas quais são exibidas películas instrutivas e científicas, alternando com outras, ora cómicas ora dramáticas, mas evitando-se sempre as que descaiam para a relaxação de costumes e para

a escola do crime, que tantas vezes caracterizam a moderna casa de espectáculos.

Uma bem mobilada sala de leitura, com jornais e revistas ilustradas, tanto nacionais como estrangeiras, facilita ao estudante um meio de se conservar ao corrente dos acontecimentos sociais, científicos e literários da actualidade, e uma modesta biblioteca fornece-lhe lugar confortável, propício ao estudo e à meditação.

Todos estes trabalhos acham-se sob a imediata direcção do Secretário Geral, diplomado geralmente como bacharel de Humanidades por alguma das universidades ou por uma das duas escolas especiais mantidas pelas Associações para a formatura dos seus Secretários. Em classes dirigidas por êsse official ou por pessoa de sua confiança procura-se inspirar nos sócios que espontaneamente se matricularem nas mesmas um desejo de prestar serviços altruístas aos que na comunidade constituem a classe dos desprotegidos e necessitados; ao mesmo tempo dá-se-lhes noções de como realizar êste desiderato sem concorrer, como tantas vezes sucede, para deprimir o recipiente do benefício ou fazê-lo ainda mais dependente. De combinação com as autoridades locais, a associação promove certos trabalhos nos quais os sócios, que assim o queiram fazer, adquirem prática nestes serviços desinteressados e filantrópicos.

Estas Associações, conjuntamente com instituições análogas entre outras classes de jovens, unem-se em uma Aliança Internacional das Associações Cristãs de Moços, cuja comissão executiva tem a sua séde em Nova York, e que promove, de comum acôrdo com a Federação Mundial Cristã de Estudantes, a organização de sucursais em outras partes do mundo. É sob a iniciativa desta Comissão Internacional que se procura estabelecer, em bases semelhantes às dos seus congéneres no Brasil, (nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo, Pôrto Alegre e Recife) um grémio dessa natureza em Coimbra, a futura sede do qual, ora em construção, será um dos ornamentos do bairro de Santa Cruz, como poderá verificar o leitor pelo cliché que acompanha estas notas, e que representa a perspectiva do edificio, projecto do sr. Raul Lino.

Este festejado architecto, no arranjo e adôrno interno das casas, interpretou admiravelmente o princípio utilitário e filantrópico da instituição, e, ao dar ao exterior o estilo português modernizado, manifestou o seu espirito de adaptação ao meio particular em que cada grémio se estabelece, num perfeito equilíbrio entre o nacionalismo e o cosmopolitismo exagerados.

Eis em rápida sùmula o que são as Associações Cristãs de Estudantes, que tanto teem feito no estrangeiro por engrandecer a classe, e que esperamos outro tanto consigam fazer em Portugal, uma vez que ao pequeno núcleo ora em comêço na Lusa Atenas não falte o carinhoso amparo da mocidade académica.

MYRON A. CLARK.

A INDÚSTRIA E A ARTE

CARTAZES ARTÍSTICOS

Nos últimos tempos as paredes e as esquinas da capital têm-se coberto com uma variegada e alegre floração de cartazes ilustrados, alguns de grande interesse e merecimento. Esta aliança da arte com as manifestações da vida

quotidiana, quer as tradicionais como são o vestuário, utensílios e adornos, quer estas modernas ligando-se à grande actividade produtora, sendo tradução de fôrças animadas, reveste por vêses um vigor, uma espontaneidade e engenhosidade que nem sempre se encontram nas composições mais desinteressadas da arte pura. Seja como fôr o cartaz e o anúncio artístico distraem agradavelmente o nosso espírito e merecem alguma coisa mais que um romântico desdém.

É uma arte especial a do anúncio ilustrado. Procura-se não só despertar a atenção, gravar fundo o nome do produto e do fabricante, mas ainda suggestionar, magnetizar, imperar na vontade; e tudo isto o mais condensadamente possível, de modo que o apreenda o golpe de vista mais distraído e fugidio. Aqui o engenho não está apenas na bôa composição das côres, que prende o olhar em sensação agradável, na perfeição do desenho e de toda a obra; vai também na graça da idea, no bem achado do símbolo, na actualidade de uma alusão, na evocação de memórias alegres e agradáveis. Reclama um bom psicólogo prático, a par do fantasista arguto e do realizador dextro e seguro de si.

Uma arte assim exigente e dificultosa, e ao mesmo tempo, pelo menos nos grandes países, renumeradora, apresenta naturalmente as suas pequenas obras primas; e são mesmo já em grande número, algumas de reputação universal. Quem não pode citar exemplos conhecidissimos? E, de ha muitos anos as revistas de arte lhe tem dedicado numeros inteiros. Um reclamo excepcional aos artigos anunciados? Bem merecem da arte as firmas que tão inteligentemente invocam a sua cooperação, e não é demais que o seu bom critério seja reconhecido.

Dentre os cartazes ilustrados que vivificam e matizam os cunhais da capital destacamos hoje dois dos mais belos; e não é decerto por mera coincidência que são os de empresas que muito se esforçaram por acertar. A Empresa das Aguas das Lombadas tem já realizado três concursos do maior valor, entre os artistas nacionais, para a sua publicidade artística; bastará dizer que nos respectivos juris têm figurado nomes como os de Carlos Reis, Condeixa, Lallemant e D. José Pessanha. O que reproduzimos nas nossas páginas é o primeiro prémio do terceiro certamen, e é obra de um novo de quem bastante ha que esperar, Fernando Santos. No concurso de 1908 foi primeiro classificado o grande artista Constantino Fernandes. E dêste último, o autor do belo triptico *A vida do marinheiro*, que figura no nosso *Museu de Arte Contemporânea*, é também o cartaz da fábrica *A Napolitana*, outra benemérita casa que largamente recorre ao reclamo artístico sôb todas as formas e aspectos.

Que frescura no quadro das *Lombadas*! Como êle sugere a clara linfa, brotando sob a verdura umbrosa, mitigando deliciosamente a sede, encantando o paladar! E nessa *Napolitana*, de linhas tão sobrias, tão puras e elegantes, como a beleza chama a si irresistivelmente a cançada vista do transeunte citadino, a quem é nela generosamente ofertado um verdadeiro mimo de arte, um refrigerio para tanta fealdade que por tão variadas fórmulas nos persegue nos grandes centros!

E afinal é simplesmente de plena justiça que o favôr do público vá para quem assim melhor anuncie. O cuidado na propaganda é sinal certo de cuidado geral de direcção, de igual esmero, portanto, no fabrico; uma coisa de nada vale sem a outra. E quando o disvelo por esta forma superior de publicidade vai até ao ponto de demonstrar fina preocupação artística, é que à frente dessas empresas se encontram homens de delicadêsa moral — e o benefício da sua acção ha-de estender-se do mesmo modo a todos os ramos da sua indústria.

**

L. C.

No próximo número:

O Verbo Cantar, artigo de Guerra Junqueiro.

Para a historia do Brasil. (Um vice-rei illustre), interessantissimo artigo de Sousa Costa.

Na Hora da Partida, belos versos de José Augusto de Castro.

Alvaro Monteiro da Silva

REPRESENTAÇÕES NACIONAES E EXTRANGEIRAS

○ TELEGRAMMAS: *MONTEIRO* ○
CODIGOS: *RIBEIRO* — A. B. C. 5.^a ed.

Caixa Postal 777

Rua Marechal Deodoro, 27, 1.^o — MANÁOS

CARLOS GOMES & C.^A

CASA FUNDADA EM 1889

LISBOA (CASA MATRIZ) — *Rua dos Fanqueiros, 12*

LONDRES — *72, Mark Lane E C. 20* PORTO — *Rua Sá da Bandeira, 229*

LOANDA — *R. Salvador Correia, 10* BARCELONA — *Rambla Cataluña, 82 pal.*

AGENCIAS EM:

Yokohama
Kobe
Nagasaki
Hong-Kong
Calcuttá
Macau
Madras
Foochow

Shangai
Dilly
Singapura
Penang
Gêa
Columbo
Bombaim
Liverpool

Copenhague
Amsterdam
Havre
Marselle
Genova
Milão
Palermo
Sevilha

Madrid
New-York
Stokholmo
Christiania
Funchal
Las Palmas
Teneriffe
S. Thomé e Príncipe

S. Vicente
Praia
Bolama
Loanda
Mossamedes
Manaus
S. Paulo
Pernambuco

LIVRARIA FERREIRA

• TELEFONE 307 •

GRANDE SORTIDO DE ROMANCES
NACIONAES E ESTRANGEIROS
LIVROS DE ESTUDO, SCIENCIAS, ARTES E OFICIOS

Rua Aurea, 132 a 138 — LISBOA

